

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

A DIALÉTICA DO CONCEITO DE “EMERGENTE” NO ESTUDO DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Porto Alegre

2013

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

A DIALÉTICA DO CONCEITO DE “EMERGENTE” NO ESTUDO DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2013

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

A DIALÉTICA DO CONCEITO DE “EMERGENTE” NO ESTUDO DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca  
UFRGS

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva  
UFRGS

Dedico este trabalho à maior professora que tive, minha Mãe, por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em particular a Faculdade de Ciências Econômicas e o Departamento de Economia e Relações Internacionais, seus funcionários e professores, pela excelente formação que me foi oferecida ao longo destes anos de graduação. Adicionalmente, algumas pessoas, ou grupo de pessoas, foram fundamentais na trajetória acadêmica e pessoal que conduz a este trabalho. Agradeço aos meus colegas e amigos cujas diversas interações me ensinaram como a amizade é sinônimo de troca que se manifesta na constituição mútua de um saber cognitivo, mas também, moral, ético e emocional sobre o mundo que nos cerca. E agradeço à minha família, por me ensinar as prioridades que devem conduzir as nossas vidas, o papel que a confiança nos objetivos traçados desempenha sobre a sua realização e a importância de uma base sólida de afeto para o desenvolvimento de qualquer trajetória positiva na sociedade.

Nominalmente, agradeço aos professores Paulo Visentini e Dario por fomentar o desenvolvimento da minha vida acadêmica e me apresentar, no convívio profissional do NERINT, as nuances da disciplina de Relações Internacionais, oferecendo fundamentos sólidos para a sua compreensão; aos professores Sônia, Henrique e André Reis, cuja atenção em estender a missão da docência para além dos créditos letivos foi determinante na concepção e execução deste trabalho; ao professor Pedro Fonseca, cujos ensinamentos e a aguçada interpretação do Brasil, do mundo e do conhecimento em si foram, não apenas a inspiração original deste trabalho, mas uma lição de vigor intelectual que pautará como meta o meu desenvolvimento profissional; e especialmente, ao meu orientador e exemplo, o professor André Cunha, pela atenta e criteriosa orientação, pelo conhecimento compartilhado e pela preocupação demonstrada com a construção da minha trajetória acadêmica, intelectual e pessoal nestes três anos de aprendizado, e, sobretudo, pelo exemplo de ética, conduta profissional e honestidade intelectual; a quem, portanto, devo mais que agradecimentos.

Em especial, agradeço ao meu pai e a minha irmã, por seu amor; aos meus avós, pelo exemplo que só quem acompanha de perto e com carinho pode oferecer; e ao Vini, por nosso trabalho conjunto na definição do conceito de cumplicidade ao longo de nossas vidas. Por fim, agradeço à minha mãe, por tudo; tudo que dedicou a mim, tudo que me ensinou, tudo que me corrigiu e, particularmente, por me mostrar que, por quem se ama e se admira, a incondicionalidade é algo natural. Como no caso da Cris, a quem agradeço por fazer parte da

minha vida e me fazer entender que, sim, o amor é um fruto da admiração; é a arte de saber quem é atributo necessário e suficiente da cumplicidade e identificar o que faz jus à incondicionalidade.

“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem,  
a ciência seria desnecessária [...].”

(Karl Marx)

## RESUMO

O presente trabalho tem objetivo compreender o predicado emergente enquanto conceito para a análise de Relações Internacionais. O trabalho parte da perspectiva de que o referido termo teve na disseminação do seu emprego na disciplina uma indeterminação de sua cobertura denotativa e conotativa. A hipótese deste trabalho é de que a transformação semântica do léxico emergente, em sua apropriação pelas Relações Internacionais, deve ser confrontada pelo acúmulo teórico na disciplina de entendimento sobre fenômenos de mesma natureza para delimitar o espectro de atributos que sintetizam o conceito, na dialética de sua validação. O trabalho se desenvolverá pelo entendimento de cada um dos momentos do conceito confrontados na pesquisa. A apropriação do termo será estudada por meio da análise combinada de sua trajetória enquanto qualificativo de países na contemporaneidade e das transformações históricas nos casos que identificava. Desta análise, se poderá compreender o conteúdo que passa a ser associado a casos das Relações Internacionais. A especificidade deste conteúdo será compreendida na busca de semelhanças de família entre os atributos internos ao emprego referencial do adjetivo emergente, substantivado como Mercado, País ou Potências, para delimitação de um protótipo conceitual. Esta delimitação será confrontada com abordagens teóricas de entendimento da emergência, enquanto a transição de um ator intermediário na hierarquia entre seus pares, consagradas nas categorias de Potência Média, Potência Regional e Semi-Periferia. A oposição desses momentos validará a síntese conceitual que se pretende construir. Ao final do trabalho, pretende-se identificar a lógica convencionalmente associada a um “emergente” enquanto categoria fenomênica das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Emergentes. Potência emergente. Países emergentes. Mercados emergentes. Multipolarização. Estados intermediários. Relações internacionais.

## ABSTRACT

This work aims at understanding “emerging” as a qualifying concept for the analysis of International Relations. The work departs from the perspective of the term “emerging” had spread in the area of their employment with indetermination of its denotative and connotative coverage. The hypothesis is that the semantic transformation of the lexicon in its appropriation for International Relations, must be confronted by the accumulation, in the discipline, of theoretical understanding of similar phenomena to delimit the set of attributes that epitomize the concept, through its dialectical validation. This work will be developed by the understanding of each of the moments of the concept. The appropriation of the term will be studied through the combined analysis of its path as a contemporary predicate for countries and the historical transformations in cases that it identified. From this analysis, one can understand the content that happens to be associated with cases of International Relations. The specificity of this content is understood in a search for connotative family resemblances inward the conspicuous employment of the adjective “emerging”, qualifying Market, Country or Powers, in order to delineate a conceptual prototype. This limitation will be confronted with theoretical approaches to understanding the emergence, as the rise of an actor with intermediate power in the hierarchy among their peers, enshrined in the categories of Middle Powers, Regional Powers and Semi-Periphery. The opposition of these moments validate the conceptual synthesis that is intended to delimit. At the end of the work, it prospect to identify the logic conventionally associated with an "emerging" as a category of phenomena in International Relations.

**Key-words:** Emerging powers. Rising powers. Emerging countries. Emerging Markets. Multipolarization. Intermediate Estates. International relations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mercados Emergentes de Renda Fixa: um conjunto de oportunidades e expansão.....	33
Figura 2 – Volume de referências dos rótulos de atributos por substantivação.....	41
Figura 3 – Protótipo conceitual no emprego do léxico emergente.....	54
Figura 4 – Diagrama lógico de atributos ao emprego do léxico emergente.....	56
Figura 5 – Escala de autonomia para projeção sistêmica nas abordagens gradualistas.....	68
Figura 6 – Esquema lógico da emergência nas abordagens gradualistas.....	69
Figura 7 – Delimitação da posição intermediária nas abordagens subsistêmicas.....	74
Figura 8 – Esquema lógico da emergência nas abordagens subsistêmicas.....	75
Figura 9 – Delimitação da posição intermediária nas abordagens sistêmicas.....	81
Figura 10 – Esquema lógico da emergência nas abordagens do Sistema-Mundo.....	82
Figura 11 – Esquematização da lógica sintética da emergência nas Relações Internacionais.....	93
Figura 12 – Diagrama lógico de atributos de uma Potência Emergente nas Relações Internacionais.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formalização gráfica de relações lógicas entre atributos.....	53
Quadro 2 – Fronteiras teóricas do sistema internacionais em níveis e segmentos análise.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASIC – Coalizão Brasil, África do Sul, Índia e China para assuntos climáticos.

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS – Bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAPES – Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EMTA – Emerging Markets Trade Assossiation

FMI – Fundo Monetário Internacional

GES - Growth Environment Score

PIB – Produto Interno Bruto

IBAS - Grupo Índia, Brasil e África do Sul

IFC – International Finance Corporation

N-11 – Next Eleven

PeP – Polaridade e Polarização do Sistema Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PARÂMETROS PARA ABORDAGEM DO CONCEITO.....	18
2.1 Metodologia e técnicas de entendimento.....	23
3 A IDENTIDADE NO CONCEITO DE EMERGENTE.....	32
3.1 Origens e disseminação do léxico emergente na linguagem técnica sobre assuntos internacionais.....	32
3.1.1 A “viagem” do conceito na literatura financeira.....	32
3.1.2 O século XXI e a apropriação pelas Relações Internacionais.....	36
3.2 Famílias de semelhança conotativa no emprego do léxico emergente nas Relações Internacionais.....	40
3.3 Conclusão do capítulo.....	57
4 A EMERGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	59
4.1 Abordagens Gradualistas: as Potências Médias.....	61
4.2 Abordagens Subsistêmicas: as Potências Regionais.....	69
4.3 Abordagens Sistêmicas: a Semi-Periferia.....	76
4.4 Conclusão do capítulo.....	83
5 SÍNTESE: O CONCEITO DE EMERGENTE NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	85
5.1 A emergência e as Relações Internacionais.....	85
5.2 A lógica sintética da emergência.....	91
5.3 Síntese conceitual.....	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS .....	102
APÊNDICE A – OS BRIC NA ECONOMIA INTERNACIONAL.....	115
APÊNDICE B – ESTUDO DA DISSEMINAÇÃO DO LÉXICO EMERGENTE .....	116
APÊNDICE C - QUADRO DE VALIDAÇÃO DOS RÓTULOS DE SEMELHANÇAS DO EMPREGO DO LÉXICO EMERGENTE.....	122
APÊNDICE D - QUADRO DE REFERENTES EMPÍRICOS POR AUTOR.....	123

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a noção de emergência nas Relações Internacionais. Esta compreensão tem no entendimento do uso que a literatura atribui ao predicado emergente – em suas diversas substantivações: mercado, país ou potência –, à luz da discussão presente na disciplina de Relações Internacionais sobre este tipo de fenômenos, um esforço específico necessário à consecução do objetivo mais geral exposto. Pretende-se com este diálogo analisar a lógica do termo emergente dentro do estudo das Relações Internacionais e sintetizá-la enquanto conceito na disciplina.

O trabalho se justifica pela percepção de que o mundo após a Guerra Fria tem levantado uma contínua discussão sobre a distribuição de poder entre os países. Grande parte da literatura contemporânea de Relações Internacionais tem se centrado na compreensão dos desafios à preponderância, hegemonia ou unipolaridade estadunidense (BROOKS; WALFORTH, 2008, KHANA, 2008, LAYNE, 2009; 2012, WOLFORTH, 2011). No entanto, ainda que exista um elevado grau de concentração de poder em polos restritos, o redesenho das relações econômicas tem particularmente suscitado a discussão sobre os significados do incremento da participação de novos atores no produto e nos fluxos econômicos mundiais que ocorre no seu bojo. Esta conjuntura de mudança dá relevância a um esforço interpretativo sobre atores em transição na hierarquia entre seus pares no sistema internacional, mesmo sobre os distantes de uma realidade de transição hegemônica.

Neste contexto se desenvolve a noção de “emergente”. O termo nasce no jargão de Wall Street e logo é incorporado ao arcabouço classificatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e outros organismos multilaterais, sem uma sistematização delimitativa, se confundindo inicialmente com a classificação de “país em desenvolvimento”, dentro de uma tradição que tratava da sutil diferenciação operacional entre mercados e países. O binômio “mercados emergentes” e “países em desenvolvimento” passa a classificar as economias ou países que não são os avançados, em relação ao nível de renda per capita (BANCO MUNDIAL, 2013, FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2013). Em termos exclusivamente semânticos, as diferenças atributivas dos adjetivos “em desenvolvimento” e “emergente” são muito tênues, no entanto, o seu uso aplicado à operacionalização classificativa na literatura atribuiu-lhes significados distintos. Dentro do

sistema de classificativo do FMI, o conceito evolui historicamente em progressivas subclassificações, porém sem alterar o seu conteúdo classificatório negativo<sup>1</sup>.

Os trabalhos da Goldman Sachs (2001, 2003, 2005 e 2007) redefinem a discussão de sobre mercados emergentes, ao apontar dentre os então denominados “emergentes” aqueles que de fato poderiam realizar a transição hierárquica ao centro, do ponto de vista econômico e institucional. O acrônimo BRIC, oriundo dessa classificação, lega um tom político mais sólido à ideia de país emergente. O adjetivo emergente transborda o termo operacional “mercado emergente” e ganha, então, espaço na disciplina de Relações Internacionais, não apenas no ambiente acadêmico, mas também no discurso e na ação política.

Este transbordamento e o seu uso recorrente podem indicar que a categoria emergente possui uma roupagem semântica disseminada, mais próxima a de um protótipo semântico arraigado<sup>2</sup>, o que desempenha um importante papel na vivacidade e no interesse do conceito, assim como a sua fácil transição entre a linguagem técnica e a ordinária<sup>3</sup>. Esta noção é de ampla relevância na literatura sobre conceitos, como na ideia de ressonância de Gerring (2001, p. 52-54), e vital para alguns autores (ROSCH, 1975, ANDERSEN, 2006), como exposto<sup>4</sup>. Todavia, percebe-se um baixo volume de iniciativas de sistematização do conceito de país emergente, de reflexão dedutiva sobre o conteúdo do conceito e a relação com seu objeto, fazendo com que a “viagem”<sup>5</sup> do termo resulte em uma sobre extensão e indeterminação do seu uso para construção do conhecimento. É com uma reflexão deste caráter que pretendemos contribuir para a compreensão do conceito e do seu objeto.

O debate sobre transição hierárquica nas Relações Internacionais, objeto intrínseco ao conceito, é anterior à conjuntura atual. O caráter recente da disciplina e a estabilidade sistêmica observada durante sua evolução podem ser a explicação do menor papel relativo dos debates sobre atores intermediários do sistema internacional, dada sua baixa perspectiva e capacidade de ação sistêmica. No entanto, a expansão do capitalismo entre os anos 1945 e

---

1 “[...] all those that are not classified as advanced countries [...]” (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2013).

<sup>2</sup> Em referência ao termo *embedded prototype* (ROSCH; MERVIS, 1975) cunhado pela “revolução Roscheana” (Andersen et al, 2006) na psicologia cognitiva e noção de conceitos na ciência em geral.

<sup>3</sup> Parafrazeando a relevância dada a esta abordagem da psicológica cognitiva no artigo referencial de Collier e Mahon (1993).

<sup>4</sup> Ver nota 2.

<sup>5</sup> Giovanni Sartori (1970) chama de “viagem” do conceito (*conceptual “travelling”*) a sua associação a novos casos no curso do tempo e do espaço, no caso deste trabalho caso os próprios referentes empíricos se transformam carregando consigo a terminologia que terá seu conteúdo ressignificado, como será exposto no capítulo 3.

1980 e a redefinição da Divisão Internacional do Trabalho gerou um maior esforço interpretativo sobre os novos espaços e países incorporados ao dinamismo do sistema. Criou-se uma literatura preocupada com esses atores intermediários e com sua possibilidade de transição ao centro do debate sistêmico. Este debate parece pertinente à compreensão da realidade contemporânea e do uso dos termos mercado, país ou potência emergente para descrevê-la.

A hipótese deste trabalho é de que a “viagem” do léxico emergente, em sua apropriação pela disciplina de Relações Internacionais, tem, no confronto com as abordagens da emergência externas ao seu emprego, a dialética da sua validação. Percebe-se que uma sistematização interna a própria literatura sobre mercados, países ou potências emergentes, a limita no sentido em que não há um conflito descritivo na literatura, nem um fenômeno carente de descrição, ela já denota fenômenos das Relações Internacionais, mas nem sempre explicita os canais de diálogo com a compreensão do funcionamento mais geral da realidade na disciplina. O trabalho deve, então, buscar uma abordagem que concilie as ferramentas consagradas de compreensão e sistematização de conceitos com a natureza particular de seu lugar na literatura das Relações Internacionais. A busca desta abordagem se dará na próxima seção deste projeto.

O terceiro capítulo da monografia buscará sistematizar o emprego do campo léxico emergente, enquanto predicado para atores das Relações Internacionais. Entende-se como parte necessária desta sistematização o resgate histórico do processo de apropriação deste léxico pela disciplina e as decorrentes modificações conotativas e denotativas que podem contribuir para compreensão do “Estado das Artes” do seu emprego na literatura. Por fim, a partir desta literatura, serão inferidos os atributos lógicos associados a um emergente em seu uso corrente na disciplina de Relações Internacionais.

O quarto capítulo do trabalho se debruça sobre a discussão teórica na disciplina sobre fenômenos de natureza correlata. Serão analisadas as principais categorias em torno das quais a literatura desenvolve sua discussão: Potências Médias, Potências Regionais e Semi-Periferia. O capítulo se pautará por estas categorias para compreender a lógica envolvida na definição dos elementos que caracterizam atores de poder intermediário nas Relações Internacionais e o que os leva a emergir. O quinto capítulo, propõe a interação sintética dos dois anteriores, à luz dos debates teóricos mais gerais da disciplina, em busca de uma lógica específica da emergência nas Relações Internacionais e do conceito que esta lógica delimita.

Dessa forma, será através da interação com a realidade, interna e externa ao seu conteúdo explicativo corrente, que se buscará a lógica do conceito de “emergente” no estudo das Relações Internacionais. Este caminho constituirá a análise dialética do conceito de emergente proposta neste trabalho. O objetivo, portanto, não é estabelecer parâmetros para medir a validade semântica do uso corrente do termo emergente ou questionar a solidez de sua construção, mas perceber a maneira pela qual ele interage com a universalidade que pretende tornar singular e se constitui como conceito. Com esta compreensão pretende-se expor analiticamente a lógica que permite sintetizar o conceito dentro da disciplina, processo que constituirá sua validação e o caminho para o acompanhamento de futuros desdobramentos conotativos e denotativos que o conceito possa tomar.

## 2 PARÂMETROS PARA ABORDAGEM DO CONCEITO

O tratamento de conceitos como tal exige a inserção do trabalho em um debate central na filosofia do conhecimento, no sentido de buscar parâmetros para sua abordagem e compreensão para além da linguagem ordinária. A concepção clássica de conceito está relacionada à própria origem da epistemologia ocidental, na diferenciação entre conhecimento sensível e conhecimento verdadeiro e justificado<sup>6</sup>, que poderíamos chamar de científico. Os conceitos teriam a função de delimitar a realidade de diferenciar o particular do resto, de definir causas necessárias e suficientes para a categorização de um dado do mundo natural<sup>7</sup>. Esta definição, calcada no dualismo aristotélico entre essência e aparência, forma e conteúdo, predominou a evolução da construção de categorias no desenvolvimento das ciências sociais (SARTORI, 1970; 1984, COLLIER; MAHON, 1993, COLLIER; LEVITSKY, 1997, GERRINGER, 2001, GOERTZ, 2006, COLLIER; GERRINGER, 2009). Os conceitos seriam signos semânticos de um conteúdo substantivo, que possuiriam características reais e nominais, essenciais e aparentes. Dessa forma, nesta tradição a construção de conceitos estaria associada à delimitação dos elementos constitutivos de um fenômeno, a definição que o diferencia da generalidade (GOERTZ, 2006, p.5).

Nas ciências sociais contemporâneas, essa tradição está consagrada no conjunto de obras inauguradas por Sartori (1970), no que constituiria a “abordagem semântica do conceito”<sup>8</sup>. Sartori (1970; 1984) e Collier (COLLIER; MAHON, 1993, COLLIER; LEVITSKY, 1997) oferecem uma pioneira análise do conceito per se<sup>9</sup>, como um construto abstrato pertencente ao terreno da lógica e necessário a qualquer metodologia de ciências sociais que pretenda ser mais que um conjunto de técnicas<sup>10</sup>. Deste marco, evolui uma

---

<sup>6</sup> Dentro da proposição de conhecimento de Platão (BLACKBURN, 1996, p. 288-290).

<sup>7</sup> Diversos autores atribuem esta concepção fundacional de conceito a Aristoteles. (BLACKBURN, 1996, p. 24-25; GOERTZ, 2006, pp 5 e 23; SARTORI, 1970)

<sup>8</sup> Nome dado por Goertz (2006) à tradição iniciada por Sartori (1970) e continuada por Collier e Mahon (1993), Collier e Levitsky (1997), Gerringer (2001) e largamente utilizadas em estudos qualitativos nas Ciências Sociais em geral. Para os termos deste trabalho, por mais que contrarie a própria classificação que Goertz faz de sua abordagem, essa classificação se estenderá para as suas contribuições e as de Collier e Gerringer (2009), dada a sua concentração quanto ao esforço de delimitação na construção de conceitos.

<sup>9</sup> Nos termos de Goertz (2006, p. 1-2).

<sup>10</sup> Para melhor discussão, ver Sartori (1970, p. 1033-36).

literatura preocupada em oferecer uma metodologia para construção de conceitos<sup>11</sup>. Tal literatura tem seus critérios de conceitualização (GERRING, 2001) e sua estrutura de construção de conceitos (GOERTZ, 2006) dedicados a sistematizar (SARTORI, 1984) alternativas conotativas em disputa em relação a um determinado campo denotativo ou formalizar os aspectos conotativos de uma categoria para classificar um referente empírico dentro de uma tradição teórica.

Como será exposto no capítulo 4, o adjetivo substantivado “emergente” surge de uma literatura técnica, a fim de dar forma a um referente empírico. Contudo, as mudanças na conjuntura mundial, sobretudo neste começo de século XXI, trazem o conceito para a linguagem ordinária provido de um conteúdo semântico renovado, que seria apropriado pela literatura técnica de Relações Internacionais. A transição do conceito à linguagem técnica já está, portanto, maturada, de modo que a nossa contribuição seria mais pertinente a compreender esta apropriação. Desta forma, uma metodologia de interpretação de conceitos centrada na busca da identidade necessária e suficiente signo-substância não se mostra propícia ao caso, o que sim o seria é a sistematização compreensiva e racional de seu conteúdo no estudo das Relações Internacionais.

Neste sentido, a referida oferta metodológica se mostra menos pertinente à conceitualização a que este trabalho está comprometido. Não há uma divergência na literatura entre alternativas conotativas do conceito de emergente, carentes de sistematização, bem como o trabalho não parte da percepção de um referencial empírico de um fenômeno a ser classificado e delimitado. O termo se tornou parte do arcabouço léxico do estudo de Relações Internacionais, ele já denota fenômenos das Relações Internacionais em seu uso positivo na linguagem ordinária e técnica. É, portanto, parte da realidade, parte do razoável, e deve ser compreendido em relação a essa realidade, a partir do diálogo com o acúmulo de conhecimento sobre a realidade a que pertence, através do qual se poderá compreendê-lo como conceito.

A literatura que utiliza o léxico emergente, não o classifica, não delimita sua conotação, mas o atribui a referentes empíricos e ao fazê-lo, ao descrevê-lo, oferece possibilidade de inferência conotativa. Ao mesmo tempo percebe-se que o conteúdo ao qual o conceito dá forma remete a uma discussão já existente no estudo das Relações Internacionais.

---

<sup>11</sup> Sartori (1984), Gerring (2001), Goertz (2006) e Collier e Gerring (2009) são as obras referenciais desta literatura neste trabalho.

A disciplina, contudo, não conceitua a emergência nas Relações Internacionais, a transição hierárquica de um país entre seus pares<sup>12</sup>, mas oferece uma vasta discussão sobre este fenômeno. Na percepção deste trabalho a compreensão racional do conceito necessariamente parte deste diálogo.

A referida noção de conceitos se aproxima da inflexão conferida pelo sistema hegeliano à filosofia ocidental. Hegel introduz uma lógica que perde seu caráter gnosiológico, a tornar-se exclusivamente ontológico, o que confere um novo lugar para o conceito no conhecimento (KOJÉVE, 2002, p. 421). Uma lógica cujo significado não está em si mesma, na abstração, mas no Ser real “revelado no e pelo pensamento ou discurso” (KOJÉVE, 2002, p. 421). Como segue exemplificado na interpretação referencial de Alexandre Kojève (2002, p. 428):

O real concreto (do qual falamos) é ao mesmo tempo real-revelado-por-discurso e discurso-que-revela-um-real. A experiência hegeliana não se relaciona nem com o real, nem com o discurso considerado isoladamente, mas com sua unidade indissolúvel.

Para Hegel, inicialmente este real concreto, indissociável do discurso enquanto conhecimento, revela-se como identidade, como algo específico, idêntico a si mesmo e diferente do resto (Kojève, 2002, p443). Esta identidade corresponderia ao entendimento (Verstand) de um elemento-constitutivo (Moment) do Ser ou do real. A compreensão do Ser ou do real só poderia ser revelada junto à universalidade que o constitui. A identidade, em sua lógica dual entre essência e aparência, é verdadeira em si mesma, mas não o é em relação à realidade que existe para além dela. A compreensão dessa realidade é a negação racional do entendimento desta identidade a partir dos outros aspectos ontológicos fundamentais ao Ser (Gegenstand), não explicitados nesta identidade (Kojève, 2002,444). Portanto, a coincidência perfeita entre o conceito (Begriff) e seu objeto (Gegenstand) não corresponde à identidade, mas é mediada pela oposição à identidade dada, que gera uma síntese positiva e racional, no processo denominado dialética.

Desta forma, o conceito (Begriff) teria um caráter intrinsecamente dialético, para Hegel, como demonstram suas próprias palavras:

---

<sup>12</sup> O conceito de Transição Hegemônica, por exemplo, estuda a transição entre potências em relação à primazia sistêmica, mas não o ato de tornar-se uma potência. Os estudos sobre atores intermediários estudam a estabilidade intermediária e, de maneira secundária, sua mobilidade ascendente.

O lógico tem, quanto à forma, três aspectos (Seiten): a) o aspecto abstrato ou acessível-ao-entendimento (verstandig); b) o aspecto dialético ou negativamente-racional (vernünftig); c) o aspecto especulativo ou positivamente-racional. (Kojève, 2002, p.442)

E segue,

[...] estes três lados não constituem três partes da Lógica; são momentos de tudo o que tem uma realidade lógica, ou seja, de todo o conceito ou de tudo o que é verdadeiro em geral. (D'Hondt, 1982, p. 89)

O conceito em Hegel, portanto, possui um caráter necessariamente dialético, se verdadeiro, e sua verdade é revelada pelo discurso coerente, que, para ser coerente, necessita ser dialético. A dialética hegeliana ganha singularidade na filosofia ocidental por não ser um método de investigação ou exposição como na filosofia clássica, ela é um dado do Ser (KOJÈVE, 2002, p 423). “O pensamento só será dialético se revelar corretamente a dialética do Ser que é do real que existe.” (KOJÈVE, 2002, p.422). Esta constatação presente em alguns dos principais leitores da teoria hegeliana (KOJÈVE, 2002, D'HONDT, 1982, MARX; ENGELS, 2007, e KOSIK, 2002), remete a questão da possibilidade ou não do uso da dialética hegeliana enquanto método sem a adesão completa ao sistema hegeliano. Em outras palavras, o questionamento sobre a possibilidade de observação dialética do Ser de maneira independente às características metafísicas que tornam o Ser dialético no sistema hegeliano e a visão da história que delas derivam e a elas validavam.

A solução mais tradicional ao exposto é a marxiana, justamente ao questionar o fundamento metafísico da dialética do Ser, não mais pertencente à ideia, ao real-revelado-pelo-discurso, mas pertencente a um real concreto próprio, que existe para além do discurso (MARX; ENGELS, 2007, p.185-187). Jacques D'Hondt (1982, p. 97-106) se debruça mais especificamente sobre uma solução independente da necessidade de constituir um sistema filosófico acabado como o de Marx. Para D'Hondt (1982, p.98), “Se a tomamos à letra [a indivisibilidade orgânica do sistema hegeliano], o hegelianismo perde todo o atrativo para quem lhe contesta as causas e as consequências.” Hegel deveria ser considerado como parte da história da filosofia, como considerou a seus antecessores, como “um banco de órgãos e um centro de recuperação de peças soltas e, mais ainda, um palácio da descoberta, o espetáculo duma contínua invenção, para a instrução da juventude” (D'HONDT, 1982, p.99). Deste modo, para D'Hondt, ainda que o sistema hegeliano não constitua um método para além da simples contemplação, ele expõe de maneira referencial a dialética presente no Ser.

Se tomarmos a oferta de compreensão de D’Hondt, acerca do uso do sistema hegeliano na compreensão racional de fenômenos da ideia posteriores ao desfecho de sua na contemporaneidade de Hegel, temos nele não um método, mas um tratamento ontológico e um lugar epistemológico para o conceito, coerente com o objeto de estudo deste trabalho. O conceito passa a ser compreendido como Begriff, em Hegel, “realidade compreendida conceitualmente” (KOJÈVE, 2002, p. 422) de um Ser dialético. Este tratamento ontológico do conceito, parte da percepção de que o termo emergente positivado na literatura é tese, que carrega consigo no seu devir, uma universalidade não explícita em seu uso. Deste modo, é através do confronto com a sua negação, com o seu não-uso na explicação da mesma categoria fenomenológica que encontraremos sua verdade enquanto conceito. O lugar epistemológico se refere, da mesma maneira, a percepção de que a validação do conceito enquanto tal passa pela sua negação, pelo confronto com a universalidade que particulariza. Essas duas perspectivas advindas do sistema hegeliano norteiam a abordagem do conceito neste trabalho.

Esta discussão da dialética enquanto processo do Ser e não enquanto método lança um desafio à compreensão de seus elementos-constitutivos (Moment). O método de Hegel é exclusivamente contemplativo, cabendo revelar no discurso a dialética do Ser. No entanto, para este trabalho, tanto quanto o processo de síntese, é fundamental uma clara compreensão de seus momentos (Moment) – tético e antitético. O lugar destes três momentos no processo dialético é sinteticamente oferecido por Hegel (D’HONDT, 1982, p.97):

O entendimento determina e fixa as determinações; a razão é negativa e dialética porque dissolve em nada as determinações do entendimento; a positiva porque produz o universal e nele compreende o particular.

É possível, então, um entendimento racional dos elementos-constitutivos do diálogo, se realizado de maneira relacional. A identidade no adjetivo “emergente” – substantivado em país, mercado ou potência – como entendimento de fenômenos das Relações Internacionais e a negação do seu uso na universalidade dos aportes interpretativos sobre processo de emergência, de transição de países na hierarquia entre seus pares. O entendimento da identidade, como já explicitado, é o terreno da determinação, da delimitação, e, portanto, é altamente convergente com os métodos e técnicas oferecidos pela “abordagem semântica do

conceito” e seus desdobramentos na literatura<sup>13</sup>. Desta forma, enquanto o sistema hegeliano nos possibilita a compreensão do lugar epistemológico do conceito e o caminho para sua constituição racional, o entendimento de seus momentos e a mediação entre eles pode ser mais bem sistematizado pelas técnicas de construção de conceitos consagradas pela “abordagem semântica do conceito”<sup>14</sup>.

Portanto, na abordagem aqui proposta, não será sistematizando a bibliografia geradora do próprio conceito que o trabalho pode contribuir para sua compreensão no estudo das Relações Internacionais. Esta sistematização constitui um momento de entendimento, de revelação do “Estado da Arte” no uso do termo enquanto tese. Este entendimento exige uma sistematização de literatura, buscando a delimitação que o seu uso na literatura atribui à realidade, através de seus atributos constituintes. A compreensão racional, neste sentido, de tais atributos, deve ser mediada pelo confronto com a lógica oferecida pelo entendimento da mesma realidade externa a seu uso, através de outros predicados relativos ao mesmo sujeito. Em outras palavras, é pelo diálogo com o acúmulo de conhecimento interpretativo sobre processos de emergência e transição hierárquica entre as nações que se produzirá nossa síntese e a revelação da capacidade analítica do conceito de “emergente” no estudo das Relações Internacionais.

Concluindo, os parâmetros para a abordagem do conceito neste trabalho constituem da articulação da concepção de conceito no sistema hegeliano com os métodos e técnicas da “abordagem semântica” para o entendimento de seus momentos. A metodologia de apresentação dos elementos-constitutivos da dialética aqui exposta e de seu entendimento corresponde à subseção seguinte deste mesmo apartado.

## **2.1 Metodologia e técnicas de entendimento**

A dialética do conceito neste trabalho consiste de uma tese: o termo “emergente” enquanto categoria fenomênica das Relações Internacionais; de sua negação-racional na compreensão da mesma natureza, ou antítese; e de uma síntese positiva e racional reveladora do conceito e de sua capacidade analítica nas Relações Internacionais. Tais três momentos

---

<sup>13</sup> Nos termos já explicitados pela nota 4.

<sup>14</sup> Este procedimento metodológico tem referência no trabalho de Fonseca (2013).

constituirão etapas da demonstração desta dialética nos termos aqui propostos. Este método de exposição da dialética carece de uma ressalva relevante relativa ao argumento de Hegel. Segundo as interpretações referenciais de D'Hondt (1982, p. 89-90) e Kojève (2002, p. 421-430), uma vez que a dialética é uma característica do Ser, apenas revelada pelo discurso, estes três aspectos (Seiten), ou lados, estão presentes no Ser de maneira simultânea e indissociável entre si. Deste modo, uma análise dialética se torna avessa a “esquematismos”, a um exclusivismo parcelar, e o discurso deve colocar-se como descrição do processo (D'HONDT, 1982, p. 95). No entanto, como o próprio Jacques D'Hondt (1982, p.90) coloca:

Apesar de tal perigo [do exclusivismo parcelar de esquemas], convém ter em conta cada um dos momentos, reconhecer-lhes o seu direito e dar-lhe a sua oportunidade, tirar deles até o fim todos os ensinamentos e todas as vantagens, na prática ou na teoria.

O entendimento do momento é indispensável, neste sentido, para revelar o caráter relativo de sua validade. A identidade, ou momento tético, consiste no estágio da coisa em relação a si mesma, é o que permite ao pensamento defini-la ou revelar sua especificidade, isto é, reconhecê-la como sendo ela mesma e diferente daquilo que não é. A negação-racional tem sua existência especificada em função do que nega, de maneira que “o negado determina e especifica tanto a negação quanto o seu resultado”, a síntese. Síntese esta que, por sua vez, nada mais é do que a formação de um novo positivo a partir da negação daquela identidade. Deste modo, estes três momentos formarão a estrutura na qual o trabalho monográfico será desenvolvido. O processo dialético deverá perpassar cada um dos momentos e se sintetizar ao fim do trabalho. Tomando estas cautelas, esta seção se encarregará de expor o método e as técnicas de descrição de cada um dos elementos-constitutivos da dialética, bem como de sua síntese.

O primeiro elemento-constitutivo a ser analisado é a identidade, a sistematização da literatura que usa a categoria emergente em sua apropriação pela disciplina de Relações Internacionais. Como já referido na subseção anterior, a sistematização de conceitos possui um consagrado conjunto de obras na literatura. Goertz (2006, p. 28) sugere que o conjunto de métodos oferecidos por esta literatura pode ser agrupado em duas estruturas arquetípicas: a das condições necessárias e suficientes e a das semelhanças de família. Sartori (1970 e 1984) seria o maior referente deste primeiro método. Este método está centrado na determinação de atributos, logicamente articulados com um corpo teórico, que possibilitaria delimitar a sua

adequada extensão denotativa na realidade. Dentro do que Collier e Mahon (1993) chamam de categorização clássica, Sartori desenvolve um método concernente à classificação, capaz de produzir uma taxonomia hierarquizada, na qual cada categoria possui suas fronteiras que a diferenciam das demais, pela posse de atributos a ela subordinados (Sartori, 1970, p. 1044).

Collier e Mahom (1993), retomando a inflexão da psicologia cognitiva na chamada “revolução Roscheana”, introduzem uma possibilidade classificação em que a adição de novos atributos fornecidos pela realidade não tornariam o conceito inválido, mas gerariam uma categoria secundária, que seria parte da categoria mais geral por compartilhar um número elevado de atributos centrais, mesmo que não todos. Esta tem sua origem referida na noção de semelhanças de família de Wittgenstein (ROSCH; MERVIS, 1975, COLHER; MAHON, 1993, GOERTZ, 2006, ANDERSEN et al., 2006, COLHER; GERRING, 2009), segundo a qual: “os usos das palavras formariam uma complicada rede de similaridades sobrepostas e interconexas” (WITTGENSTEIN apud STANFORD, 2009, não paginado), o que faria com que “os membros mais prototípicos de uma categoria fossem aqueles com o maior número de atributos em comum com os membros desta categoria e aqueles com menos atributos em comum com outras categorias” (ROSCH; MERVIS, 1975, p. 584, tradução nossa<sup>15</sup>).

Este método se mostra bastante pertinente ao entendimento deste momento tético, na medida em que ele consiste da delimitação do uso do conceito em si mesmo, para discussão a em seu aspecto nominal. Os principais desafios associados este método, como apontado por Colher e Mahon (1993,p.852) e Andersen et al. (2006, p.215), consistem justamente em estabelecer a extensão denotativa das categorias. Deste modo, o método de semelhanças de família será utilizado para mediar o discurso entre os diversos usos correntes do predicado emergente na literatura.

Os diversos atributos associados ao termo serão pré-agrupados por sua substantivação corrente na literatura em mercado, país ou potência, de modo a facilitar o a composição das semelhanças conotativas. Dos padrões de semelhança observados, se poderá formar uma categoria radial<sup>16</sup>, com atributos mais ou menos centrais. Desta categorização será possível

---

<sup>15</sup> Do original em Inglês.

<sup>16</sup> Nos termos de Rosch e Mervis (1975) e Lakoff (IN: Collier e Mahon, 1993) e não propriamente na versão construída por Collier e Mahon. A ideia de protótipo nos primeiros refere-se a um aspecto cognitivo de intersubjetividade, enquanto nos últimos a ideia de casos completos se refere a classificação de referentes empírico pelo grau de compatibilidade com os atributos centrais.

delimitar os atributos nominalmente mais prototípicos do termo emergente dentro da literatura que o emprega. Esta consistirá nossa tese.

O segundo momento é o da negação-racional. Assim como a identidade, a negação-racional possui atributos uma vez que ela é dada em função da delimitação, da determinação, do negado. Deste modo a constituição do momento antitético consistirá de uma revisão bibliográfica com vistas a constituir discursos teóricos coerentes na literatura de Relações Internacionais preocupada com:

- a) o que são atores de poder intermediário nas Relações Internacionais;
- b) que elementos estão associados à transição hierárquica ascendente destes atores.

Esta literatura nos fornecerá um conjunto de atributos referentes ao mesmo tipo de fenômeno presente no momento tético, mas externos ao seu uso, sua antítese.

O cruzamento destes dois conjuntos de atributos gerará uma síntese, que conduzirá o momento tético e antitético a se supressumir e um novo positivo racional. Neste sentido, a negação-racional não é destruidora, ela é transformadora, ela não destrói o negado, mas o transforma em sua supressão-dialética, ela é o elemento-constitutivo dialético por definição, o realmente necessário à síntese. Deste modo a identidade em sua determinação será conduzida, por sua negação racional, ao positivamente-racional.

O cruzamento dos momentos e esta nova positivação constituirão o conteúdo central desta monografia. Contudo, ademais do aspecto relacional intrínseco entre tese e antítese justificada na parte inicial deste capítulo, metodologicamente, faz-se necessária a explicitação dos canais de diálogo entre os termos em oposição, para possibilitar um diálogo coerente na formação do construto sintético derivado. Ao sistematizar o debate bibliográfico sobre atores intermediários e emergentes nas Relações Internacionais, Lima (2007, p. 170) remete às três manifestações clássicas do poder elencadas por Bobbio (2000, p. 160-163). Para o autor, o poder, em sua forma moderna, seria: o poder derivado da posse de recursos escassos, o poder econômico; o poder advindo da capacidade de dirigir ações em prol de interesses consociados, poder ideológico; e, por fim, o poder político em si, a capacidade de determinar resultados políticos<sup>17</sup>. Analogamente, é possível encontrar na literatura a emergência como uma melhora

---

<sup>17</sup> Bobbio (2000, p. 163) se refere ao poder político como estritamente coercitivo, intrinsecamente social e jurisdicionalmente restrito. No entanto, Lima (2007) adapta esta tipologia às Relações Internacionais como a capacidade de determinar resultados de ações políticas comuns que, em analogia ao poder político na sociedade, estaria fundada na coadunação de interesses comuns entre países de uma mesma região. Esta adaptação possui grande relevância, sobretudo, pela recorrência que o conceito de hegemonia terá ao longo da

relativa na posse de recurso materiais, como o aumento na capacidade de concatenar interesses, influenciando atitudes de outros atores frente às contingências internacionais, e como a capacidade crescente de coadunar interesses, determinando comportamentos. Deste modo, é possível organizar os discursos sobre a emergência, enquanto de ganho relativo de poder, a partir destas três manifestações. Esta estratégia deve permear a sistematização das literaturas tética e antitética.

Mesmo que metodologicamente explicitados os canais de diálogos entre as literaturas cujo diálogo constituirá a síntese conclusiva, mantêm-se necessidade de um caminho para a sistematização deste debate. Uma vez mais, a contribuição da “abordagem semântica do conceito” oferece métodos e técnicas bastante pertinentes a estas proposições. Este novo positivo procurará oferecer a noção de emergência a que este trabalho primordialmente pretende compreender. O que se pretende obter ao final do trabalho é um construto sintético, passível de análise para a compreensão de novos casos empíricos referentes à noção de emergência nas Relações Internacionais. Deste modo, o trabalho se afasta de uma proposição estritamente classificativa, da descrição dos atributos perfeitos para a denotação da ocorrência de casos de emergência.

Duas outras questões metodológicas derivam deste objetivo. A primeira é, uma vez mais, a opção pela estruturação arquetípica de semelhanças de família, em detrimento das condições necessárias e suficientes. O caráter inerentemente gradual dessa rede de sobreposições de atributos levanta uma segunda questão metodológica, as dificuldades da limitação conotativa convencional no conceito. Ainda que o método de semelhanças de família não exija a presença de um conjunto de atributos necessários à existência do conceito, ele demanda que seja elencado um conjunto suficiente a sua existência (GOERTZ, 2006, p. 38-44). Em outras palavras, como elencar os atributos centrais prototípicos de maneira suficientemente robusta para compreender um fenômeno é o desafio posto.

---

análise. O conceito de hegemonia aparecerá segundo diversas formas conotativas e em aparente imprecisão conceitual, pois se trata de uma revisão de uma literatura teoricamente não coesa, onde se reproduzirá os distintos significados deste termo. No entanto, é possível agrupar dois significados amplos do termo, o primeiro como reflexo do poder material e da capacidade coercitiva decorrente. E o segundo como a capacidade de coadunar interesses em torno dos seus. Cabe a diferenciação entre a hegemonia, enquanto coadunação de interesses, e a influência ideacional, como concatenação de interesses. Ambas serão manifestações de poder analisadas ao longo do trabalho, mas apenas a primeira diz respeito à transformação de interesses plurais em algum nível uno convergente com os do hegemona. A segunda pertence ao âmbito do convencimento da conexão lógica de interesses capaz de produzir comportamentos convergentes. Estas ressalvas serão pertinentes para resolução de ambiguidades advindas da pluralidade teórica das análises estudadas.

Andersen et al.. (2006, p. 217-218) aponta a solução de Thomas Kuhn no uso das dissimilaridades, a bem dizer, retomando a hipótese de classificação de Rosch e Mervis para semelhanças de família anteriormente exposta. Rosch e Mervis (1975, p. 576-577) em seu trabalho referencial já consideraram a dificuldade de não se trabalhar com uma categoria de contraste. A solução oferecida nos trabalho de Rosch e Mervis (1975, p. 577) é a necessidade de algum tipo de medição de adesão (membership measurement) de atributos à categoria. Essas técnicas, contudo, estão calcadas na comparação da frequência dos atributos de diferentes referentes empíricos membros da categoria<sup>18</sup>, o que pressupõe tanto a existência de um conjunto de atributos prototípicos quanto mecanismos de operacionalização para um estudo comparado entre tais membros. Ainda que altamente convergentes com a lógica deste trabalho, estes pré-requisitos estão além do “Estado da Arte” do objeto deste trabalho. Portanto, reitera-se o objetivo de estabelecer o primeiro pré-requisito, conhecer a geometria interna da noção convencional de emergência nas Relações Internacionais, convergindo com as colocações de Collier e Mahon (1993, p. 848):

[...] é evidente que semelhanças de família podem, algumas vezes, ser acessadas pela identificação de atributos que estão presentes em grau variado em casos particulares, em vez de estarem simplesmente presentes ou ausentes. Isto pode ser realizado aplicando alguma forma de escalas multidimensionais que especifique as dimensões subjacentes para os casos em comparação. Ainda, é importante lembrar que a construção de escalas multidimensionais não elimina o problema original de formar o conceito. No espírito da máxima de Sartori "a formação do conceito é anterior à quantificação" (1970, p. 1038), deve-se reconhecer que um pré-requisito para a construção de escalas é estabelecer o que é que esta sendo medido. (Tradução nossa,<sup>19</sup> grifos nossos)

Em outras palavras, antes de tudo, é necessário verificar a geometria interna do conceito: como ele interage como um todo e como essa interação em termos teóricos se relaciona com a realidade. Em uma analogia com a conceituação de elementos da química, Garry Goertz enfatiza o caráter ontológico de uma boa conceituação, no sentido de definir que atributos são relevantes para o comportamento desta categoria<sup>20</sup>. Como já exposto, nossa análise é ontológica por revelar dialética do conceito e essa dialética postulará como este

---

<sup>18</sup> Para melhor descrição ver Rosch e Mervis (1975, p. 577-584).

<sup>19</sup> Do original em inglês.

<sup>20</sup> Goertz (2006, pp 27-30) exemplifica que a definição química de cobre pela sua composição atômica é ontológica por determinar, por exemplo, sua condutividade elétrica, reatividade a outros elementos e etc. Uma conceituação baseada, por exemplo, na sua cor não forneceria o mesmo tipo de determinação causal.

conceito interage com a realidade. Contudo, este tratamento não soluciona a dificuldade de lidar com conceituação por semelhanças de família sem a presença de categorias de contraste.

Goertz (2006, p. 30-35) também apresenta uma solução metodológica para este problema, as categorias de Nível Básico<sup>21</sup>, que como a categoria de emergente, não são passíveis de contraste com outras categorias, podem ser mais bem compreendidas se postas em oposição a um polo negativo – i.e. democracia/autoritarismo, corporativismo/pluralismo. No caso do conceito de emergência, este polo não se mostra de maneira evidente. Uma oposição a um antônimo como “descenso”, por exemplo, levaria uma dicotomia classificativa incoerente com os termos propostos neste trabalho. A solução para a definição da polaridade semântica no conceito de emergente remonta a noção de estratégia de conceituações mínimas e máximas, cuja relevância em análises qualitativas salientam John Gerring e Paul Barresi.

Os autores (GERRING; BARRESI, 2009) sugerem que mesmo conceituações não essencialistas necessitam semanticamente de uma definição mínima. A especulação de uma definição mínima sempre esteve presente neste trabalho, foi ela que permitiu a definição dos termos postos em contradição. A especulação de que a noção de emergência fazia referência a transição ascendente de um ator intermediário na hierarquia entre seus pares permitiu buscar na disciplina de Relações Internacionais uma universalidade externa ao seu uso. O próprio Wittgenstein (2009, p. 37, §67, tradução nossa) concede esta possibilidade, sem aderir a uma lógica de necessidade e suficiência:

Se alguém desejasse dizer: “Há algo em comum a todas estas construções – nominalmente, a disjunção de todas as suas propriedades comuns”; eu poderia responder: “Agora você está jogando com palavras”. É possível dizer, também: “Há Algo que corre através desta linha, nominalmente, a continuação sobreposição dessas fibras.”

Em outras palavras, é a extrapolação desta delimitação semântica mínima, a análise destas fibras sobrepostas, o objetivo deste trabalho, ainda que esta delimitação seja um passo especulativo necessário.

Tomando esta definição especulativa mínima, conceito de emergente não pode ser tomado como um polo positivo ou negativo. Metodologicamente, o conceito de emergente deve ficar em um espectro intermediário entre dois polos – i.e. potência/não potência, centro/periferia, país pouco/muito vulnerável etc. – no que Goertz (2006, p. 30-34) chama de

---

<sup>21</sup> Adaptando o termo de Eleonor Rosch (1975).

grey zone<sup>22</sup>. Deste modo, os atributos determinados no momento tético serão entendidos em sua relação dinâmica com os polos oferecidos pela sua negação racional - centro/periferia, potência/não-potência, país inefetivo/país determinante etc. - no sentido de perceber os limites conotativos deste espectro intermediário interpolar em relação à potencialidade de transição ao polo positivo.

Ao mesmo tempo, esta confluência dialética entre essência e aparência da emergência, enquanto objeto específico de análise, precisa ser compreendida dentro de um quadro teórico de entendimento dos funcionamentos mais gerais da disciplina na qual se quer compreendê-lo. As reflexões sobre o trabalho de Waltz (1979) em Buzan et al. (1994) serão o marco teórico desta compreensão no trabalho. Deste modo, será o papel desempenhado pelos atributos do momento tético moldados pela lógica do momento atintético, face aos funcionamentos gerais da disciplina, o que determinará a sua relevância para a conformação do conceito suprimido na síntese, do positivamente-racional.

Concluindo, a metodologia de demonstração da dialética do conceito e de sua validação em um novo positivo racional se desenvolverá através de três etapas. Primeiro, o entendimento das semelhanças de família nos atributos oferecidos pelo uso corrente do termo emergente. Segundo, a organização dos atributos relacionados a atores intermediários do sistema internacional e à transição ascendente destes atores na hierarquia entre seus pares na literatura relacionada nas Relações Internacionais. Terceiro, a positivação de um construto sintético, no qual se considerará a pertinência dos atributos do momento tético em relação a sua causalidade na dinâmica da emergência prevista no momento antitético.

Este trabalho pretende apresentar o conceito em seu caráter nominal, semântico: a lógica interna de sua construção enquanto discurso-que-revela-o-real. No entanto, o seu caráter real, material, não pode nem deve ser negado. A delimitação apresentada é vista como a síntese de uma convenção, de uma gramática, sobre a lógica interna ao conceito de acordo com a realidade da disciplina das Relações Internacionais. O lugar da teoria hegeliana na história da filosofia do conhecimento foi escolhido pelas referências possibilitadas para essa ruptura. A apresentação da lógica interna ao conceito nos termos demonstrados foi percebida como uma etapa necessária à construção de um retorno a verificação empírica. A escolha do

---

<sup>22</sup> Goertz exemplifica esta ideia ao sugerir que qualquer teoria de Transição Democrática deveria ter sua definição nesta zona intermediária matizada pelos dois polos, no caso entre autoritarismo e democracia (Goertz, p. 34).

tratamento ontológico dialético do conceito, da metodologia de diálogo entre seus elementos-constitutivos e de sua positivação sintética pelo método de semelhanças de família se deu justamente pela ocorrência de importantes trabalhos referenciais de conversão de seu caráter nominal para um caráter real (MARX: ENGELS, 2007, KOSIK, 2002, ROSCH; MERVIS, 1975, GOERTZ, 2006). Essa conversão é uma carência central deste trabalho na visão do autor, bem como sua principal oportunidade de desenvolvimento posterior.

### 3 A IDENTIDADE NO CONCEITO DE EMERGENTE

O presente capítulo trata de explorar o emprego do termo emergente no estudo das Relações Internacionais, particularmente, o espectro conotativo que este uso gera. No entanto, percebe-se como passo necessário a este entendimento, a compreensão do movimento de apropriação pela disciplina de Relações Internacionais de que deriva. A descrição da origem do léxico e de sua apropriação pelas Relações Internacionais constituem, portanto, a primeira seção deste capítulo. A segunda se dedica a consecutar o objetivo do capítulo, delimitando as famílias de semelhança conotativas atribuídas a mercados, países e potências emergentes pela disciplina.

#### 3.1 Origens e disseminação do léxico emergente na linguagem técnica sobre assuntos internacionais

O predicado emergente nasce descrevendo o sujeito mercados emergentes, dentro da literatura financeira, para identificar os países que se integravam às novas condições da globalização financeira nos finais do século XX. A relevância desses mercados cresceu ao longo das décadas seguintes, dentro e fora do âmbito financeiro, atraindo maior interesse analítico por qualquer literatura preocupada em compreender dinâmicas internacionais, inclusive as Relações Internacionais. Desse modo, esta seção pretende descrever a evolução histórica da apropriação do léxico emergente pela nossa disciplina, correlacionando a evolução do seu emprego com dinâmicas históricas contemporâneas. Primeiramente, será descrito o desenvolvimento fundacional do conceito, sua evolução e o movimento que o leva ao estudo das Relações Internacionais. Em sequência, a expansão do seu uso na disciplina de Relações Internacionais será exposta.

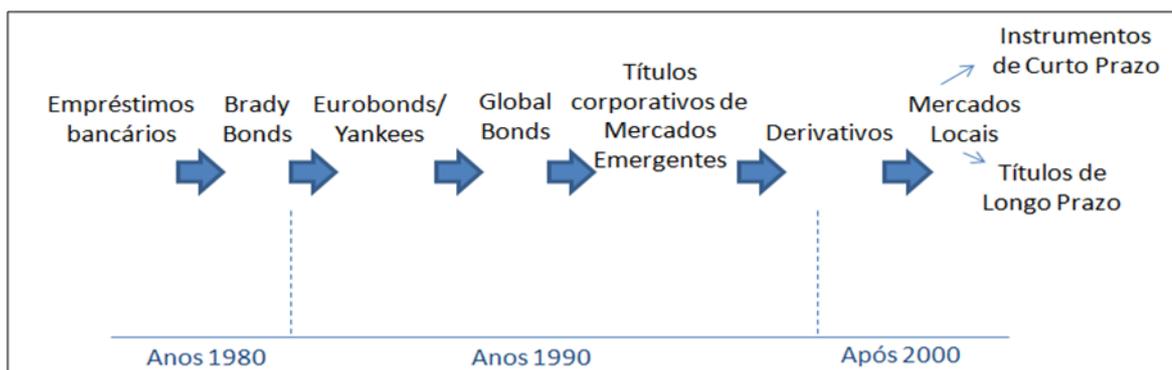
##### 3.1.1. A “viagem” do conceito na literatura financeira

A gênese da associação entre países em transição e o léxico emergente está imbricada à conjuntura de refinanciamento dos elevados estoques de dívida de países em desenvolvimento desde a segunda metade da década de 1980. A autoria da alcunha mercados

emergentes é atribuída ao presidente Antoine Van Agtamael, em 1981, do IFC<sup>23</sup>, braço financeiro do Banco Mundial, dentro do esforço para retomar o fluxo de capital privado para a reciclagem dos altos estoques de dívida dos países em desenvolvimento. Essa classificação substituíra a antiga alcunha de fundos do terceiro mundo a fim de atribuir maior credibilidade a esses devedores dada à adoção das políticas de ajuste indicadas por organismos internacionais de financiamento (IFC, 1999). Na prática, o que se estava desenvolvendo era uma nova categoria de ativos financeiros que ganharia proeminência a partir dos Brady Bonds<sup>24</sup>.

Nos anos 1990, os títulos de mercados emergentes se tornariam importantes componentes de renda fixas de diversos ativos (PIMCO, [2013?]), cuja evolução aparece ilustrada na figura 1. Deste processo, deriva uma vasta literatura específica sobre o tema e, na consequência de sua função operacional, as primeiras delimitações classificativas. Solnik (1991) oferece uma das delimitações pioneiras, retomando a classificação original do IFC, ao compatibilizar uma evolução positiva da renda per capita com a adoção das medidas de ajuste estipuladas pelo órgão e por seus pares. Pereiro (2002) e Harvey (1995a, 1995b) oferecem uma lista mais ampla de atributos que adicionariam às políticas de ajustes e ao crescimento econômico, indicadores de integração de tais economias ao capitalismo financeiro internacional<sup>25</sup>.

Figura 1 – Mercados Emergentes de Renda Fixa: um conjunto de oportunidades em expansão



Fonte: PIMCO ([2013?])

<sup>23</sup> Reivindicação da autoria em disponível em [http://ifcext.ifc.org/ifcext/masterinternet.nsf/AttachmentsByTitle/ifctFS.htm/\\$FILE/ifctFS.htm](http://ifcext.ifc.org/ifcext/masterinternet.nsf/AttachmentsByTitle/ifctFS.htm/$FILE/ifctFS.htm), acesso em 27/08/2013.

<sup>24</sup> Títulos emitidos nos termos do Plano Brady, nomeado a partir do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos Nicholas Frederick Brady, em 1989. Estes títulos denominados em dólares eram emitidos por mercados emergentes no intuito de reestruturar seus passivos. Tratava-se de um mecanismo de securitização da dívida desses países, que as tornou uma relevante oportunidade de negócios. (EMTA, [2013?]).

<sup>25</sup> Ver Souza et al (2003) para detalhamento dos atributos.

No arcabouço classificatório do FMI e do Banco Mundial, ao longo dos anos 1990, a categoria mercados emergentes passa a figurar em identidade à de países em desenvolvimento. Esta incorporação, contudo, não passa por uma sistematização delimitativa, senão é a identificação destes espaços geográficos com as novas oportunidades econômicas em expansão. Os mercados emergentes e países em desenvolvimento seriam todas aquelas economias que não as avançadas, medidas pelo seu nível de renda per capita (BANCO MUNDIAL, 2013, FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2013).

A virada para o século XXI observou o aumento da relevância desses novos mercados emergentes (KOSE, 2008). Do lado financeiro, o diferencial das taxas de juros oferecidas pelas moedas de alguns destes mercados em relação à do dólar e de outras moedas conversíveis, direcionou-lhes um amplo influxo de capitais, em boa parte, atrelados a operações de carry trade<sup>26</sup> (CINTRA, 2005, p.19). Ao mesmo tempo, observou-se uma reorganização de fluxos no lado real da economia internacional. Os mercados emergentes passaram a registrar sucessivos superávits em conta corrente neste século, puxados pelo desempenho de outros emergentes, a produção industrial do leste asiático .

Esse redesenho estava em curso quando dos primeiros trabalhos da Goldman Sachs (O'NEILL, 2001, 2003 e 2005), destacando, dentre as numerosas economias emergentes, aquelas que deveriam exercer um papel central no futuro da economia internacional: Brasil, Rússia, Índia e China. O primeiro trabalho, de 2001, conduzido pelo economista chefe do banco, Jim O'Neill, demonstrou, através de três estudos econométricos, que haveria uma tendência de essas quatro economias, particularmente a China, apresentarem, nas década seguintes, crescimento superior ao dos outros membros do G-7. Formava-se o acrônimo BRIC, cujos componentes, em um contexto de unificação monetária da União Europeia, deveriam ser incorporados à governança financeira internacional, reestruturando o G-7 (O'NEILL, 2001, p.3). Em O'Neill (2003), o estudo é ampliado, um prazo, 2039, foi oferecido para que os BRIC ultrapassem a participação do G-7 na renda global. A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em projeções demográficas, da acumulação de capital e do crescimento da produtividade para mapear o crescimento econômico destes dois grupos de economias até 2050 (O'NEILL, 2003).

---

<sup>26</sup> Tomada de recursos no curto prazo, junto a mercados de baixa taxa de juros, a serem investidos em operações de maior risco e rendimento (CINTRA, 2005, p.19), neste caso, títulos denominados em moedas não-coversíveis dos países emergentes.

Em O'Neill (2005), é apresentada a metodologia Growth Environment Score (GES)<sup>27</sup> para medir o potencial de crescimento dos mercados emergentes. Esse estudo já é contemporâneo a um crescimento mais intenso que o previsto dois anos antes para os BRIC, o que leva a prazos ainda mais favoráveis para a ultrapassagem do G-7 por aqueles. A aplicação desta nova metodologia revela, ademais, os próximos onze países cujo potencial de crescimento se destacava, os Next-Eleven (N-11)<sup>28</sup>, dos quais México e Coreia do Sul teriam condições para desempenho semelhante ao dos BRIC. No entanto, para os objetivos desta seção, um trecho da publicação reflete a relevância singular das dinâmicas expostas para a disciplina de Relações Internacionais:

[...] nós vemos os BRIC como muito mais que um novo tópico sobre mercados emergentes. Os BRIC são um aspecto chave da moderna era da globalização. O que distingue os BRIC de qualquer outra narrativa de crescimento de mercados emergentes é sua capacidade de influenciar, e serem influenciados, pela economia e pelos mercados globais em sentido ampliado. A perspectiva atual e futura para a globalização tem as nações dos BRIC em seu núcleo e a interação entre as economias dos BRIC e do G7 é um aspecto crítico da globalização e da interdependência. (O'NEIL, 2005, p.3, tradução nossa<sup>29</sup>)

Ainda que o trabalho da Goldman Sachs compusesse uma literatura empírica operacional, destinada a auxiliar atores no mercado financeiro, ela traz dois componentes relevantes para compreensão da apropriação do léxico emergente pela literatura de Relações Internacionais - a ser descrita na próxima subseção. Em primeiro lugar, estes trabalhos especificam, dentre os emergentes, um grupo de países cuja trajetória de crescimento poderia constituir, no longo prazo, um movimento rumo de ao centro da economia internacional. Em segundo lugar, os trabalhos advogam que esta proeminência deveria acompanhar sua devida inclusão nas esferas de governança financeira internacional, nomeadamente, na expansão do G-7. Dessa forma, este conjunto de trabalhos lança, desde a literatura financeira, um olhar diferenciado sobre estes atores cuja proeminência se confirmaria ao longo dos anos 2000 e transbordaria o âmbito do mercado financeiro da mesma maneira que o termo emergente transbordaria esta literatura. O conceito realiza sua “viagem” e o decorrente “alargamento” que dela deriva,<sup>30</sup> revelando um campo léxico a ser apropriado pelas Relações Internacionais.

---

<sup>27</sup> Para sumário da metodologia ver O'Neill (2007, p. 87-90).

<sup>28</sup> Coreia do Sul, México, Indonésia, Irã, Filipinas, Turquia, Egito, Nigéria, Vietnã, Paquistão e Bangladesh.

<sup>29</sup> Do original em inglês.

<sup>30</sup> Em alusão as noções de “conceptual travelling” e “conceptual stretching” em Sartori (1970 e 1984, p. 38, 52-53). A primeira, traduzida como “viagem”, refere-se a associação do conceito ao novos casos no curso do

### 3.1.2 O século XXI e a apropriação pelas Relações Internacionais

A economia internacional no século XXI observou mudanças relevantes no fluxo de recursos reais e financeiros, manifestadas em reorganização do emprego, da renda e dos processos políticos internacionais a partir dos efeitos do forte crescimento chinês no período. Com uma taxa de crescimento do PIB na casa dos dois dígitos, o crescimento chinês, junto à expansão estadunidense, explicou mais da metade do ritmo de elevação da renda mundial no ciclo 2003-2008, quadro não alterado pela crise. O crescimento chinês esteve fortemente associado ao deslocamento da produção industrial dos países centrais para os periféricos, em especial para o leste asiático, a partir da estratégia de outsourcing das empresas dos países centrais, assim como, à ampliação da demanda dos países centrais e à expansão financeira global (IPEA, 2011, SILVA et al., 2010, LÉLIS et al. 2010, CUNHA et al., 2011).

Nesta conjuntura, a produção industrial chinesa esteve atrelada majoritariamente na oferta aos mercados centrais, exercendo pressão competitiva sobre todos os mercados industriais do mundo, pelo lado da oferta, e sobre o mercado de recursos naturais, pelo lado da demanda, afetando diretamente o preço das commodities internacionais (CUNHA; SILVA, 2009, YONGZHEN, 2011). Assim, o crescimento chinês acompanhou e fomentou o crescimento via exportações (export-led growth) dos demais países em desenvolvimento, particularmente dos fornecedores de recursos naturais para a produção industrial da China e os do leste asiático (IPEA, 2011) pela regionalização da produção industrial chinesa. Ao mesmo tempo, a expansão financeira global, sobretudo pela manutenção de baixas taxas de juros nos países centrais, somada a diplomacia financeira chinesa (CUNHA et al., 2007), orientou um forte fluxo de investimento em diversos mercados emergentes. Esse contexto fundamentou o incremento na participação dos países em desenvolvimento ou emergentes<sup>31</sup> na economia mundial, como demonstram as tabelas do apêndice A.

No período pós-crise financeira internacional de 2008, a China logrou manter um ritmo de crescimento anual entre 9% e 10% até 2011, reduzindo para a casa dos 7,5% nos anos

---

tempo e do espaço. A segunda, traduzida como “alargamento” conceitual é distorção conotativa decorrente da tentativa de incluir novos casos. Estas duas noções deveriam ser compreendida dentro da discussão de “escala da generalidade” (“ladder of generality”), resumida na bibliografia, discutida com profundidade em Sartori (1970) e resumida na página 1041 do mesmo trabalho. No entanto, no presente trabalho, se retira o conteúdo normativo de Sartori e se trabalha este processo como parte do movimento histórico que subsidia a apropriação do conceito pela disciplina de Relações Internacionais.

<sup>31</sup> Dentro da classificação do FMI e do Banco Mundial.

seguintes, mas mantendo acima do nível geral o crescimento dos países emergentes. A expressão “novo normal” (SPENCE, 2009; GROSS, 2009) tem sido utilizada por diversos economistas para descrever a tendência longa desses novos comportamentos da economia internacional no pós-crise (CUNHA, 2011). Além de concentrar os saldos dessa redistribuição do poder econômico, tais mudanças tiveram forte impacto sobre o poder político, com manifestações ainda mais intensas após a crise. A primeira década do século XXI observou a “ascensão do resto” (AMSDEN, 2003, ZACHARIA, 2008), com maiores recursos de poder da periferia nas instituições da ordem mundial estabelecida. O processo de normatização da clivagem Norte-Sul das últimas décadas do século XX foi substituído pelo incremento do debate Norte-Sul, manifestando o empoderamento dos emergentes nas tratativas multilaterais, nomeadamente na gestão do G-20 financeiro após a crise (SHIRM, 2012, VISENTINI; SILVA, 2011, BEESON e BELL, 2009).

Descreve-se, então, que a economia internacional cumpria o quadro desenhado pela Goldman Sachs de maneira ainda mais intensa e com desdobramentos sobre a política internacional. O termo emergente se disseminou na denotação de fenômenos das Relações Internacionais, no ambiente acadêmico e ordinário, no discurso e na ação política. Este curso de acontecimentos gerou o contexto para o emprego crescente do léxico emergente no ambiente acadêmico das Relações Internacionais. Para mensurar tal disseminação, esta seção, descreverá um estudo quantitativo sobre a evolução histórica da frequência do emprego do predicado emergente associado às dinâmicas acima descritas.

O estudo constituiu da verificação do número de trabalhos que fazem referências a “emergentes” em dezessete bases de dados acadêmicos<sup>32</sup> ao longo tempo, entre 1989 e 2012. Para tanto, utilizou-se das ferramentas booleanas de busca das próprias bases, analisando os resultados para referências a “mercado(s) emergente(s)”, “país(es) emergente(s)” ou “potência(s) emergente(s)” em todo o texto - corpo do texto, palavras-chave, resumo e título –

---

<sup>32</sup> As bases utilizadas foram 1) o conjunto de periódicos da área de Ciências Políticas classificados como A1 ou A2 no sistema Qualis CAPES; 2) pesquisa aberta no Portal de Periódicos - CAPES; 3) Academic Search Premier – EBSCO; 4) Gale – Academic OneFile; 5) Banco de Teses de Doutorado – CAPES; 6) Banco de Dissertações de Mestrado – CAPES; 7) Cambridge Journals Online para periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais; 8) Duke University; 9) Jstor na área de Ciência Política e Relações Internacionais; 10) Project Muse; 11) Sage Jstor na área de Ciência Política e Relações Internacionais; 12) Oxford University Press na área de Ciências Sociais; 13) Google Acadêmico; 14) SCOPUS na área de Ciências Sociais; 15) Scielo Brasil; 16) Web of Science na área de Relações Internacionais; e 17) Wiley and Sons Online. Com estas pesquisas pretende-se cobrir uma parte relevante das publicações em Relações Internacionais e áreas afins, passível de ilustrar o ritmo da disseminação do emprego do léxico emergente neste campo de estudos.

em periódicos revisados por pares. Com a aplicação da busca da referência conjunta dos termos pretende-se minimizar a probabilidade de referências aleatórias, desconexas da temática em estudada. O estudo pretendia, portanto, ilustrar quantitativamente a disseminação do léxico emergente nas Relações Internacionais.

De maneira geral, a pesquisa demonstrou um crescimento exponencial do emprego do predicado emergente, através dos sujeitos mercado, país e potência, como demonstram os gráficos 1, 2 e 3 do apêndice B. Os dados destes gráficos representam a média aritmética do crescimento do número de trabalhos que empregam cada uma das substantivações nas dezessete bases analisadas. Para diminuir o peso das discrepantes dimensões das bases de dados, utilizou-se o número de trabalhos do ano de 1989 igualado a 1, como base para o índice de crescimento. As tabelas 1, 2 e 3 do apêndice B representam as matrizes de correlação de Pearson de todas as bases, cuja média foi de “0,565”, “0,754” e “0,738”, respectivamente para os resultados da busca por “mercado(s) emergente(s)”, “país(es) emergente(s)” e “potência(s) emergente(s)”. Tais resultados demonstram uma boa correlação positiva entre os dados das dezessete bases para cada uma das pesquisas<sup>33</sup>. Da mesma maneira, a tabela 4, do mesmo apêndice B, demonstra alta correlação positiva, medida pelo mesmo índice de correlação de Pearson, entre os dados dos gráficos 1, 2 e 3.

Tais resultados sugerem que existe disseminação na denotação de fenômenos das Relações Internacionais pelo léxico emergente. Pode-se inferir que a participação mais relevante dos emergentes na economia e na política internacional, os trazem, de fato, para ordem do dia e sob este rótulo: emergentes. Com certeza, as explicações para este crescimento não se esgotam na afirmação anterior, mas também não são o objetivo central deste trabalho. Na consecução de nossos objetivos, cabe expor o processo descrito como um indício de que a categoria emergente possua uma roupagem semântica disseminada, fundamental na vivacidade e no interesse por conceitos e para uma fluída transição entre a linguagem técnica e a ordinária<sup>34</sup>. Pode-se ainda levantar a possibilidade de que esta roupagem semântica disseminada aproxime a categoria a um protótipo semântico arraigado<sup>35</sup>, nos termos de Rosch e Mervis (1975), cuja assimilação cognitiva de seus atributos já estaria incorporada a linguagem em geral. Despindo-se dessas inferências, o estudo demonstra por si só o

---

<sup>33</sup> Suspeita-se que a maior discrepância na pesquisa sobre “mercado(s) emergente(s)” esteja relacionada ao diferente grau de restrição das bases em relação a área do conhecimento.

<sup>34</sup> Ver nota 3.

<sup>35</sup> Tradução de *embedded prototype*, ver nota 2.

crescimento exponencial da ressonância<sup>36</sup> da categoria, um critério de grande relevância na construção e validação de conceitos para Gerring (2001). Tomadas estas conclusões, reitera-se a justificativa dos objetivos gerais deste trabalho, o uso recorrente da categoria “emergente” discrepa do volume de sistematização e reflexão dedutiva sobre o seu espectro conotativo para denotar fenômenos das Relações Internacionais (FLEMES, 2007, LIMA, 2010, SILVA, 2012). Em outras palavras, as análises<sup>37</sup> oferecem mais sistematicamente a extensão corrente da categoria emergente, porém, a ausência de um debate sobre sua intensão, torna indeterminado o seu nível de generalidade e a possibilidade de sua atribuição a novos casos<sup>38</sup>. É com este debate que o presente trabalho pretende contribuir.

A análise comparada das séries temporais – das gráficas 1, 2 e 4 – revela, por sua vez, a base do crescimento exponencial dos termos “país(es) emergente(s)” e “potência(s) emergente(s)” em meados dos anos 2000, enquanto a evolução do termo “mercado(s) emergente(s)” está concentrada na primeira metade dos anos 1990. Pode-se inferir dessa observação uma maior relevância do contexto descrito ao longo desta subseção para a compreensão do crescimento dessas duas primeiras categorias. Contudo, para analisar a correlação entre as três substantivações, realizou-se um segundo estudo quantitativo. O universo deste estudo foi o total de trabalhos publicados em periódicos científicos classificados como A1 e A2 no sistema Qualis da CAPES, que empregaram o termo emergente em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Não se pretende tomar este recorte como uma amostra estatística, tampouco, com ele, exaurir as referências de relevância na academia, mas trabalhar com um universo criterioso de trabalhos de destaque da disciplina. Dado o número mais restrito de trabalhos, foi possível, através da sua leitura sistemática, estudar o número de referências às três substantivações e a sua aparição combinada em trabalhos.

A principal conclusão oferecida pelo estudo é a corroboração da inferência de uma maior conexão lógica entre os termos “país emergente” e “potência emergente” como demonstra o gráfico 4 do apêndice B. Os gráficos 4 e 5, do mesmo apêndice B, também ilustram que quando se restringe a pesquisa aos periódicos de Relações Internacionais a

---

<sup>36</sup> Nos termos de Gerring (2001, p.52-54), ressonância – resonance – é o grau de disseminação semântica de um conceito, tanto na linguagem acadêmica quanto não acadêmica. Este é um dos oito critérios para a construção de conceitos nessa obra referencial.

<sup>37</sup> Sugerido na seção 3.2 deste trabalho.

<sup>38</sup> Refere-se a discussão proposta por Sartori (1970), referenciada na nota 26, e sua continuação por Goertz (IN: COLLIER e GERRING, 2009, p. 181-203).

substantivação mais recorrente é a de “potência(s) emergente(s)”. O gráfico 6 do apêndice B, que expõe a elevação destacada do número médio de referências a essa substantivação ao longo deste século e, sobretudo, após a crise de 2008, possibilita considerar o papel que a roupagem política atribuída aos emergentes pelos trabalhos da Goldman Sachs, somada à concretização e ao aprofundamento de suas perspectivas, tenha sido relevante para o incremento no interesse acadêmico de alto nível por “potências emergentes”. No entanto, como já exposto, a discussão sobre emergência é anterior ao descrito nesta seção, ela consiste de nossa antítese, no capítulo 4. No que segue este capítulo, cabe compreender o espectro conotativo que este emprego disseminado do léxico emergente possui na literatura de Relações Internacionais.

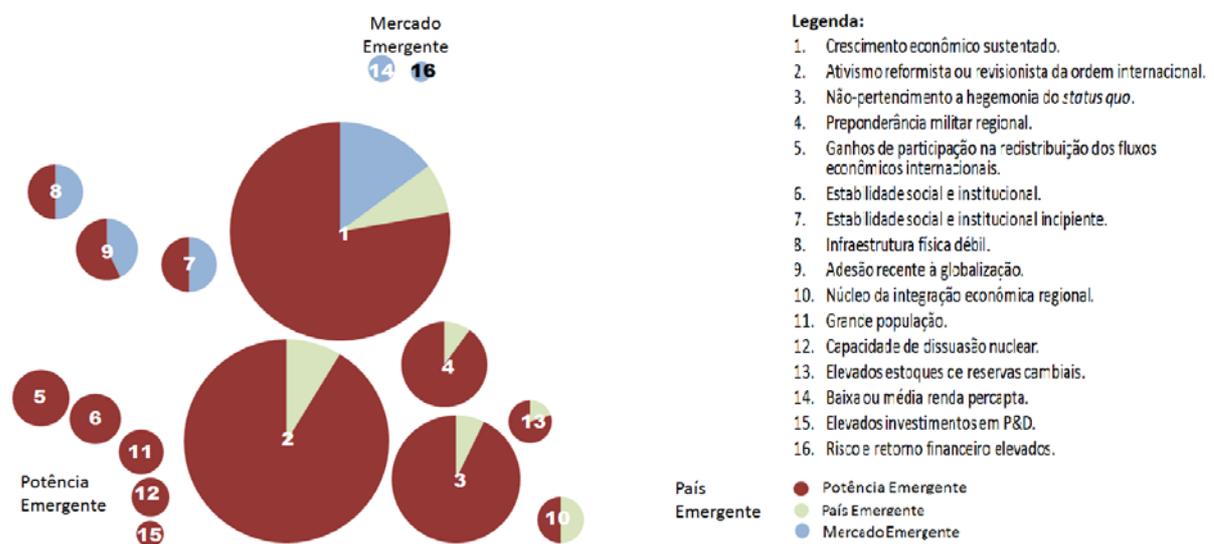
### 3.2 Famílias de semelhança conotativa no emprego do léxico nas Relações Internacionais

A natureza do trabalho, a de apresentar o caráter convencional do conceito de emergente nas Relações Internacionais, levanta uma cautela relevante quanto ao recorte bibliográfico a ser analisado. Tal recorte tenderia a pretensões exaustivas na busca pelo “Estado da Arte” do uso da categoria mercado, país e potência emergente e dele extrair seus atributos. No entanto, existem sérias limitações à exaustividade em análises qualitativas, fazendo-se necessário algum tipo de recorte, em maior ou menor grau arbitrário. Assim que, parte relevante do cumprimento dos objetivos deste trabalho consiste de minorar a arbitrariedade na seleção da bibliografia analisada.

Neste sentido, buscou-se delimitar o recorte no uso do termo por autores de grande ressonância da disciplina nacional e internacional (FLEMES, 2007, KANG, 2007, IKENBERRY; WRIGHT, 2008, ZACHARIA, 2008, LIMA, 2010, ALMEIDA, 2010, HART e JONES, 2010, SILVA, 2012, BECHENCHOU, 2013, VISENTINI, 2013). Ademais, de maneira mais sistemática, buscou-se o conjunto de referências de seu emprego nos periódicos mais consagrados na disciplina de Relações Internacionais, balizando-se na classificação Qualis A1 e A2 da CAPES, o que levou aos seguintes trabalhos: Waltz (1993), Blázquez e Santiso (2004), Bussel e Weber (2005), Detomasi (2006), Hurrell (2006), Tammen (2006), Cooper et al. (2007), Oneal (2007), Buruty (2008), Callahan (2008), Giaccagila (2010), Ikenberry (2008 e 2011), Kumar (2008), Palat (2008), Shwengel (2008), Bell e Feng (2009), Barros-Platiau (2010), Chin (2010), Fledes (2010), Lessa (2010), Naibin (2010), Nel (2010),

Schirm (2010), Stuenkel (2010), Claudin (2011), Desai e Vreeland (2011), Santos (2011), Andreasson (2012), Ghotme (2012), Gratius (2012), Hurrell e Segupta (2012), Schenoni (2012), Cooper e Flemes (2013), Grey e Murphy (2013), Hurrell (2013), Mittelman (2013) e Vanaik (2013). Com estas obras pretende-se obter um conjunto referencial do emprego do léxico em estudo.

Figura 2 – Volume de referencias dos rótulos de atributos por substantivação



Fonte: Elaboração do autor (2013).

Um segundo desafio na sistematização desta literatura é a frequente não explicitação dos atributos determinantes de uma categoria. Goertz (2006, p. 36-37) nos lembra de que o desafio hermenêutico torna a estruturação de conceitos matéria de exegese textual. Em outras palavras, a estratégia apontada é a de inferência de relações entre as distintas descrições do fenômeno e o papel que os elementos desta descrição desempenham na particularidade de sua manifestação. A análise qualitativa da bibliografia levou a dezesseis rótulos de semelhança de atributos, cuja prototipicidade está ilustrada na Figura 2<sup>39</sup>. Os dezesseis rótulos são um

<sup>39</sup> O gráfico busca representar os rótulos de atributos mais frequentes no universo bibliográfico analisado de acordo com a substantivação do léxico emergente com a qual são empregados. A área de cada esfera é proporcional número de referências encontradas para cada rótulo. A cor dos círculos, ou de cada porção colorida, representa a substantivação a que cada um dos rótulos está associada, ou a proporção em que estão. A fim de contribuir para o caráter ilustrativo da figura, os círculos estão dispersos estilizadamente conforme a proporção em que são associados a cada substantivação, junta qual estão postos mais perto.

conjunto discreto de semelhança de atributos que representam a pluralidade da caracterização do léxico emergente na bibliografia analisada, bem como sua recorrência.

Deste modo, esta seção inicialmente apresenta as narrativas que se coadunam a justificar a delimitação de cada um dos rótulos. No entanto, a organização dos atributos simplesmente pela sua recorrência na literatura poderia induzir a um erro de interpretação do funcionamento lógico da realidade manifestado na categoria, de modo que os vínculos teóricos das análises estudadas e a maneira como eles pautam a interação entre tais atributos deve ser um foco de atenção particularmente relevante nesta fase do trabalho. Na consequência desta ressalva, a composição o momento tético do conceito, a segunda etapa desta subseção, buscará concatenar tais atributos de acordo com a lógica que conferem ao fenômeno que denotam, a partir da intertextualidade revelada nas delimitações atribuídas.

A figura 2 lista os dezesseis rótulos delimitados, hierarquizados por sua recorrência. A figura também ilustra a posse de um crescimento econômico expressivo e sustentado, ou a previsão de tal desempenho no longo prazo, como o único atributo comum a todas as substantivações, assim como o mais frequente. A recorrência no emprego do termo contrasta, porém, com a lógica de seu emprego. O crescimento econômico aparece, por vezes, como um atributo necessário, mas, de maneira geral, não suficiente.

Nos trabalhos estudados, o crescimento econômico está associado, enquanto atributo, à potencialidade de sua conversão em capacidade militar e, sobretudo, como fundamento da ação política. O artigo referencial de Waltz (1993) aponta a potencialidade de conversão do desempenho econômico da Alemanha, Japão e China em capacidade militar como o fundamento de sua classificação enquanto potências emergentes. Para Chin (2010), é o crescimento com saldos em transações correntes apresentado nos últimos anos que possibilitou à China e ao Brasil um acúmulo de reservas capaz de lhes dar autonomia e peso político nas instituições de governança financeira global, em um contexto de menor liquidez internacional. Para Palat (2008), Stuenkel (2010) e Santos (2011), junto ao peso demográfico, é a magnitude e a escala do crescimento econômico que possibilitam, às suas decisões de política externa, impactos efetivos na governança global, para o segundo; ou nas instituições hegemônicas para os demais. Na sequência do trabalho seminal de Hurrell (2006); MacFarlane (2006), Flemes (2010a; 2010b), Lima (2010), Hart e Jones (2010), Gratius (2012) e Ghotme (2012), percebem que o crescimento econômico redimensiona o impacto das

potências emergentes sobre o sistema internacional, rompendo a identidade até então direta com as categorias de país em desenvolvimento, potência intermediária ou Potência Regional.

Ainda assim, a centralidade do crescimento econômico potencial na delimitação dos emergentes nos trabalhos da Goldman Sachs influencia o espectro denotativo de diversas análises relevantes. Silva (2012) adere à metodologia G.E.S.<sup>40</sup> da Goldman Sachs, mas justifica sua delimitação pela potencialidade que a previsão de crescimento dos BRIC e dos N-11 oferece à política externa brasileira. Kumar (2008) e Claudín (2011) sustentam a inclusão da Índia e a exclusão da Rússia, respectivamente, no rol dos emergentes basicamente pela posse, ou ausência, desse atributo. Para Tammen (2006), é a capacidade de dissuasão nuclear e um PIB entre 80% e 120% do apresentado pela potência hegemônica a condição para sua classificação enquanto potência emergente.<sup>41</sup> Os trabalhos de Blázquez e Santiso (2004), Detomasi (2006), Bell e Feng (2009), que empregam o termo mercado emergente, distam mais significativamente dos demais autores analisados ao dar ao atributo um caráter operacional, no qual o crescimento é o componente que sustenta os elevados retornos do mercado.

O crescimento econômico se mostra, portanto, como um ponto de convergência dos diversos trabalhos analisados, enquanto signo da potencialidade inerente ao conteúdo semântico do termo emergente. De todo modo, trata-se da conotação material mais prototípica empregada aos emergentes e, ao mesmo tempo, a representação sintética do elemento fundante do conceito na realidade.

De maneira quase tão recorrente quanto o rótulo anterior, diversos trabalhos associam países ou potências emergentes a uma atitude ou um comportamento político revisionista ou reformador da ordem internacional. Gray e Murphy (2013) organizam este debate quanto ao impacto almejado pelos emergentes nas instituições da governança global: o qual seja sua revisão, seja a busca por mais espaço nas suas esferas deliberativas. Em outras palavras, os emergentes seriam atores estatais que declaram suas ambições de transformação das instituições – i.e. substituição do G-7 pelo G-20 na coordenação estatal das finanças globais – ou nas instituições – i.e. reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas – da

---

<sup>40</sup> Para sumário da metodologia, ver O'Neill (2007, p. 87-90).

<sup>41</sup> O autor se refere a Teoria da Transição de Poder de Krugler e Organski (NOLTE, 2010, p. 886-887), que analisa a estabilidade do sistema, frente a emergência de desafiantes ao hegemona. Estas medidas indicam a condição de paridade que denotam a emergência de um desafiante. Para sumário da sustentação teórica e metodológica destes indicadores, ver Tammen (2006, p. 566 -570).

ordem internacional (CHIN, 2010, SCHIRM, 2010, VISENTINI, 2013). Além destas atitudes, é observado um comportamento político de mesmo caráter – i.e. ação do BASIC na governança global sobre o clima ou ações do G-20 comercial junto a OMC (HURRELL, 2006, BARROS-PLATIAU, 2010, HURRELL; SEGUPTA 2012, SANTOS, 2011).

O trabalho seminal de Ikenberry (2008) é um dos primeiros a problematizar esta questão, sustentando que a ordem internacional vigente ofereceria uma fácil adesão e elevados custos de oposição, o que levaria a atores com eventual poder para confrontá-la<sup>42</sup> a uma atitude reformista. Para Flemes (2010a; 2007), esta atitude é particularmente condizente com potências emergentes de menor respaldo material – como Brasil e África do Sul – uma vez que a alternativa revisionista não teria efetividade. Ainda assim, Flemes (2010b) aponta o soft balance, o bloqueio à normatização da hegemonia estadunidense, como o comportamento predominante também de Índia, China e Rússia na ordem internacional e a fundamentação da iniciativa BRICS. Hurrell (2006) analogamente corrobora a predominância de atitudes reformistas, dada elevada diferença de custos entre reforma e oposição, mas aponta, como decorrência, comportamentos tanto reformistas quanto revisionistas. Para esse autor e seu colega<sup>43</sup>, quando há possibilidade para efetivação da reforma, ocorre a adesão – como em relação às estruturas de voto da OMC, do Conselho de Segurança da ONU ou no caso do acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos; quando não, a opção é pelo comportamento revisionista – como nos casos TNP e G-20 financeiro. Para Burity (2008), Nel (2010) e Santos (2011), o comportamento reformista é reflexo da possibilidade de efetivação das atitudes redistributivas inerentes aos vínculos identitários destes atores com os dilemas do desenvolvimento próprios de sua emergência<sup>44</sup>. Callahan (2008) se diferencia das demais abordagens, ao embasar a categorização da China como potência emergente na possibilidade de construção de uma nova hegemonia. Tanto Callahan (2008) quanto Kang (2007) enfatizam a emergência chinesa como a possibilidade uma revisão harmônica da ordem internacional.

Outros autores se focam no aspecto necessariamente coletivo do comportamento revisionista ou reformista. Para Cooper et al. (2007), Palat (2008) e Mallaby (2011), os

---

<sup>42</sup> Para este autor, a China.

<sup>43</sup> Em Hurrell (2006 e 2013) e Hurrell e Segupta (2012).

<sup>44</sup> Cabe ressaltar as particularidades dos três argumentos agrupados: Burity (2008) sustenta que o desempenho econômico das potências emergentes, as permite levar à instituições hegemônicas os interesses da periferia; Nel (2010) trabalha a relevância da efetivação de uma agenda redistributiva no processo de reconhecimento destes atores na ordem internacional; e Santos (2011) sugere a conjuntura como uma oportunidade de incorporar a agenda do Terceiro Mundo na revisão das instituições da hegemonia estadunidense.

emergentes não apresentam um conjunto atitudes ou comportamento, nem reformistas nem revisionistas, mas somente tal comportamento, em nome de interesses comuns, permitiria a concretização de sua proeminência para além do seu potencial de crescimento econômico. Schirm (2010), de maneira correlata, trata as potências emergentes como essencialmente reformistas e cujo comportamento padrão é a busca por seguidores para suas reformas. Esta perspectiva reformista está também subjacente às análises de Lima (2010), Hart e Jones (2010), Vanaik (2013) e Visentini (2013), para as quais as coalizões de emergentes - como o IBAS, o BRICS e o G-20 comercial - fortalecem a influência destes países nas instituições da ordem internacional, dada a possibilidade de concatenar seus interesses. Mittelman (2013) traz a possibilidade de estas coalizões em si estarem revisando a governança global. Silva (2012) busca a conversão destas interações de interesses em comportamento político analisando a correlação das votações dos emergentes em organismos multilaterais internacionais.

A pertinência destes atributos está relacionada na literatura à manifestação do fenômeno na determinação da estabilidade das instituições da ordem internacional. Os impactos do maior ativismo destes atores nas instituições da governança global, com atitudes e comportamento de conteúdo revisionista ou reformista, são a implicação principal da emergência destes atores com a qual está preocupada uma expressiva parcela dos trabalhos analisados (IKENBERRY, 2008, CALLAHAN, 2008, PALAT, 2008, NEL, 2010, CHIN, 2010, STUENKEL, 2010, SCHIRM, 2010, SANTOS, 2011, HURRELL; SEGUPTA, 2012). Portanto, percebe-se, na literatura, a associação da emergência a um comportamento, potencial ou efetivo, reformador da ordem internacional vigente.

Retomando o primeiro rótulo, é o crescimento econômico o fundamento material mais associado ao comportamento e às atitudes descritas. Ao mesmo tempo, a filiação política histórica dos emergentes mais prototípicos<sup>45</sup> – nominalmente Brasil, China e Índia, - ao terceiro-mundismo é reivindicada como o conteúdo ideológico ou identitário essencial em sua compreensão (NEL, 2010, SANTOS, 2011, HURRELL, 2013, VISENTINI, 2013). Quando não o terceiro-mundismo, outros conteúdos identitários são apontados, os quais, de maneira geral, comungam do não pertencimento à hegemonia do status quo. Trata-se de um rótulo

---

<sup>45</sup>A título de ilustração, o apêndice D expõe a cobertura extensional do emprego do termo de emergente nos trabalhos estudados. A partir desta tabela, é possível perceber China, Índia e Brasil, como os referentes empíricos mais recorrentes.

cuja semelhança está embasada na manifestação de distintas identidades associadas ao comportamento e às atitudes destes atores. A compreensão particular destas identidades mereceria um esforço específico e exigiria um universo bibliográfico expandido, para além do emprego do léxico emergente. Conquanto esta ressalva, cabe agrupar algumas similitudes nos apontamentos da bibliografia estudada.

O estudo dos vínculos das potências emergentes com a memória histórica do Terceiro Mundo é o objetivo central na argumentação de Hurrell (2013). Para o autor, ainda que as condições materiais de alguns países os diferenciem de algumas narrativas clássicas do Terceiro Mundo, as metas de mudança que almejam são remanescentes de um legado histórico de marginalização e subordinação. A opção pela formação de coalizões – como o G-20 comercial, o IBAS e o BASIC – traria consigo a percepção coletiva deste legado. Outro elemento que vincula as potências emergentes ao terceiro-mundismo é a permanência de desafios sociais domésticos complexos que os aproximam dos dilemas e dos interesses de nações em desenvolvimento, fomentando sua solidariedade com o “Sul” e o conflito de interesses com o “Norte”. Esta argumentação sumariza a defesa da clivagem Norte-Sul como um componente identitário necessário à compreensão do papel dos emergentes na política internacional, que se sustenta na sequência.

Santos (2010) e Visentini (2013) também são explícitos em associar a articulação e a cooperação Sul-Sul aos vínculos históricos do solidarismo terceiro-mundista de Bandung. Para Nel (2010), o pertencimento identitário a um Sul global, que compartilha de desafios comuns na superação do subdesenvolvimento, faz a busca por reconhecimento centrar-se em um ativismo crítico ao universalismo normativo indiferente a tais desafios. O trabalho de Palat (2008) contrasta com os anteriores, ao ponderar que, paradoxalmente, as maiores capacidades dos novos líderes do Terceiro Mundo não efetivam a memória de Bandung, dada a cooptação das elites nacionais dos emergentes inerente ao processo de abertura e integração à globalização que fundamentou seu crescimento econômico.

A referência ao terceiro-mundismo não é explícita no trabalho de outros autores. Hart e Jones (2010) apontam a exclusão ou o papel secundário destes atores na ordem internacional pós-1945 como o fundamento ideológico da estratégia coalizcionista de busca por um espaço ampliado nestas instituições. De maneira correlata, Stuekel (2010) utiliza um viés racionalista na fundamentação identitária das potências emergentes, cujo posicionamento frente à governança global estaria pautado pela ambição de ter reconhecido seu status de grande

potência. Callahan (2008) mostra que a auto-percepção chinesa de seu papel na política internacional, manifestada na ideia da Tianxia<sup>46</sup>, embasaria ideologicamente a construção de uma nova hegemonia advinda de sua preponderância material.

A revisão dos discursos empregados aos três rótulos mais recorrentes - o crescimento econômico, as atitudes e o comportamento revisionista ou reformista e as identidades não-hegemônicas - revela uma lógica que compõe a noção percebida como prototípica da emergência na disciplina. O expressivo crescimento econômico dos países ou potências emergentes é percebido com o elemento fundante das alterações sistêmicas ou da ordem internacional. O ativismo reformista ou revisionista destes atores é apontado como o principal impacto ou manifestação desta emergência. Este ativismo tem seu embasamento material sumarizado no crescimento econômico e ideológico no não pertencimento à hegemonia do status quo. A concatenação destes atributos é subjacente à argumentação de diversos autores (BURITY, 2008, CALLAHAN, 2008, PALAT, 2008, SCHWENGEL, 2008, HART; JONES, 2010, FLEMES, 2010a, NEL, 2010, LIMA, 2010, SANTOS, 2011, SILVA, 2012, GHOTME, 2012, HURRELL e SEGUPTA, 2012, HURRELL, 2013, VISENTINI, 2013).

Ainda que a apresentação de um crescimento econômico expressivo seja o fundamento material mais recorrentemente reivindicado do comportamento atribuído aos emergentes, outro movimento histórico parece estabelecer uma lógica causal mais direta nos trabalhos estudados. O redirecionamento geográfico dos padrões de transações reais e financeiras da economia internacional, no qual o incremento da renda destes países está associado ao ganho de participação nos fluxos da economia<sup>47</sup> em detrimento dos países da G-7, é tido em diversos trabalhos como o movimento histórico fundante da emergência de novos atores. Para Schwengel (2008), o conceito de potências emergentes seria uma simples metáfora do conjunto destas transformações. Zacharia (2008) identifica este processo histórico com a terceira mudança estrutural na era moderna das Relações Internacionais, que somado a maior relevância atribuída a atores não estatais e transnacionais categorizaria a “ascensão do resto” na conformação do mundo pós-americano.

Para Cooper et al. (2007), o verdadeiro fundamento do maior peso político das potências emergentes na ordem internacional, advém, não do crescimento econômico

---

<sup>46</sup> Para sumário do conceito, ver Callahan (2008, p. 751-753).

<sup>47</sup> Ver tabela 1 do Anexo A.

individual mas do aumento dos fluxos econômicos entre si e o peso progressivo desses fluxos no conjunto da economia internacional. Contudo, o autor ressalva que a maior participação dos emergentes no comércio internacional contrasta com uma posição majoritariamente receptora de recursos financeiros, que são disputados por estes atores. Santos (2011), Nel (2010), Hart e Jones (2010) e Hurrell (2006) apontam a redistribuição dos fluxos econômicos como, ao mesmo tempo, manifestação e fundamento do ativismo reformista dos emergentes. Ikenberry e Wright (2008) não percebem o incremento dos fluxos entre si, mas o peso coletivo destes atores – sua fatia crescente do comércio, independente de seus vetores, e da produção mundial – sobre a ordem internacional como o que os torna relevantes para a discussão.

De maneira análoga ao rótulo anterior, a preponderância militar regional é tida como requisito para projeção de poder em caráter sistêmico. O artigo de Kenneth Waltz (1993), ao qual está atribuída a intitulação “potências emergentes”, dá fôlego a uma das discussões mais sensíveis à capacidade analítica das teorias realistas, a explicação da mudança. Não obstante Waltz não de a mesma premência à hegemonia regional que daria Mearsheimer (2001), ele revela a disputa entre Japão e China pela preponderância do leste asiático como determinante na sua consolidação como grandes potências. Para Schenoni (2012), é a ruptura do equilíbrio regional com a Argentina e a confirmação da unipolaridade brasileira enquanto Potência Regional que possibilita sua classificação como potência emergente. Hart e Jones (2010), sem sistematizar a associação à discussão sobre Potências Regionais, caracterizam as potências emergentes como possuidoras de poder político, econômico e militar para bloquear os interesses do hegemona na sua região. Em Flesmes (2007), o respaldo representativo regional é uma possibilidade de incremento na autoridade moral da ação política das potências emergentes. Para Lima (2010), não há uma projeção regional de poder padrão entre os emergentes. De um lado, o respaldo de liderança regional legitima o peso político sistêmico destes atores; de outro, fomenta a contestação de desafiantes regionais quando da percepção de pretensões hegemônicas.

A lógica da proeminência do embasamento regional para a projeção de poder sistêmica faz da condução de um processo de integração – institucional, ou não – nucleado na sua economia outro atributo relevante. Cooper et al. (2007) consideram a concentração dos processos econômicos regionais nas potências emergentes como uma âncora da influência sobre a sua região e de sua projeção global. Para Flesmes (2010a), o estabelecimento de

sólidos vínculos econômicos e políticos com os parceiros regionais é condição para projeção global de potências emergentes de capacidades restritas como Brasil e África do Sul. Waltz (1993) é mais enfático sobre o papel da consolidação da gravitação das economias do leste asiático, em torno da japonesa, e da europeia, em torno da alemã, na longevidade de sua proeminência econômica capaz de ser convertida em capacidades militares, do que em relação à preponderância militar regional. Analogamente, Schenoni (2012) associa a transição da unipolaridade para a hegemonia regional ao processo de ascensão a um status de grande potência, esta transição está embasada na centralização dos processos econômicos da região.

Estes três atributos se somam aos três mais prototípicos, adicionando-lhes lógicas que modificam a sua interação com a realidade. O primeiro refina o componente histórico fundante de denotação da categoria, ao mesmo tempo em que a prende a um contexto epocal, dificultando sua transição temporal. Em contraste, os outros dois rótulos restringem denotativamente a categoria, condicionando-a a preponderância regional. Os próximos dez rótulos de semelhança de atributos se diferenciam dos até aqui descritos na medida em que seu emprego serve a causalidade preconizada sobre os atributos já descritos.

Os atributos seguintes estão postos na literatura como fundamento dos atributos descritos. Grandes populações, com peso demográfico sistêmico, seriam convertidas a recurso de poder pelas potências emergentes, segundo Lima (2010) e Stuenkel (2010). Para Ikenberry e Wright (2008) e Schwengel (2008) o peso populacional coletivo destes atores é o que lhes faz centrais na discussão do futuro da ordem internacional. Bechanchou (2013) aponta a dimensão dos mercados consumidores como um fundamento relevante da proeminência percebida pelos países emergentes na última década. Cooper et al. (2007), apesar de chamar atenção para uma abordagem que transborde este atributo, também aceita a relevância das grandes populações no desempenho econômico destes países. A capacidade de dissuasão nuclear frente a grandes potências é percebida por Tammen (2006) como o elemento que torna um ator emergente, dada possibilidade de disputa por preponderância militar<sup>48</sup>. Já em Waltz (1993), esta capacidade é a condição que torna a potência emergente uma grande potência. Por fim, para Bussels e Weber (2005) elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelo Sul global seria a estratégia determinante na emergência de

---

<sup>48</sup> Como referido anteriormente, acompanhada do registro de um PIB de 80% a 120% da potência preponderante.

uma nova correlação de forças com o Norte, a partir do impacto sobre os regimes de propriedade intelectual e sua influência no desenvolvimento.

A posse de elevados estoques de reservas cambiais aparece no trabalho de Chin (2010) como o lastro de uma ambição revisionista da ordem de Bretton Woods. Porém, para esse e outros autores (COOPER et al., 2007; PALAT, 2008; BECHANCHOU, 2013) elas são o resultado das transformações de poder relativo na economia internacional e do modo de seu crescimento econômico. Portanto, inverte-se a lógica causal e tomamos os elevados estoques de reservas cambiais como um sintoma do ganho de capacidades materiais.

A consolidação institucional recente é percebida de maneiras antagônicas na literatura analisada. Uma estabilidade institucional e social que permita a execução de um projeto nacional é o elemento definidor da capacidade de influência sistêmica para Giaccaglia (2010), Schenoni (2012), e Andreasson (2012). Hurrell (2006 e 2013), Palat (2008), Hart e Jones (2010), Ghotme (2012) incluem esta estabilidade no fundamento da proeminência desempenhada pelos emergentes, particularmente para diferenciá-los de si mesmos enquanto Terceiro Mundo no passado. Invertendo o sinal da relação causal, a incipiência de tal estabilidade é tida como um elemento de risco financeiro e restrição do influxo de recursos para estes mercados por Blázquez e Santiso (2004), Detomasi (2006) e Bell e Feng (2009).

Este último grupo de autores claramente subverte a intertextualidade até então percebida. Tais análises estão vinculadas ao conceito operacional de mercado emergente em seu caráter clássico, preocupados com os impactos sobre a relação risco e retorno, ambos tidos como elevados em mercados emergentes (BELL e FENG, 2009, BLÁZQUEZ e SANTISO, 2004). Atributos como baixa ou média renda per capita (DESAI e VREELAND, 2011) seguem a mesma lógica. Contudo, diversas análises apontam limitações na infraestrutura física destes países como um limitante para a consolidação de seu poder (KUMAR, 2008, GHOTME, 2012, BECHANCHOU, 2013), retomando a lógica anterior, mas mantendo a causalidade negativa.

Por fim, há diferentes narrativas sobre os impactos difusos da adesão recente à globalização sobre a emergência destes atores. Burity (2008) tem neste debate o centro de seu trabalho. Para ele, Nel (2010), Santos (2011), Visentini (2013) e Hurrell (2013) a adesão à globalização com capacidades materiais ampliadas e carregando consigo uma identidade terceiro-mundista é, sobretudo, uma oportunidade de reforma positiva na ordem internacional. Kumar (2008) baseia nesta adesão o destacado desempenho econômico indiano. Palat (2008)

expande o argumento para África do Sul, Brasil, China, mas adverte para os seus efeitos negativos sobre identidade terceiro-mundista e anti-hegemônica destes países. Para Bell e Feng (2009), o caráter recente desta adesão está associado maiores riscos para o capital financeiro.

Como já sugeria a figura 2, a análise qualitativa dos atributos corrobora a existência de uma clara segmentação no emprego do léxico emergente. Os discursos atribuídos à substantivação mercado emergente dialogam com a classificação tradicional e operacional da literatura financeira. As substantivações país emergente e potência emergente, por sua vez, parecem tentar utilizar a categoria para capturar as transformações percebidas nas Relações Internacionais no curso das últimas décadas. A conclusão deste capítulo deve sistematizar esses resultados para formar o momento tético do conceito de emergente nas Relações Internacionais.

Como referido anteriormente, a coadunação dos atributos de maneira coerente com sua intertextualidade exige mais do que sua simples justaposição hierarquizada pela recorrência de seu emprego. Para tanto, a lógica percebida entre as narrativas analisadas parece compatível com uma sistematização balizada por uma abordagem que concilie aspectos materiais e identitários das Relações Internacionais. Em grande medida, esta percepção decorre do fato de esta perspectiva dialogar com diversas análises trabalhadas (HURRELL, 2006; 2013, CALLAHAN, 2008, NEL, 2010, STUENKEL, 2010, LIMA, 2010; HART; JONES, 2010, GHOTME, 2012; SILVA, 2012).

A chamada Escola Inglesa das Relações Internacionais tem como uma característica definidora esta moderação dos questionamentos do segundo e do terceiro debate das Relações Internacionais (SARAIVA, p. 133). Silva (2012) remete a argumentação de Moore (APUD, SILVA, 2012), que vê a necessidade de um sustentamento material para embasar o comportamento de política externa, mesmo que este esteja fundado em aspectos ideológicos. Lima (2007) remete às três manifestações clássicas do poder político: sobre recursos, sobre influência e sobre resultados, para organizar o debate sobre atores intermediários em que se insere. Para a revisão da agenda realista de Buzan et al. (1993, p. 4-13), enquanto as capacidades materiais são historicamente dinâmicas e possuem distintas temporalidades, o aspecto indetitário é historicamente construído e só pode ser compreendido a partir da inferência histórica e da hermenêutica na análise da auto-percepção destes atores por meio da

liguagem. Metodologicamente, esta perspectiva permite observar os atributos para as três manifestações do poder políticos: material; ideacional; e o seu resultado comportamental.

Tal estratégia se identifica com o método de construção das identidades que sustentam o comportamento dos emergentes nos trabalhos analisados. Palat (2008), Stuenkel (2010), Nel (2010), Santos (2011), Hurrell (2013) e Visentini (2013) interpretam os impactos da trajetória histórica destes países do Terceiro Mundo sobre os seus padrões de comportamento equanto potências emergentes. Lima (2007) oferece uma vasta discussão sobre a possibilidade de se aferir o aspecto idetitário via indicadores de reconhecimento. Callahan (2008) e Flandes (2007, 2010a e 2010b) se utilizam de indicadores de auto-percepção em discursos para compreender os fundamentos ideológicos desse comportamento. Por conseguinte, a incorporação desta ferramenta teórica permite agrupar o atributos mais protípicos pelo seu caráter material, comportamental ou identitário. Da mesma forma, gera-se parâmetros para esquematizar os vínculos estabelecidos entre os atributos mais protípicos na conformação da categoria, de maneira indepente da determinação e manifestação desses atributos.

Além desta baliza teórica, a sistematização é uma etapa da formação conceitual que possui referência consolidada na literatura sobre conceitos em ciências sociais, particularmente analisada em Goertz (2006). A discussão sobre atributos centrais de uma categoria constitui uma teorização sobre sua ontologia, sobre como estes elementos interagem na determinação de sua manifestação (Goertz, 2006, p. 27). Para esta seção, a ontologia da categoria é a tese proveniente da intertextualidade percebida na bibliografia analisada. Em outras palavras, a pertinência que a literatura emprega a cada atributo, na maneira como a categoria emergente interage com a realidade, deve ser o marco para sua sistematização.

Goertz (2006, p. 55) aponta três possibilidades de formalização das relações entre atributos: ontológicas, de necessidade, causais e substitutivas. Uma relação ontológica está relacionada à suficiência do que constitui a categoria<sup>49</sup>. Esta definição pode estar usualmente associada com causalidade, mas nem toda a causalidade está relacionada com definição teórica. Causalidade é matéria da determinação fática, não teórica, portanto, traz consigo um elemento necessário de anterioridade temporal. No entanto, em estratégias de categorização via semelhanças de família, os atributos tem causalidade ou identidade alternativa sobre a categoria. Esta possibilidade de uso de um conjunto de atributos alternativos entre si para

---

<sup>49</sup> O autor (GOERTZ, 2006, p.59) utiliza o exemplo da relação entre eleições e democracia, a primeira não é um indicador da última, mas um dos componentes que a define, não há defasagem temporal.

delimitar uma categoria, é o que o autor chama de substitutabilidade. O quadro 1 se inspira no exposto em Goertz (2006, p.54) e tenta traduzir as perspectivas expostas neste parágrafo em sinais de gráficos que permitam esquematizar as conclusões percebidas desta seção.<sup>50</sup>

Quadro 1 – Formalização gráfica de relações lógicas entre atributos

<b>Relação Lógica</b>	<b>Sinal Gráfico</b>	<b>Anterioridade temporal</b>
Ontologia (suficiência)	----- -----	Não
Necessidade	----->	Não
Causalidade	----->	Sim
Substitutabilidade	----->	Não
Conjunção de condições	Convergência de vetores	Não

Fonte: Elaboração do autor (2013).

No entanto, a sistematização destes atributos e de suas causalidades é complexa e precisa de algum mecanismo de estruturação lógica. Goertz (2006, p.6) põe em diálogo os níveis de abstração de Sartori (1970) e a estruturação cognitiva dimensional de Rosh e Mervis (1975) para conformar a sua estrutura multidimensional<sup>51</sup>, composta do Nível Básico, Nível Secundário e Nível de Indicadores. As categorias de Nível Básico são marcadas por um elevado nível de abstração, sua definição não encontra manifestações diretas em indicadores, ela se desloca sobre atributos que a compõe ontologicamente (GOERTZ, p. 53). Estes atributos formam o Nível Secundário da categoria, que constituem o que o fenômeno é. Os mecanismos de aferição destes atributos na realidade constituem o terceiro nível de análise, o Nível dos Indicadores.

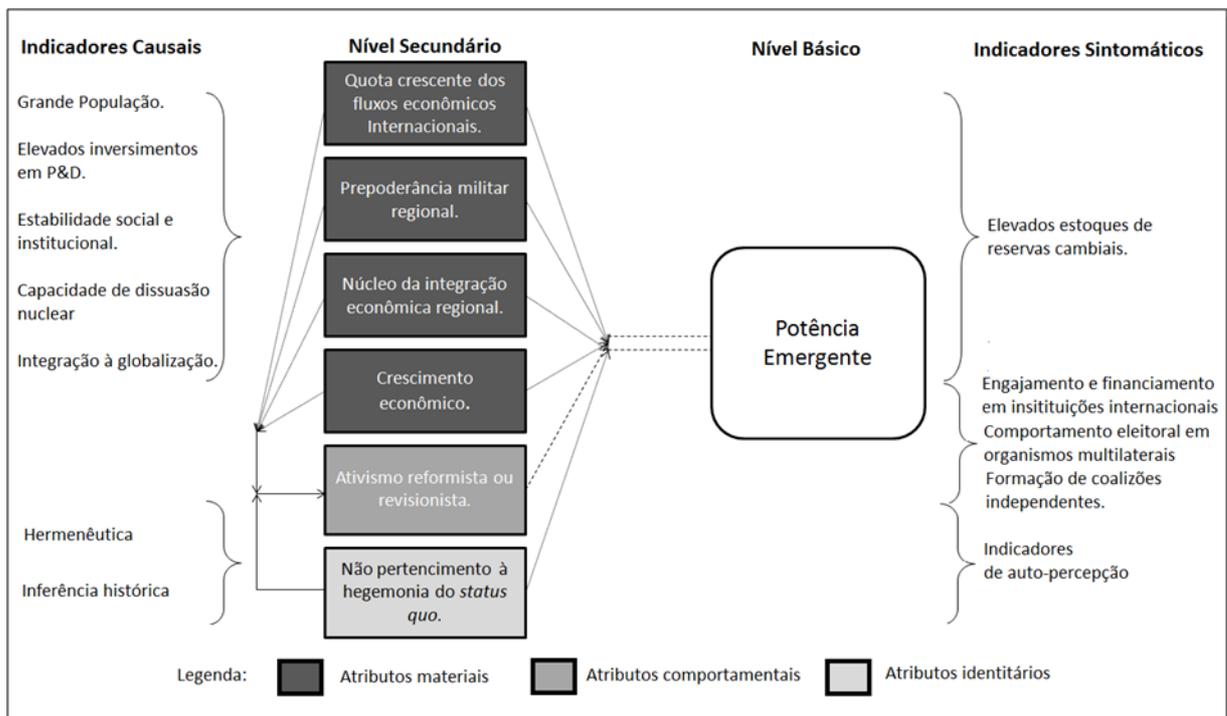
A estruturação da categoria, como mencionado, deve estar organizada por meio de uma cadeia de causalidades ou substitutabilidades. Para Goerts (2006, p. 30),

<sup>50</sup> No trabalho referenciado, flechas convergentes simbolizam uma conjunção de causas necessárias. Contudo, para o melhor cumprimento na ilustração das conclusões deste capítulo, parece interessante tomá-las apenas com um indicador de substitutabilidade da determinação, seja ela teórica ou fática. Esta adaptação parece convergente com a proposição de famílias de semelhança como uma estratégia de conceituação que inclua substitutabilidade parcial ou total de atributos, corroborada pelo próprio Goertz (2006, p. 36).

<sup>51</sup> Para resumo ver Goertz (2006, p. 6-7 e 50-65).

metaforicamente, o estudo de conceitos deve ser um estudo da doença e de suas causas. No entanto, o autor concede a possibilidade de aspectos sintomáticos do conceito estarem conectados à sua ontologia<sup>52</sup> e serem um caminho para sua aferição na realidade. Desta maneira, podemos segmentar atributos do Nível de Indicadores enquanto causais ou sintomáticos.

Figura 3 – Protótipo conceitual no emprego do léxico emergente



Fonte: Elaboração do autor (2013).

De modo a concluir, se organizarmos as interações lógicas percebidas entre os atributos, segundo a perspectiva da Escola Inglesa e utilizando o ferramental de sistematização supracitado, conforma-se a figura 3. Esta figura apresenta o que seria a representação do conceito em momento tético estruturando os três níveis de Goertz como um sistema. A categoria básica é a de potência emergente devido a dois fatores: a destacada ressonância da substantivação ao longo dos estudos quantitativo e qualitativo e, sobretudo, a

<sup>52</sup> Um exemplo possível, a partir da alegoria do autor com a química, é a diferença entre a condutividade elétrica e a cor vermelha do cobre. A primeira é uma manifestação direta de sua estrutura atômica, a segunda possui causalidade mais complexa.

sua conexão lógica com o debate na bibliografia. De maneira, geral os autores<sup>53</sup> remetem o fenômeno da emergência à influência, impacto, capacidades materiais, ativismo, hegemonia, preponderância, todos os quais substantivos referentes a poder e ao grau de relevância deste poder sobre os demais atores. Dessa forma, a substantivação da categoria em potência emergente parece tanto coerente com o emprego na literatura quanto com a lógica subjacente a este emprego.

As dimensões de Nível secundário sintetizam as inter-relações percebidas ao entre os seis rótulos de atributo centrais ao longo desta seção, introduzindo a discussão teórica da Escola Inglesa. Desta forma, a observação de ganhos na redistribuição dos fluxos econômicos mundiais nos últimos anos, o crescimento econômico, a preponderância militar regional e a centralidade do país na economia regional são percebidos como os quatro fundamentos materiais que a literatura aponta como necessários à efetividade do ativismo reformista ou revisionista característico das potências emergentes. O fundamento ideológico ou identitário mais apontado pela literatura para este comportamento, por sua vez, é a trajetória de não pertencimento à ordem hegemônica destes países. Esta lógica sugere uma conjunção causal na literatura entre um dos atributos centrais materiais e o atributo identitário na conformação do atributo comportamental prototípico.

A concatenação destes atributos secundários na determinação do Nível Básico está ilustrada na convergência de vetores na extremidade esquerda do sinal gráfico de suficiência. Com isto, pretende-se representar a interpretação de que a literatura aceita como protótipo de uma potência emergente qualquer combinação de aspectos materiais e identitários com um ativismo reformista. Este ativismo, por si só, não é suficiente para determinar a categoria; ele deve estar acompanhado de um ou mais destes outros atributos que determinam sua efetividade ou a especificidade do seu conteúdo.<sup>54</sup> Ademais, sua própria determinação é dependente da confluência de outros atributos do Nível Secundário. Da mesma maneira, não

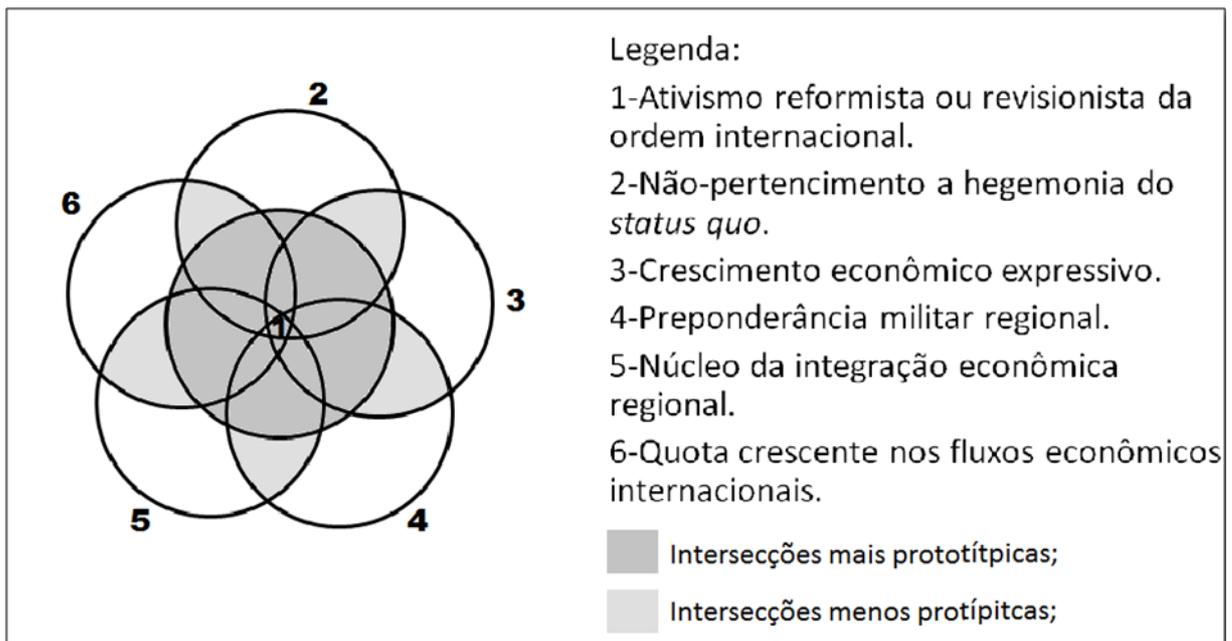
---

<sup>53</sup> Waltz (1993), Bussel e Weber (2005), Tammen (2006), Hurrell (2006 e 2013), Cooper et al. (2007), Flemes (2007, 2010a e 2010b), Ikenberry (2008), Ikenberry e Wright (2008), Zacharia (2008), Buruty (2008), Callahan (2008), Kumar (2008), Palat (2008), Shwengel (2008), Lessa (2010), Naibin (2010), Chin (2010), Nel (2010), Hart e Jones (2010), Macfarlane (2006), Giaccagila (2010), Schirm (2010), Stuenkel (2010), Lima (2010), Almeida (2010), Claudin (2011), Santos (2011), Andreasson (2012), Ghotme (2012), Hurrell e Segupta (2012), Schenoni (2012), Gratius (2012), Silva (2012), Visentini (2013) e Bechanchou (2013).

<sup>54</sup> A dimensão e a efetividade do impacto do ativismo reformista das potências emergentes, respaldada materialmente, é atribuída na literatura como o elemento que as diferencia das categorias de estados intermediários ou Potências Médias, também marcadas pelo ativismo reformista (HURRELL, 2006; MACFARLANE, 2006, FLEMES, 2010<sup>a</sup>; 2010<sup>b</sup>, LIMA, 2010, HART; JONES, 2010, GRATIUS, 2012; GHOTME, 2012).

há sinais de aceitação de uma trajetória de não pertencimento à ordem hegemônica como suficiente na identificação de potências emergentes.<sup>55</sup> Em conclusão, nenhum dos atributos isoladamente é percebido como necessário e suficiente para caracterizar uma potência emergente, mas a literatura identifica o fenômeno com as referidas possíveis combinações.

Figura 4 – Diagrama lógico de atributos ao emprego do léxico emergente



Fonte: Elaboração do autor (2013).

Se nós convertermos a rede sobreposta de causalidades da figura 3 em um diagrama de conjuntos utilizando a lógica binária de “E” e “OU”, obtém-se a figura 4. O ativismo reformista ou revisionista da ordem internacional está posicionado ao centro do diagrama, para ilustrá-lo como variável dependente dos demais atributos dentro na categoria. Estes outros atributos centrais estão representados nos conjuntos radialmente dispostos desde o centro, o conjunto 1. O caso ilustrado pela figura 3 - a combinação do atributo comportamental “E” um ou mais dos outros atributos centrais - está representado na área colorida mais escura e seria o caso mais prototípico de uma potência emergente. No entanto, a literatura analisada aceita outras possibilidades de combinações menos prototípicas<sup>56</sup>, as quais o objetivo de revelar o “Estado das Artes” no emprego da categoria não rejeita. Estas outras

<sup>55</sup> Palat (2008) e Hurrell (2013) explicitam esta diferenciação.

<sup>56</sup> Waltz (1993), Schirm (2010), Silva (2012) e Bechanchou (2013) são trabalhos que aceitam conotativamente e denotativamente estas intersecções de atributos menos prototípicas.

possibilidades estão representadas na área colorida menos escura. A ilustração não explicita a rede de interdependências causais entre os atributos e a suficiência para determinação da categoria, mas permite expressar o caráter radial da categoria<sup>57</sup>, nas distintas possibilidades de categorização referenciadas na literatura para além da mais prototípica.

Na terceira dimensão do conceito, no Nível de Indicadores, os demais rótulos de semelhança foram organizados segundo a lógica que desempenham na causalidade do fenômeno e ou na consequência do fenômeno. Assim, podemos compreender a abordagem hermenêutica ou de inferência histórica em Palat (2008), Stuenkel (2010), Nel (2010), Santos (2011), Hurrell (2013) e Visentini (2013) como um instrumento de aferição causal da identidade não hegemônica. Já os indicadores de auto-percepção são sintomáticos desta identidade em Callahan (2008) e Fledes (2007, 2010a e 2010b).

O ativismo reformista ou revisionista, como já mencionado, é percebido como uma variável dependente das demais do segundo nível, portanto não possui indicadores causais próprios. Contudo, a literatura se utiliza de indicadores *ex post* para verificar sua manifestação na realidade. Indicadores engajamento e financiamento em instituições internacionais são utilizados por Hurrell (2006), Cooper et al. (2007), Lima (2007), Chin (2010), Kardaş (2010) e Hurrell e Segupta (2012) para perceber este comportamento. Fledes (2007, 2010a e 2010b), Hart e Jones (2010), Santos (2011) e Visentini (2013) se concentram no papel da formação de coalizões independentes para efetivação do poder destes países, coletivamente, sobre a ordem internacional. Silva (2012), por sua vez, baliza sua compreensão na análise da correlação do comportamento eleitoral destes atores em organismos multilaterais. Estes indicadores são a maneira identificada na literatura para descrever a ocorrência do Nível Secundário de atributos e, portanto, do fenômeno das potências emergentes.

### 3.3 Conclusão do Capítulo

A sistematização realizada neste capítulo pretendeu revelar o momento tético da categoria em caráter convencional. Conservado este caráter, ainda cabe assumir ao menos duas limitações analíticas pertinentes. Primeiramente, os indicadores listados certamente possuem relações lógicas particulares na determinação dos atributos secundários da categoria,

---

<sup>57</sup> Ver nota 15.

contudo, reitera-se o reconhecimento da operacionalização conceitual com passo posterior a esta discussão nominal sobre a emergência nas Relações Internacionais. Em segundo lugar, a sustentação de cada vetor de causalidade mereceria um estudo próprio, porém esta seção se atém à sistematização da lógica percebida no emprego destes atributos. A devida fundamentação destes vetores estende-se para além do universo de trabalhos analisados e é uma das preocupações centrais do próximo capítulo, ainda que preservado o caráter gramatical da síntese que se pretende produzir.

#### 4 A EMERGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu preocupada em compreender os determinantes da guerra e da paz em nível mundial. Esta preocupação fez do estudo sistemático de atores não determinantes da estabilidade sistêmica um assunto de maturação secundária (SENNESE, 2003, p. 16 e 17). No entanto, o curso histórico desde a segunda metade do século XX ampliou significativamente o número de atores estatais capazes impactarem globalmente o sistema. A expansão capitalista deste período, manifestada na globalização da produção industrial e do capitalismo financeiro, gerou novas estratificações entre os atores não centrais do sistema, destacando países cujo grau de integração não permitia mais esta lacuna taxonômica (LIMA, 1990, p.7). Sennes (2003, p.17) pontua adicionalmente a proeminência do ativismo político de atores intermediários, como o Movimento dos Não-Alinhados, em arenas internacionais, no mesmo período, como subsídio histórico deste novo foco analítico. Deste modo, a disciplina passava a reconhecer um objeto específico de estudo nas Relações Internacionais, um grupo que “[...] ao se diferenciar das Grandes Potências mundiais, não se confundia com a massa de países pequenos ou pouco expressivos [...]” (SENNESE, 2003, p. 17).

A condição hegemônica do capitalismo com o fim da Guerra Fria, segundo Hurrell (2000, p. 7-8), traz dois processos que incrementam a relevância sistêmica desses atores intermediários. O primeiro é a globalização em si mesma, que amplifica a interdependência entre os países, tornando a integração produtiva, comercial e financeira de um número maior de atores determinante de dinâmicas sistêmicas. O segundo é a necessidade de distribuir os custos da gestão desta nova ordem hegemônica globalizada, que renova a relevância de análises subsistêmicas para a determinação da ordem sistêmica.

Os desdobramentos históricos descritos geram um debate significativo na literatura sobre a determinação da condição intermediária, o comportamento destes atores e o papel que desempenham no funcionamento mais geral das Relações Internacionais. Contudo, a emergência, a mobilidade dentro da posição intermediária, ou para além dela; a transição hierárquica de um país entre seus pares, não foi alvo de uma discussão bibliográfica conspícua, o que fundamenta os objetivos mais gerais deste trabalho. Neste sentido, será do

debate acadêmico gerado a partir da situação histórica antes descrita que se buscará responder as perguntas que norteiam este capítulo, qual sejam:

- a) o que são atores de poder intermediário nas Relações Internacionais, o que os diferencia dos atores centrais e do resto?
- b) que elementos estão associados à transição hierárquica ascendente destes atores?

As respostas a estas questões implicam na delimitação, dentro da literatura, de um conjunto de obras referenciais para a discussão. Por conseguinte, optou-se pela análise de um conjunto mais restrito de obras que balizam este debate acadêmico (KEOHANE, 1969, WALLERSTEIN, 1974; 1976, BRAUDEL, 1985, ARRIGHI, 1996, 1998 e 2008, LIMA, 1990, GILPIN, 2001, HURRELL, 2000, MEARSHEIMER, 2001, BUZAN; WEAVER, 2003, DUPAS, 2006) e outras revisões bibliográficas que sumarizam de maneira profícua seus desdobramentos (SENNES, 2003, HIRST, 2006, LIMA, 2007, FLEMES, 2007, NOLTE, 2010). Este recorte bibliográfico mais restrito traz consigo uma maior arbitrariedade, dada a provável existência de inúmeros outros referenciais não captados por este esforço delimitativo<sup>58</sup>.

A resposta aos questionamentos levantados neste capítulo, adicionalmente, pressupõe alguma estratégia de sistematização do recorte bibliográfico. Como no capítulo anterior, incorporou-se metodologicamente a busca na literatura pela manifestação da emergência como forma de poder material, ideacional ou social. Ademais, particularmente na bibliografia deste capítulo, observou-se três grupos de intertextualidades, cuja segmentação permite organizar três discursos coerentes que medeiam o acesso à noção de emergência na teoria das Relações Internacionais. O primeiro grupo analítico é o dos trabalhos que buscaram, em algum tipo de escala hierárquica de poder entre os países, a determinação da posição intermediária. Esta opção metodológica está relacionada à conceituação de categorias como Estados intermediários ou Potências Médias, aqui agrupados como abordagens gradualistas por seu fundamento comum. O segundo grupo se refere às abordagens que focam o papel

---

<sup>58</sup> Além da arbitrariedade intrínseca a recortes bibliográficos, cabe explicitar e justificar a não inclusão de um conjunto relevante de referências. O objetivo do trabalho de sistematizar o conceito em caráter convencional, faz da intertextualidade e a intersubjetividade dos discursos estudados uma condição analítica premente. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar a existência de literaturas não-ocidentais que oferecem abordagens alternativas ao objeto deste capítulo, mas cuja inclusão demandaria um debate externo ao objeto de estudo do trabalho. Para sumário desta literatura, Kang (2007), Archaya e Buzan (2010), Mallavarapu (2013) e Yaqing (2013).

desempenhado pelos atores em seus subsistemas regionais como o subsídio de sua projeção sistêmica. Esta abordagem de ênfase subsistêmica está predominantemente manifestada no debate sobre o conceito de Potência Regional. Por fim, a terceira abordagem agrega as teorias da economia política internacional que observam a posição intermediária como um elemento componente do funcionamento mais geral do sistema internacional. Estas teorias associadas ao marxismo e a teoria da dependência trazem uma abordagem sistêmica para justificar a delimitação da Semi-Periferia.

É prudente a ressalva sobre a possibilidade de vínculos com teorias sistêmicas nas três segmentações bibliográficas, contudo, apenas a última abordagem embasa sistemicamente a determinação da categoria. A primeira acessa seu objeto de estudo a partir do posicionamento da unidade na escala hierárquica de uma variável, ou de um conjunto de variáveis. A segunda fundamenta seu recorte analítico justamente pela relevância dos aspectos subsistêmicos na determinação do sistema. Somente a última abordagem atrela sua delimitação ao funcionamento do sistema em si. Esta segmentação metodológica almeja facilitar a integração destes discursos, enquanto antítese, em suas interações com a tese, no capítulo seguinte. Portanto, a reprodução do debate central em cada uma das abordagens e a organização de seus discursos para responder ao problema deste capítulo será a estratégia metodológica subsequente.

#### 4.1 Abordagens Gradualistas: os Estados ou potências intermediários

O recorte bibliográfico desta seção, por definição, é o que responde mais diretamente à busca pela compreensão do espectro intermediário entre os atores das Relações Internacionais. As palavras de um diplomata alemão no pós Segunda Guerra Mundial, citadas por Hurrell (2000, p.3 – tradução nossa<sup>59</sup>): “somos grandes demais para não compor o equilíbrio de forças, mas pequenos demais para manter as forças em equilíbrio”, ilustram o gradualismo congruente a estas análises. Os autores estudados nesta seção têm em comum o entendimento do posicionamento dos distintos Estados a partir de alguma escala de poder entre as nações.

---

<sup>59</sup> Do original em Inglês.

A busca por este tipo de abordagem remonta à discussão sobre possibilidades de mensuração universal do poder nas Relações Internacionais. A revisão realizada por Sennes (2003, p. 16-34) traz abordagens engajadas nesta tarefa. Schneider e Welcher (apud SENNES, 2003) buscam traçar linearmente uma hierarquia de capacidades através de uma criteriosa agregação de atributos materiais; já Woods (apud SENNES, 2003) percebe o PIB como uma proxy do conjunto destas capacidades (SENNES, 2003, p. 17-19). Dupas (2006) modifica o leque de critérios estatísticos para aferir, além da situação intermediária de poder, a potencialidade de ter a magnitude de tal poder aumentada<sup>60</sup>. Tais escalas permitiram demarcar o intervalo no qual estaria o objeto de análise comum a esta abordagem. No entanto, o desenvolvimento mais conspícuo desta literatura tem focado a manifestação particular da posição intermediária em detrimento de sua fundamentação material.

Keohane (1969) tem o ponto de partida de sua problematização das distintas posições não centrais das Relações Internacionais nos trabalhos de Vital e Rothstein (apud KEOHANE, 1969), que buscavam este tipo de escala, mas aceitam a dificuldade de balizá-la em atributos tangíveis. A solução encontrada por Keohane (1969, p. 293-297) para localizar pequenas potências acabou traçando o caminho recorrido pelo estudo das diversas categorias de Estados intermediários.

A escala de Keohane (1969, p. 295) organiza os Estados quanto ao grau de influência desempenhado no sistema internacional. Estados capazes de determinar sozinhos o funcionamento crítico do sistema seriam “system-determining”. Estados capazes de influenciar o sistema em suas dinâmicas correntes, por si sós ou coligados, seriam “system-influencing”. Um terceiro grupo seria o de “system-affecting”, Estados que têm sua influência nas questões internacionais correntes, necessariamente, mediada por alianças ou coalizões multilaterais. Por fim, existem estados não-influentes, “system-ineffectual”, que apenas tomam as regras da sociedade internacional. Estas categorias poderiam ser identificadas com as de Grandes Potências, Potências Secundárias, Potências Médias e Pequenas Potências.

A literatura sobre Estados intermediários tem explicitamente tratado da identidade entre Potências Médias e atores “system-affecting” na delimitação de seu objeto de estudo (SENNES, 2003, HIRST, 2006, LIMA; HIRST, 2006, LIMA, 2007, FLEMES, 2007). Lima (1990) dilui esta segmentação em um contínuo entre autonomia e vulnerabilidade, onde atores

---

<sup>60</sup> Considera PIB nominal e por paridade de poder de compra, bem como população.

centrais se diferenciam ao possuir as duas em doses similares, esta relativização se mostra pertinente ao estudo específico da emergência. Ambas as categorias de “system-influencing” e “system-affecting”, parecem balizas adequadas ao estudo da emergência de atores intermediários, seja para a determinação do intervalo de análise seja para a compreensão dos elementos de sua transição neste intervalo e para além dele.

Keohane enfatiza o papel das alianças entre Estados na superação de sua posição de influência sistêmicas, sejam elas necessárias à sua efetividade - para Potências Médias -, sejam uma oportunidade para amplificá-la – para Potências Secundárias - ou a condição para sua sobrevivência – para Pequenas Potências. Desta maneira, a análise de Keohane faz da formação de alianças entre atores de menor poder sistêmico – entre si, ou com Grandes Potências – bem como de coalizões em organismos multilaterais, a estratégia possível para ganhos de magnitude em sua escala de influência no curto prazo. Estratégia que estaria baseada na percepção que os tomadores de decisão em política externa de cada Estado possuem de suas capacidades. Esta dimensão psicológica seria o padrão pelo qual os dirigentes convertem sua “realidade objetiva” em comportamento (KEOHANE, 1969, p. 297). Frente à possibilidade de influenciar o sistema sozinho, um dirigente buscaria a determinação sistêmica conforme seus interesses nacionais; a necessidade de coligação para efetivar sua influência, ou aumentá-la, levaria à busca por alianças e coalizões.

Ainda que explicita a insuficiência de atributos materiais para a compreensão do espectro intermediário da hierarquia das nações, a fundamentação material da dimensão psicológica que pauta a análise de Keohane é tida como necessária. O autor discorre em termos gerais sobre o subsídio material da posição de poder relativo (1969, p. 303) e em específico sobre os impactos da posse de armamentos nucleares sobre a influência de um Estado (1969, p. 305-309). Portanto, é sustentada a inferência de que, para além das estratégias de ação coletiva, mudanças na estrutura de capacidades de um ator, ainda que sejam externas à análise, são aceitas como fundamento da evolução na posição intermediária. Não apenas a condição de gerar decisões políticas mais favoráveis nas esferas multilaterais representa um ganho de influência em si, mas sim a possível conversão destas políticas em capacidades e destas em novos ganhos políticos fazem da estratégia coletiva a mais eficaz para atores não determinantes do sistema internacional.

Sumarizando, Keohane inflexiona a abordagem sobre atores intermediários ao propor uma escala pautada pelo grau de influência sistêmica dos Estados. No intervalo médio deste

espectro, estão atores que dependem da ação coletiva para influenciar ou determinar o sistema. A superação desta posição está explicitamente relacionada à formação de alianças e coalizões junto às instituições internacionais. Por esses parâmetros, é possível compreender a evolução da literatura e organizar as repostas às questões que norteiam este capítulo.

A inflexão de Keohane quanto ao critério de delimitação da posição intermediária se reproduz na percepção da insuficiência de análises estatísticas de capacidades para compreensão dos Estados intermediários. Sennes (2003, p. 18) reconhece tais instrumentos como meio de identificação inicial do universo a ser analisado, mas atenta para a necessidade de incluir fatores históricos e identitários para compreender os determinantes da conversão de capacidades em poder real. De Woods, Sennes (2003, p.19 e 20), traz a observação do comportamento cooperativo de atores intermediários como decorrência das dificuldades que sua limitação material traria a uma estratégia competitiva. Em Osterud (apud SENNES, 2003, p. 21 e 22), está referenciada a possibilidade de os países adotarem estratégias de política externa discrepantes de suas condições materiais, determinadas por conjunturas domésticas, regionais ou identitárias. Portanto, uma Potência Média para Sennes (2003) seria um ator que possui condições materiais intermediárias e as converte em ativismo político nas esferas deliberativas internacionais.

Hurrell (2000, p. 1-3) é explícito em negar metodologicamente a busca de atributos objetivos comuns a este vasto espectro de atores intermediários, como caminho para sua compreensão. Segundo o autor, genericamente, admite-se que tais atores possuam capacidades intermediárias, disputem a hegemonia regional, tentem projetá-las em nível global e estejam inseridos sistemicamente de maneira a não ser possível seu não engajamento internacional. Contudo, tais atributos geram um número vasto e heterogêneo de países, com modos de inserção sistêmica igualmente distintos. Por conseguinte, seria analiticamente mais pertinente, considerar os atores intermediários como um conjunto plural de identidades ou ideologias. Desta maneira, a auto-percepção de seus atributos determina a posição intermediária e é a gênese de seu comportamento característico. A evidência desses traços semelhantes deveria ser compreendida pela trajetória histórica destes países. A auto-percepção historicamente enraizada particulariza tanto a delimitação do intervalo intermediário em que se encontra cada país, quanto suas ambições de emergência. Portanto, os objetivos de política externa associados à persecução de um nível superior de influência sistêmica são o signo do intervalo superior da posição intermediária.

As abordagens recentes de Hurrell (2000), Sennes (2003), Hirst (2006) e Lima (2007) compartilham da percepção de uma imprecisão conceitual sobre este tema, no sentido da não existência de uma definição suficientemente ressonante para a classificação deste grupo de países intermediários. Lima (2007), que subsidia a opção analítica pelas três manifestações clássicas do poder para compreender a emergência ao longo deste trabalho, as emprega como fundamento dos três significados que o caráter intermediário do poder possui na literatura. Para ela (2007, p.170), o debate bibliográfico compreende os atores intermediários por sua significação objetiva, subjetiva ou social. A classificação objetiva seria a de Schineider, Welsher, Woods e Dupas, por embasar em critérios tangíveis o recorte analítico. A classificação subjetiva pode ser identificada com o trabalho de Hurrell (2000), ao focar a auto-percepção e a identidade com terceiros como definidora das fronteiras do espectro intermediário e do particular do espectro intermediário. Por fim, a autora sugere (LIMA, 2007, p. 180-189), um significado social, que acaba se traduzindo em uma estratégia mais do que propriamente uma definição. A formação de uma massa crítica de interesses interdependentes seria o que possibilitaria ao meta-poder obtido nas coalizões e alianças ad hoc tornar-se poder efetivo para projeção sistêmica.

Hurrell (2000), Sennes (2003), Hirst (2006) também ampliam a ênfase no papel que a preponderância regional ou a disputa por ela desempenham no comportamento destes atores intermediários. Sennes (2003, p. 20 e 21) remete à Myers (apud SENNES, 2003), para quem, a posição intermediária no espectro de capacidades global fundamentaria uma posição potencialmente preponderante no espectro regional. Esta possibilidade faz das dinâmicas regionais o foco diplomático e estratégico dominante destes países, uma vez que esta área ofereceria os desafios mais prementes a sua sobrevivência e a possibilidade de ganhos relacionais mais expressivos.

Portanto, para as abordagens gradualistas descritas, a delimitação do espectro intermediário das nações pode, ou deve, estar baseada na posse de um nível médio de recursos – usualmente renda, capacidade militar e população – mas seu comportamento dificilmente será compreendido como uma derivação direta deste base material. É a auto-percepção e o reconhecimento de interesses afins decorrentes e identidades convergentes que transformam as distintas capacidades intermediárias em padrões de comportamento político internacional. De todo modo, as análises gradualistas convergem em perceber o grau de autonomia para ação política sistêmica como o critério que hierarquiza os atores no sistema internacional.

Ainda que haja um debate bastante plural sobre a determinação da posição intermediária e de seu comportamento político característico, percebe-se uma convergência maior sobre a gama de estratégias possíveis para estes atores lidarem com sua relativa escassez de recursos. Hurrell (2000, p. 5-7) enfatiza as instituições como um espaço propício para a catalisação do poder de Estados intermediários. Uma vez que instituições estão constituídas no saldo de interesses de atores sistemicamente determinantes, sua manutenção torna-se parte da estruturação de sua hegemonia. Esta legitimidade permite às Potências Médias utilizar-se dos mecanismos institucionais para limitar o poder das Grandes Potências no cotidiano das Relações Internacionais ou barganhar junto a ele em questões críticas. Adicionalmente, as instituições são percebidas pelo autor como o espaço para a concatenação de interesses comuns na geração de coalizões e alianças.

Lima (1990) pondera sobre os dilemas da ação coletiva na conjunção de recursos para o cumprimento de objetivos comuns. Para a autora (LIMA, 1990, p.17-18), a possibilidade de auferir resultados individuais positivos com baixos custos leva a resultados coletivos subótimos, o que gera os subsequentes cinco tipos analíticos de ação para atores intermediários. A tomada dos custos de ações unilaterais, na percepção de que seus custos são compensados pela expectativa de resultados. A “carona” nas ações de terceiros atingindo seus benefícios sem custos. O uso da hegemonia regional para lançar mão de incentivos à adesão a tal ação. As ações de liderança onde há uma perspectiva de adesão coletiva a ação. E, por fim, a reação à ação de uma potência de maior dimensão. A composição com estas estratégias seria comum à política externa desses atores na superação da posição intermediária.

Em Lima (2007), a convergência de ações coletivas capazes de produzir benefícios comuns a atores intermediários frente às potências dominantes dentro de estruturas institucionais é associada ao conceito de soft-balancing. Contudo, a autora pondera (2007, p. 171-172) sobre a restrição de esse poder parlamentar a um meta-poder<sup>61</sup>, que não efetivaria a transição a uma posição efetivamente menos vulnerável e mais autônoma. Para Lima (2007, p. 180-189), a melhora nesta posição é coletiva e advém do aprofundamento de uma massa crítica de interesses comuns, cuja base mais provável seria a integração regional.

Deste modo, a emergência para a abordagem gradualista pode ser aferida de maneira objetiva e subjetiva. A primeira diz respeito a mudanças relativas nas estruturas de

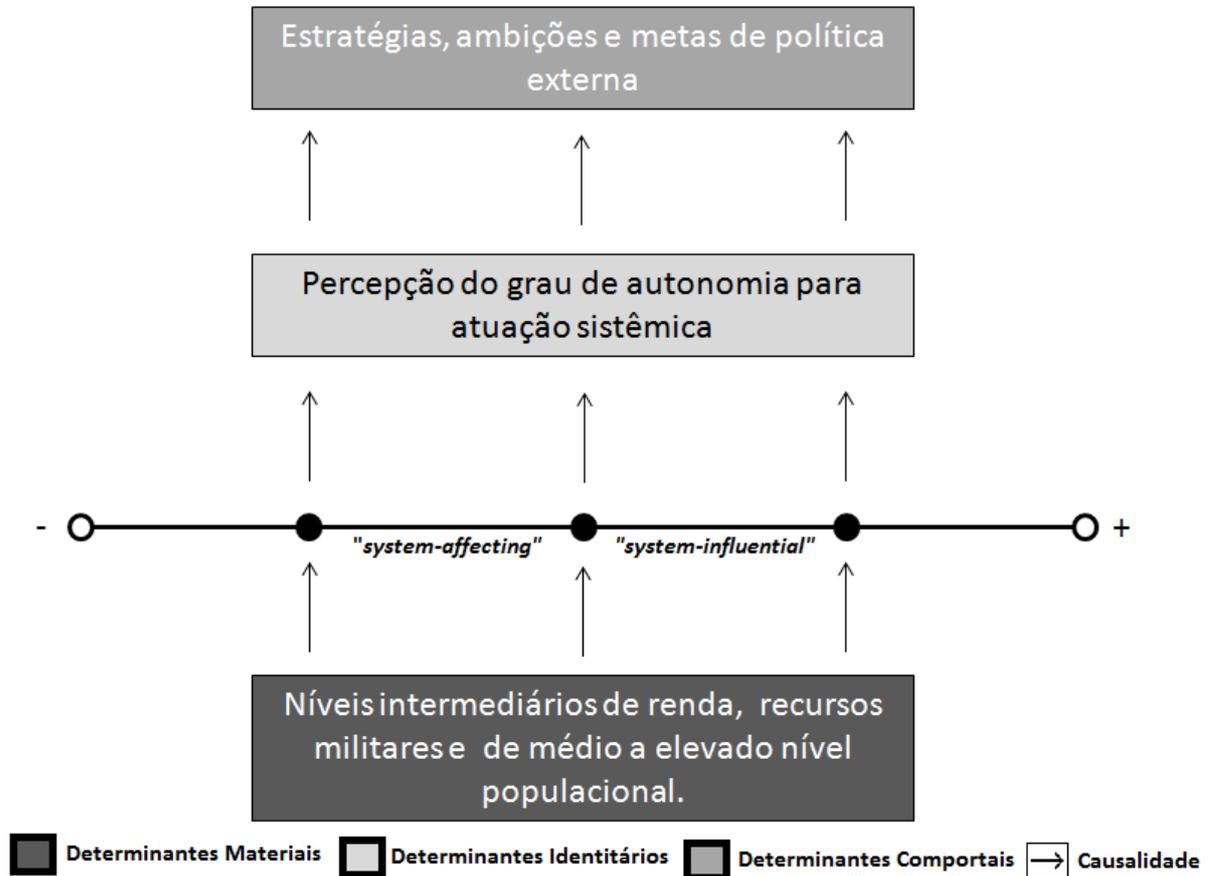
---

<sup>61</sup> Em referência ao conceito de Krasner (1976).

capacidades e recursos por parte destes atores. A segunda diz respeito à percepção de uma possibilidade de maior protagonismo nas Relações Internacionais, que leva a uma reconfiguração de ambições e metas de política externa. A abordagem é ainda mais atenta às estratégias concernentes à emergência, ou ao menos a uma melhor posição relativa no curto prazo. Para isto, a ação coletiva por meio de alianças e coalizões, subsidiada em convergência identitária e de interesses é a estratégia padrão. Adicionalmente, Lima (2007) enfatiza o incremento da interdependência entre atores intermediários, particularmente de uma mesma região geográfica, como uma estratégia mais sólida de coadunação de interesses internacionais em nome da liderança.

Á guisa de conclusão da seção, como demonstrado ao longo da seção é possível na literatura analisada encontrar as respostas diretas às questões que norteiam este capítulo. Em relação ao intervalo denotativo dos atores intermediários, se organizarmos a escala de poder que permeia a abordagem analisada, como um contínuo relativo ao grau de autonomia para atuação em nível sistêmico, é possível convergir logicamente suas interpretações. Como demonstra a figura 5, utilizando os sinais gráficos do quadro 1, a literatura aceita o fundamento material na delimitação de seu objeto. Contudo, a captura de sua manifestação particular é mais bem realizada a partir da auto-percepção de sua posição e das possibilidades de ações dela decorrente.

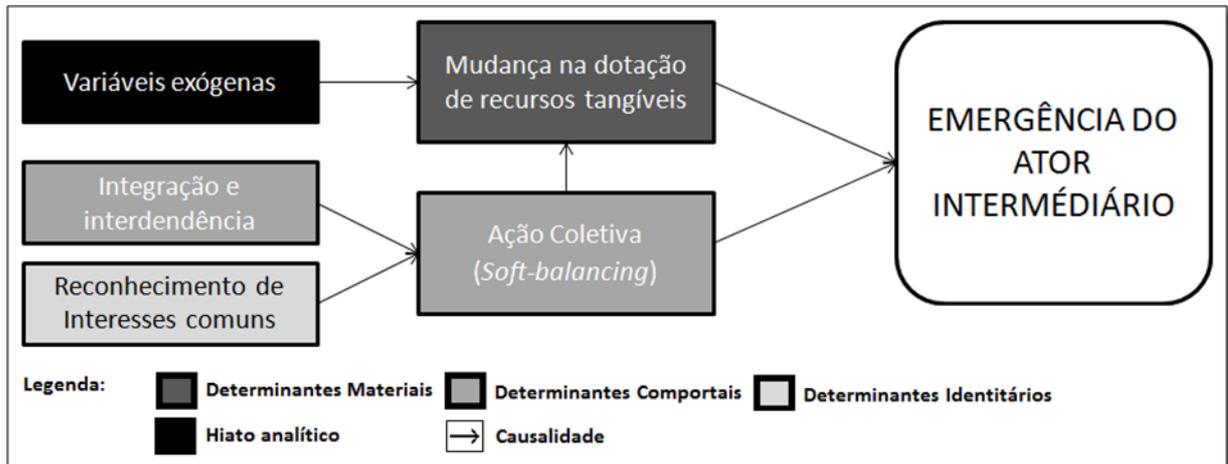
Figura 5 – Escala de autonomia para projeção política sistêmica na abordagem gradualista



Fonte: Elaboração do autor (2013).

As causas do deslocamento neste intervalo e para além dele respondem a questão sobre os determinantes da emergência nesta literatura. A figura 6 busca organizar as causalidades percebidas na literatura. O eixo causal superior da figura se refere à concessão que a literatura faz ao fundamento material da posição sistêmica, no entanto sua causalidade é dependente de variáveis exógenas à abordagem, formando um hiato explicativo. O eixo causal inferior organiza as estratégias sugeridas pelos trabalhos analisados para uma melhor nas condições de autonomia para ação sistêmica. A ação coletiva se mostra o caminho para, através do meta-poder das alianças e coalizões, obter-se melhor dotação de recursos e maior autonomia para a ação política.

Figura 6 – Esquema lógico da emergência nas abordagens gradualistas



Fonte: Elaboração do autor (2013).

Se a lógica exposta demonstra a causalidade da transição hierárquica, os indicadores desta transição remontam a figura 6. A alteração na auto-percepção (i.e. de Potência Média a Potência Secundária), manifestada em novas ambições e metas de política externa (i.e. nuclearização, ingresso em gabinetes diretivos de organismos internacionais), seriam uma maneira mais acurada de aferir essa transição, por sua causalidade mais direta nas relações entre os países. Assim, fica demonstrado o caminho para compreender a emergência na literatura analisada.

#### 4.2 Abordagens subsistêmicas: as Potências Regionais

O conjunto de trabalhos analisados nesta seção do capítulo está agrupado pela atenção ocupada com elementos subsistêmicos na determinação das dinâmicas sistêmicas. Esta abordagem estuda atores que, ainda que não determinem a polaridade sistêmica e projetem poder globalmente, o fazem regionalmente e ao fazê-lo se tornam necessários à compreensão do sistema. Esta suposição passa pela compreensão dos mecanismos pelos quais as dinâmicas subsistêmicas impactam o sistema. Tais mecanismos configuram a lógica da emergência para esta abordagem, ao demonstrar como uma posição intermediária de projeção de poder pode se converter em uma posição determinante. Uma etapa anterior a este entendimento é a compreensão dos atributos que tornam um ator de uma determinada região uma Potência Regional, na qual segue inicialmente a análise desta literatura.

Uma Potência Regional é uma categoria fenomênica que particulariza geograficamente uma noção clássica das Relações Internacionais, a da capacidade de projetar poder sobre os seus pares (NOLTE, 2010, p.883). As análises que optam por esta delimitação geográfica da manifestação de poder classificam como Potência Regional os atores capazes de disputar a hegemonia em uma determinada região. Esta projeção de poder pode estar fundada na posse de recursos materiais, na capacidade de direção ou na efetiva determinação do comportamento de atores terceiros frente à estabilidade do sistema ou do subsistema (FLEMES, 2007, p. 12; NOLTE, 2010, 892-894).

Buzan e Waever (2003) reclamam a autoria de uma primeira teoria regional sobre o tema da segurança. Para eles a multipolarização do sistema internacional tornaria progressivamente difícil a projeção do uso da força em nível global, tornando a região em que se insere cada país o ambiente onde se mostram os dilemas de segurança mais prementes aos Estados (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 50-56). Desta maneira, os autores sugerem o estudo polaridade e da polarização interna a cada Complexo Regional de Segurança<sup>62</sup> e do comportamento desempenhado pelos atores regionais frente a este quadro. As Potências Regionais seriam aquelas que determinariam a polaridade destas regiões, mas não a polaridade global (BUZAN e WAEVER, p. 65). Como as demais potências nas Relações Internacionais, sua categorização adviria da conciliação de capacidades materiais com o reconhecimento por seus pares de sua posição, pela qual os demais atores incorporariam em seus cálculos de segurança sua potencialidade de atuação no subsistema (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 60).

Mearsheimer (2001), em sua proposição teórica do realismo ofensivo, acaba por legar aos subsistemas regionais a determinação da polaridade sistêmica. Sua proposição básica seria de que os Estados buscariam maximizar o seu poder sobre os demais no sistema internacional, almejando como último fim a hegemonia global (MEARSHEIMER, 2001, p. 1-29 e 234-237). Contudo, a realidade imporia limitações operacionais à manifestação do poder imediato de um Estado sobre os seus pares. A geografia e os custos logísticos a ela relacionados tornam, segundo o autor, a projeção de forças, externamente à massa continental onde está territorializado o Estado, estrategicamente custosas, no que o autor cunhou de “poder parador da água” (MEARSHEIMER, 2001, p. 114-128).

---

<sup>62</sup> Para esclarecimentos teóricos, ver Buzan e Waever (2003, p. 2-93).

Esta limitação operacional do exercício do poder ao âmbito continental conduz a abordagem de Mearsheimer a destacar o equilíbrio de poder interno a cada região como determinante da capacidade de projeção sistêmica. A disputa em nível sistêmico seria por tornar-se o único hegemona regional do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 234-238). Esta dinâmica determinaria a polarização e a polaridade do sistema internacional e dos subsistemas regionais, a partir das reações à percepção de potencial hegemonia regional por parte dos rivais locais e dos candidatos a hegemona de outras regiões<sup>63</sup>.

Esta seria a lógica pela qual as dinâmicas subsistêmicas possuiriam impacto determinante no sistema internacional pelo realismo ofensivo e, portanto, o caminho para a emergência desses atores intermediários, as Potências Regionais, à condição de grandes potências, ao serem hegemonas regionais. A partir da premissa teórica realista estrutural de que os padrões amizade e inimizade – polarização – no sistema internacional são um produto da distribuição de capacidades de emprego da força militar – polaridade –<sup>64</sup>; o autor, adicionando a reflexão sobre o “poder parador da água”, classifica o poder dos Estados, a partir de suas forças armadas convencionais e nucleares, e secundariamente, de suas forças navais e aéreas de suporte (MEARSHEIMER, 2001, p. 83-138). Este poder imediato estaria embasado em um poder latente, ou potencial, calcado no contingente populacional e no ritmo de expansão da renda de cada país (MEARSHEIMER, 2001, p. 55-83).

Concluí-se, assim, que a delimitação da posição intermediária nesta abordagem, das Potências Regionais, deve se dar pelo menos de duas maneiras. Em relação à dotação de recursos tanto para o emprego da força militar, quanto para a constituição de capacidades para tal emprego, a partir da interpretação referencial de Mearsheimer (2001) sobre o tratado em Waltz (1979). Adicionalmente, Buzan e Weaver consideram a necessidade de reconhecimento desta posição por parte dos demais atores do âmbito regional. Nolte (2010) e Flemes (2007) trabalham esta manifestação subjetiva do poder a partir do conceito de liderança de Lake. Segundo Flemes (2007, p. 12-13), o clamor por liderança regional de um Estado deve estar embasado na conciliação de disposição e recursos para arcar com os custos de qualquer intervenção para estabilização do subsistema, bem como para arcar com sua institucionalização. O saldo do reconhecimento desta função do candidato a hegemona é a

---

<sup>63</sup> Estas reações são alvo de amplo estudo no capítulo 8 de Mearsheimer (2001, p. 267-334).

<sup>64</sup> Para sumário teórico das premissas do realismo estrutural, ver Waltz (1979, p. 1-18 e 79-114).

agregação de legitimidade e credibilidade à sua postulação, diminuindo as possibilidades de competição e aumentando as de cooperação (FLEMES, 2007, p. 13-14)

Este último aspecto se insere na proposta analítica de Flesmes e Nolte para a compreensão dos elementos que geram hegemonia regional. Como explicitado, tanto para Buzan e Waeber (2003), quanto para Mearsheimer (2003), a hegemonia regional é um requisito para a projeção de poder militar em nível global. Desta forma, a explicitação da lógica da emergência de atores intermediários passa pela compreensão dos elementos associados ao incremento do poder de Potências Regionais em suas balanças regionais.

Flesmes (2007, p.15-18) explora os instrumentos de política concernentes à disputa pela liderança regional. O primeiro instrumento seria a ameaça de emprego dos recursos que o agente possui, através de incentivos e coerções econômicos (pelo controle possível de fluxos financeiros e comerciais), bem como, de coerções militares. Do ponto de vista ideacional, os discursos se mostram um importante instrumento de convergência de interesses, em que a diplomacia promove as vantagens da adesão à liderança proponente e explicita os custos de não adesão. Por fim, o caráter social desta dominação advém da institucionalização desta liderança, ou seja, da criação de mecanismos hegemônicos de coadunação dos interesses coletivos.

O elemento social da estratégia de liderança, nos termos de Flesmes (2007) e Nolte (2010) está associado à possibilidade de construção de alguma estratégia de hegemonia cooperativa. Em outras palavras, a possibilidade de o candidato à hegemonia regional oferecer, na institucionalização de sua hegemonia, benefícios materiais e de estabilidade que superem os custos de autonomia desta adesão é o que constitui uma estratégia social de liderança. Para Flesmes (2007, p.16-18) a estratégia seria cooperativa na medida em que, além de as vantagens materiais e de estabilidade da integração serem coletivas, a manutenção de sua efetividade institucional requer o compartilhamento do poder de rule-making; ao passo que tais instituições incrementariam em escala a projeção do líder regional nas dinâmicas globais. Nolte (2010, p. 16) pondera sobre a assimetria desta cooperação, uma vez que a magnitude dos ganhos obtidos pelo hegemonia cooperativo destoa em relação aos dos demais cooperados. Para o autor, esta estratégia ainda que gere uma condição mais propícia à governança regional, cria um conjunto sólido de seguidores para o líder na governança global.

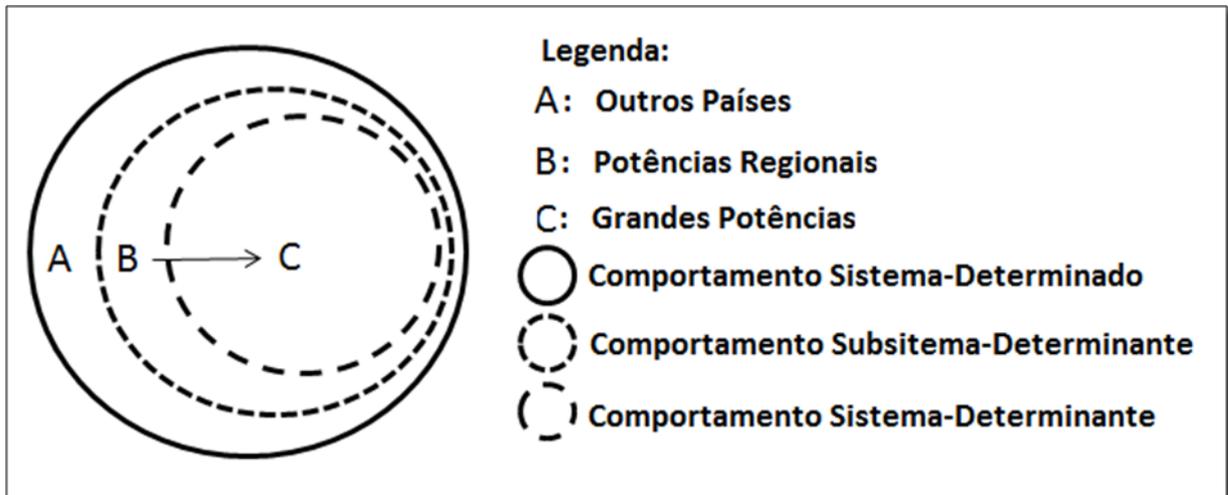
A ponderação de Nolte corrobora a relevância do contraste desta perspectiva com a abordagem de Gilpin (2001, p. 341-361) sobre integração regional, mais congruente com o

conceito clássico de hegemonia como direção e dominação. A abordagem eclética da economia política da integração observa que a evolução dos regimes do capitalismo internacional nos anos 1980 e 1990 fez das iniciativas de integração regional o instrumento mais efetivo e disseminado para lidar com as transformações da economia internacional. Em meio às limitações da liderança hegemônica americana, o regionalismo seria uma resposta de economias de grande porte para lidar com o ambiente progressivamente competitivo da globalização, não solucionado pelos regimes globais de governança, particularmente os de Bretton Woods (GILPIN, 2001, p.357-359). “Os Estados passaram a tentar atingir no nível regional aquilo que não eram mais capazes de atingir no nível nacional” (GILPIN, 2001, p. 358).

Desta forma, o regionalismo se converteu em uma estratégia necessária para Estados e grupos econômicos a ele relacionados que pretendam projetar-se globalmente (GILPIN, 2001, p. 361). O protecionismo regional e a integração produtiva regional seriam elementos necessários à ampliação da competitividade das firmas desta região no ambiente oligopolizado da globalização. A integração regional, nestes termos, promoveria um espaço para a formação de uma esfera hegemônica em caráter regional que subsidiaria a posição global destas potências econômicas. Os custos do investimento desta integração seriam preponderantemente dependentes do líder, que, deste modo, teria condições de ajustar recompensas à adesão ao regime hegemônico.

Em conclusão, observa-se que a emergência para esta abordagem consiste na passagem da preponderância regional para a global. A literatura aponta três instrumentos de disputa pela hegemonia regional. Do ponto de vista material, o emprego dos recursos de poder detidos pela Potência Regional é percebido pelo realismo ofensivo como determinante para a projeção do poder regional em nível sistêmico. Adicionalmente, os instrumentos discursivos ideacionais, possibilitariam intensificar a coesão dos interesses coletivos em torno da liderança do proponente a hegemônica e de seu reconhecimento, central nas abordagens construtivistas. Por fim, a estratégia social, também de corte construtivista, aponta a relevância de instrumentos institucionais de consolidação hegemônica, que ponderados pela abordagem eclética da integração de Gilpin (2001), permitem perceber o jogo complexo de interesses que permeia a construção de um regime internacional hegemônico em caráter regional.

Figura 7 – Delimitação da posição intermediária nas abordagens subsistêmicas



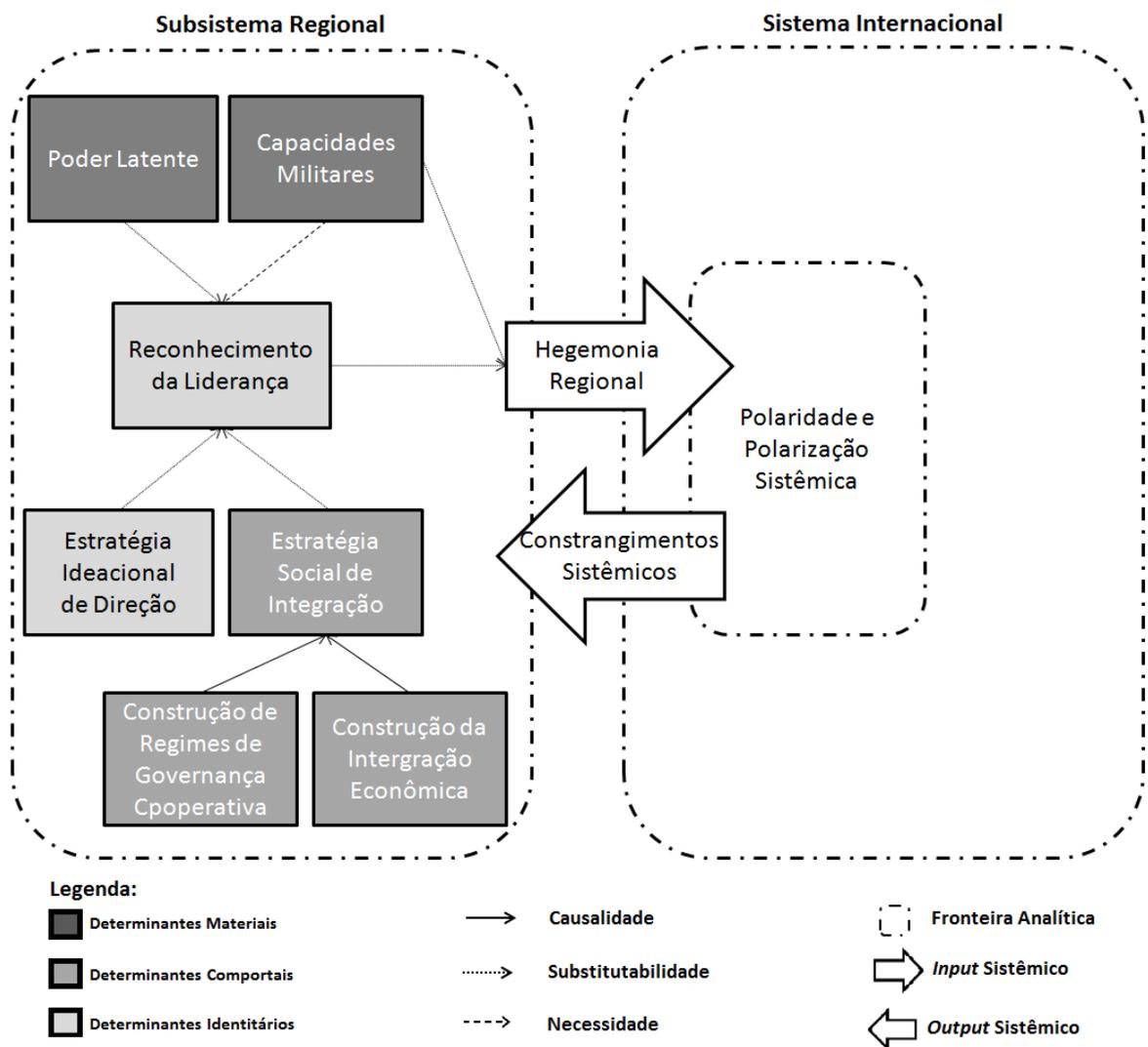
Fonte: Elaboração do autor (2013).

Esta seção buscou expor como atores com capacidades intermediárias de projeção de poder podem ter seu papel teórico compreendido, através da delimitação analítica de seu universo de projeção de poder e de como este universo, o subsistema regional, interage com o todo, o sistema internacional. A figura 7 busca demonstrar esta delimitação teórica da posição intermediária nas abordagens subsistêmicas. As Potências Regionais seriam atores capazes de determinar o subsistema - sua polaridade e sua polarização – e, por consequência, seriam “os nós” que amarram a hierarquia sistêmica à subsistêmica (NOLTE, 2010, p.889). A emergência desta posição intermediária estaria associada diretamente à ampliação do escopo de projeção de força, ou seja, a aquisição de capacidades para determinar a polaridade e a polarização em nível sistêmico como indica a seta da figura 7, na transição de uma Potência Regional para uma Grande Potência.

A emergência, nestes termos, se identifica com a construção de uma posição hegemônica em nível regional. A figura 8 busca ilustrar esquematicamente os determinantes lógicos da hegemonia regional pela literatura analisada. Uma análise subsistêmica trabalha como a noção de níveis e fronteiras analíticas, capazes de diferenciar o subsistema do sistema e explicitar os canais de conexão entre eles, ou seja, como o primeiro afeta o segundo e como é afetado. Em se tratando de uma abordagem subsistêmica, os determinantes lógicos analisados convergem para o impacto do subsistema no sistema, no sentido oposto do que se verá na próxima seção. Toma-se, portanto, os constrangimentos sistêmicos de maneira indeterminada, do mesmo modo que o aspecto sistêmico identificado, a polaridade e a

polarização. É a hegemonia regional o input sistêmico que está ilustrado e determinado na figura 8, nos termos analisados nesta seção.

Figura 8 – Esquema lógico da emergência nas abordagens subsistêmicas



Fonte: Elaboração do autor (2013).

A hegemonia regional seria determinada pela preponderância de capacidades militares na ótica do realismo ofensivo, ao passo que este seria um dos componentes da liderança reconhecida que fundamenta o restante das análises. Desta forma, o uso de setas de substitutabilidade<sup>65</sup>, neste caso, admite a ilustração de um falso consenso. O leitor pode

<sup>65</sup> Ver quadro 1, para mais detalhes.

acessar um maior rigor e coesão teóricos na determinação da hegemonia regional se analisar cada uma das setas de substitutabilidade de maneira independente. Como dito, pelo realismo ofensivo, a hegemonia regional seria uma derivação imediata da preponderância militar regional em seu sentido clássico, a posse de condições operacionais para impedir qualquer coalizão contra-balançante. Para as abordagens de corte construtivista, ela seria um componente necessário, mas não único da liderança regional.

Para estes autores, a hegemonia regional é construída, adicionalmente, por uma estratégia ideacional ou de soft power, de concatenação de interesses, por meio da direção ideológica; e por uma estratégia social de coadunação desses interesses. Esta estratégia, ao ser social é mais sólida e perene, mas também mais complexa. Nolte (2010) e Flandes (2007) indicam a construção de um regime de governança coletiva da região como a estratégia mais eficaz. Esta abordagem pode ser auxiliada pela interpretação de Gilpin (2001) sobre a integração regional, na qual o proponente a hegêmona teria na condução da integração econômica – financeira, produtiva e comercial – a construção de sua liderança efetiva e, portanto, de sua hegemonia.

Em resumo, as Potências Regionais, ao determinarem os padrões de amizade e inimizade de inúmeros atores estatais em seus subsistemas seriam atores intermediários de grande relevância para a compreensão das Relações Internacionais. A hegemonia regional, enquanto possibilidade de converter o impacto regional do poder político em impacto global, seria, para abordagem sistêmica, o signo da emergência destes atores intermediários.

#### 4.3 Abordagem Sistêmica: a Semi-Periferia

Na seção anterior o denominador comum da abordagem era a ênfase de dinâmicas subsistêmicas na determinação de características do sistema, que fundamentavam a relevância analítica de atores intermediários. Nesta seção, são as dinâmicas sistêmicas que determinam a posição intermediária de suas unidades componentes em sua particularidade. A abordagem sistêmica das Relações Internacionais, que dá termo à categoria de Semi-Periferia, tem sua gênese imediata na reinterpretação da estratificação dualista oriunda da CEPAL<sup>66</sup>, de centro e periferia, por Braudel (1985) e Wallerstein (1974) (LOURENÇO, 2005). Para estes autores,

---

<sup>66</sup> Sigla para Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas, criada em 1949. Site oficial disponível em <http://www.eclac.cl/>.

dentre seus pontos de concordância, está a manifestação do sistema capitalista em uma mesma “textura” no microcosmo de dominação social e no macrocosmo das relações entre Estados, espaços e populações (BRAUDEL, 1985, p.67-69). O sistema internacional seria parte de um Sistema-Mundo<sup>67</sup>, estratificado funcional e geograficamente, em última análise, pela concentração de capital. Como no microcosmo, haveria um limbo teórico de indeterminação imediata: uma classe intermédia de Estados ou a Semi-Periferia.

Para Braudel (1985) e Wallerstein (1974) o capitalismo coloca os espaços e as populações que o compõe em uma relação hierárquica de exploração e dominação. O elemento que conecta e manifesta a exploração é a cadeia de mercadorias que compõe o comércio internacional e as atividades econômicas que dela derivam, através das trocas desiguais. Este mecanismo processa a polarização do sistema entre as atividades que acumulam a maioria, ou todo o excedente produzido - o núcleo orgânico - e as que acumulam a minoria, ou nada desse excedente – a periferia. A dominação é o poder político que as elites deste núcleo orgânico exercem sobre o gerenciamento dos excedentes do sistema e a garantia de sua reprodução.

Tanto Braudel (1985) quanto Wallerstein (1974) admitem a existência de um espectro intermediário de Estados que combina aspectos de núcleo orgânico, ou centro, e de periferia. Para Braudel (1985, p. 69 e 76-77), esta zona intermediária é geograficamente contígua ao centro e marcada pela emulação de suas atividades, gerando-lhe concorrência. No entanto, estas atividades seriam dependentes do capital do centro, o que tornaria tal competição apenas efêmera e conjuntural. No sistema-mundo de Wallerstein (1974), a Semi-Periferia tem seu caráter geográfico concêntrico diluído analiticamente. Para o autor (1974, p. 59-65), a Semi-Periferia seria o espaço onde ocorreria em medidas equivalentes atividades econômicas típicas de centro e típicas de periferia. Tal equilíbrio se manifestaria em um saldo próximo de zero ao longo do tempo entre os ganhos e perdas de excedentes na cadeia de mercadorias da economia internacional: ganhos suficientes para afastar o país da periferia, mas não para permitir a sua aproximação ao centro. A maneira de aferir tal posição seria observar comparativamente os

---

<sup>67</sup>Aqui se faz o uso do conceito de Sistema-Mundo nos termos Wallerstein (1974), em detrimento do de Economia-Mundo de Braudel (1985). A escolha se deve ao debate exposto pelo próprio Braudel (1985, p. 68-72) quanto ao caráter necessariamente universal do primeiro e apenas restrito do segundo. Para Wallerstein só pode existir um Sistema-Mundo, que consiste da incorporação de espaços e populações a um mesmo mecanismo de dominação econômica, o capitalismo da contemporaneidade. Neste sentido, o Sistema-Mundo é um sistema explicativo mais próprio a compreensão de nosso objeto, ao ser a manifestação do capitalismo sobre o sistema interestatal.

termos de intercâmbio, o nível salarial e a margem de lucro percebidos em cada país (1974, p. 70-100).

Arrighi (1998, p. 137-253) propõe-se a sistematizar teoricamente e operacionalizar estatisticamente o conceito de Semi-Periferia. O autor assume as críticas sobre a indeterminação teórica desse conceito, e propõe uma nova fundamentação. Para Arrighi (1998, p. 143-145), a principal causa dessa indeterminação é a sua dupla determinação, a Semi-Periferia estaria delimitada na literatura tanto por sua particularidade na divisão internacional no trabalho, quanto pela hierarquia de poder na dinâmica entre os Estados. Como solução, Arrighi busca isolar os determinantes econômicos desta posição no sistema. Este procedimento analítico não significa a desconsideração de elementos políticos na delimitação da Semi-Periferia, o autor apenas enfoca os impactos do sistema capitalista sobre a distribuição de recursos entre as unidades e não deriva o impacto desta distribuição sobre as relações de poder entre elas.<sup>68</sup>

Para Arrighi (1998, p. 149), o capital se moveria no espaço em busca de atividades de menor pressão competitiva, que possibilitem auferir lucros extraordinários e uma menor remuneração dos demais fatores de produção. Este processo, na inexistência de jurisdições territorializadas, levaria a uma elevada volatilidade espacial do capital. Contudo, a existência de Estados, os faz disputar pela melhor oferta de condições para este desenvolvimento, nominalmente: infraestrutura e segurança jurídica e institucional (ARRIGHI, 1998, p.155). O desenvolvimento destas atividades concentradas em capital possibilita aos espaços nas quais ocorrem manter uma melhor oferta destas condições. Desse modo, o capital lidaria com as vantagens de custo oferecidas pelas zonas progressivamente mais periféricas e com as vantagens de receita oferecidas pelas zonas progressivamente mais centrais. A existência de poucos Estados capazes de oferecer vantagens de receita e muitos capazes de oferecer vantagens de custos possibilita ao centro reter o capital em sua jurisdição. Desse modo, a Semi-Periferia seria aquela capaz de oferecer vantagens de custo sobre o centro e vantagens de receita sobre a periferia. Para Arrighi (1998, p.213-215), a maneira de aferir esta estratificação é a através da análise da renda per capita das nações ao longo de um ciclo de expansão e retração do capital.

---

<sup>68</sup> Esta preocupação está justificada ao longo dos capítulos na existência de, ao menos dois padrões distributivos hierarquizantes dos Estados no sistema: um cumulativo, pela dotação de recursos; e outro, que se manifesta pelo exercício, que é o poder político em si mesmo.

A tentativa da Semi-Periferia de aumentar as suas atividades de maior concentração de capital, em meio a uma dotação limitada de vantagens de receita, aumenta a pressão competitiva destas atividades, deslocando o capital novamente para atividades mais rentáveis no centro (ARRIGHI, 1998, p.159). Este mecanismo é o cerne da estabilidade da estratificação trimodal do sistema. O centro, dada sua capacidade de retenção de capital, via vantagens de receitas, produz a inovação, capaz de gerar no seu seio, um novo movimento de baixa pressão competitiva, que lhe reativa a atratividade do capital. Diante das possibilidades de barganha frente à pluralidade de Estados periféricos, o capital consegue manter os benefícios que estes aufeririam de suas vantagens de custo em um limiar baixo, diferentemente do que acontece frente à concentração de vantagens de receita no centro. A Semi-Periferia, com sua dotação intermediária, acaba exercendo efeitos dúbios sobre a atratividade do capital, que terminam por manter sua posição relativa no sistema.

Esses mecanismos ilustram, somados às transferências unilaterais desiguais<sup>69</sup>, a maneira pela qual o sistema exerce a exploração que perpetua sua estratificação hierarquizada. Adicionalmente, o autor aponta mecanismos de exclusão pelos quais a riqueza se mantém concentrada no sistema internacional (ARRIGHI, 1998, p. 216). O primeiro é o fato de o capital incorporar desigualmente o trabalho em relação aos outros fatores de produção, deste modo o seu emprego, pelos mecanismos marxianos clássicos, levam a uma reprodução de sua acumulação por seus detentores. O segundo diz respeito ao fato de alguns recursos serem fisicamente escassos de modo que sua posse se torna estratégica, extrapolando às dinâmicas de troca do mercado e obedecendo às dinâmicas da política.

A emergência dentro deste sistema teórico seria, por decorrência, a apresentação de atividades de centro em nível suficiente para gerar sucessivos acúmulos de excedentes, de modo a permitir incrementar suas vantagens de receita e a ponto de modificar sua capacidade de retenção do capital. Para Wallerstein (1976), a disputa entre os países semiperiféricos por novos capitais oriundos do centro, que permitam a reprodução das atividades tipicamente centrais; e por mercados periféricos com os quais se possam estabelecer trocas desiguais é a maneira possível de galgar posições na hierarquia internacional. No entanto, Arrighi, através dos mecanismos sumarizados no parágrafo anterior, dedica parte relevante de seu argumento à sustentação deste movimento como uma exceção que comprova a regra. A compreensão dos

---

<sup>69</sup> Arrighi (1997, p. 210-211) aponta a relevância histórica das transferências unilaterais de capital e trabalho entre centro e periferia na formação de sua polaridade.

determinantes desta exceção para o autor está na busca de sua intertextualidade com duas outras obras que abordam dois dos casos excepcionais de ascensão intra e extra estratos.

O Longo Século XX retoma as sucessivas recentralizações do sistema internacional, de modo a chegar à emergência japonesa do perímetro do polo central para a disputa ou composição hegemônica. Para o autor, este caso comprovaria a regra, na medida em que as transferências unilaterais de capital, politicamente determinadas no pós-guerra, permitiram a este país incrementar sua oferta de vantagens de receita do capital, mantendo vantagens de custo baixas. Quando essas vantagens de custo se esgotaram pela pressão competitiva dos setores de ponta no país, foi possível atrelar as suas vantagens de receita às vantagens de custo de zonas periféricas de sua região. Esta combinação permitiu ao Japão e ao leste asiático em conjunto reterem uma fatia progressiva do capital produtivo mundial<sup>70</sup>.

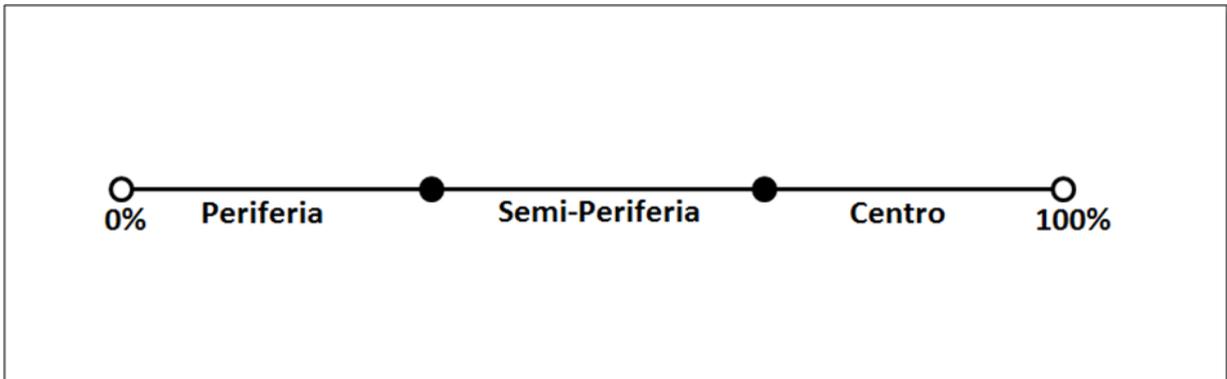
No estudo do caso chinês (ARRIGHI, 2008), o autor se desvencilha de uma falácia de composição ao especificar como a China rompe a regra sistêmica por sua particularidade histórica. O vigoroso crescimento chinês, que nem sequer compunha a Semi-Periferia do autor (ARRIGHI, 1998, p.137-253), seria derivado da combinação do movimento sistêmico levado a cabo pela emergência japonesa, com as estruturas históricas da região e o papel da China nelas. Esta combinação permitiu à China não apenas explorar seus custos diminutos de remuneração, mas oferecer ao capital uma elevada segurança para o seu desenvolvimento internamente, baseado em um novo tipo de dinâmica entre capital e Estado que concilia alta produtividade com harmonização coletivista.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> O parágrafo busca com limitações resumir uma parte do argumento de Arrighi (1996) sobre a emergência japonesa na segunda metade do século XX.

<sup>71</sup> A compreensão do argumento do autor deve ser acompanhada da leitura integral da obra: Arrighi (2008).

Figura 9 – Delimitação da emergência na abordagem do Sistema-Mundo

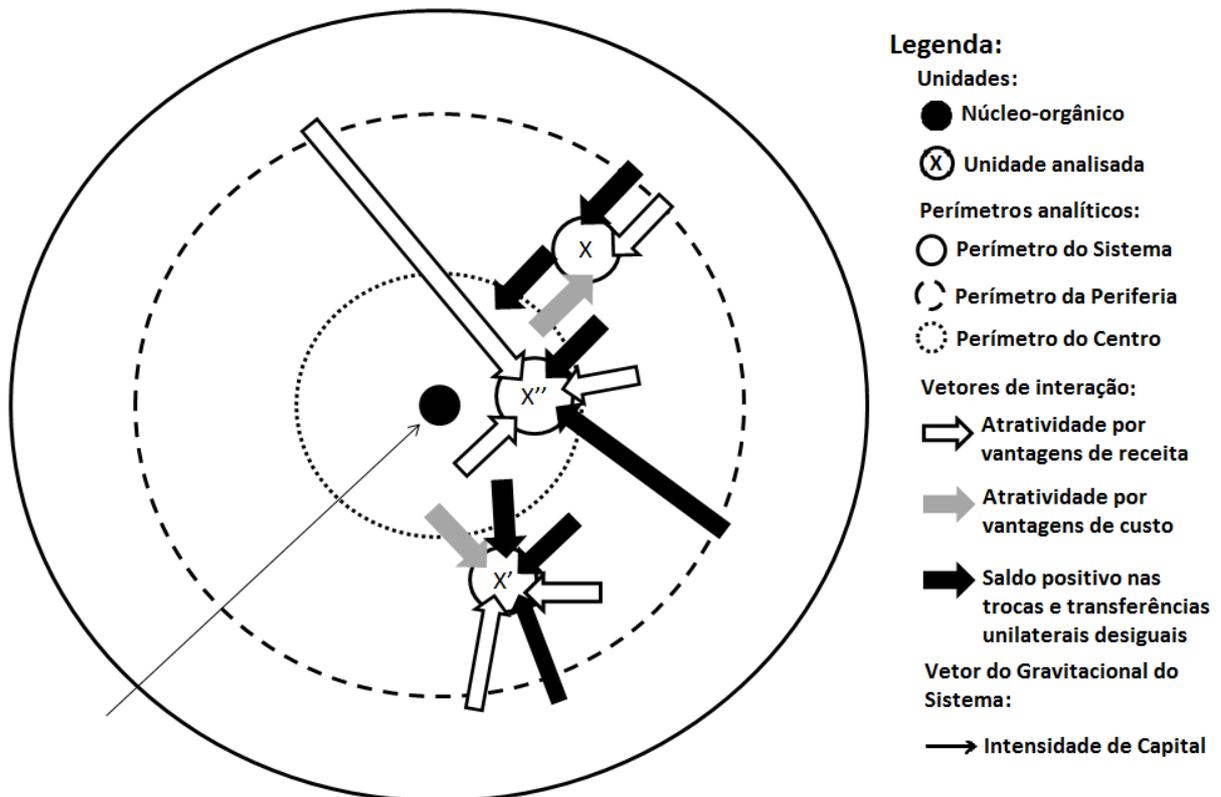


Fonte: Elaboração do autor (2013).

Desta seção conclui-se que a delimitação da posição intermediária na abordagem sistêmica é a determinação de sua estratificação. A figura 9 é uma releitura do exposto por Arrighi (1998, p. 161) e delimita as categorias hierarquizadas da polaridade sistêmica pela participação de atividades tipicamente centrais em sua economia, ou seja, pela concentração de capital em suas atividades econômicas. Ainda que os extremos do intervalo sejam ideais, dado dinamismo destas atividades, o intervalo mostra sua progressiva concentração espacial. A Semi-Periferia circundaria o ponto médio do intervalo, na dotação equivalente de atividades tipicamente periféricas e centrais. Para Wallerstein (1974), a maneira de identificar este espectro seria através de alguma mensuração combinadas de termos de intercâmbio, nível salarial e margem de lucro. Arrighi, por sua vez, sustenta que estes mecanismos implicam, em última análise, no padrão de distribuição da riqueza mundial, que poderia ser percebida pela medição relativa da renda per capita no longo prazo, ao longo de um ciclo econômico.

A noção de emergência fica envolta à discussão sobre a estabilidade da estratificação do sistema, para o conjunto das análises. A emergência seria em última análise a obtenção de uma composição de atividades econômicas predominantemente centrais. Para tanto, é necessário o atrair e reter de maneira sistemática o capital em um jogo de soma zero com as outras unidades do sistema. Este dado, pelos mecanismos apresentados ao longo da seção, limita as possibilidades de efetivação dos esforços de mudança. No entanto, as análises convergem na percepção de que o signo dessa emergência se dá na mudança da capacidade de atrair e reter capital, bem como, de desequilibrar os saldos das trocas e transferências unilaterais desiguais com o conjunto do sistema em favor de si mesmo.

Figura 10 – Esquema lógico da emergência para a abordagem do Sistema-Mundo



Fonte: Elaboração do autor (2013).

A figura 10 busca ilustrar a emergência nos moldes descritos pela literatura. O Sistema-Mundo estaria ilustrado a partir da categorização de Wallerstein, quanto à progressiva concentração de capital. No centro da imagem se encontra o núcleo, ou polo, em seu sentido braudeliano, enquanto o espaço geográfico restrito onde conflui o capital do sistema<sup>72</sup>. A partir deste centro físico, o sistema analiticamente organiza suas unidades quanto à intensidade de capital em suas atividades econômica, segmentadas regressivamente nos estratos: núcleo orgânico, a Semi-Periferia e a periferia. Os perímetros que delimitam os estratos, conceitualmente identificados com a disposição gradual de Arrighi (1998, p. 160-203), desempenham a função analítica de agregar as especificidades de cada ambiente de interação de uma determinada unidade com o sistema. A unidade X ilustrada na figura 10 representa um país qualquer da Semi-Periferia, que como anteriormente exposto, teria seus saldos nas trocas e transferências unilaterais desiguais obtidos junto à periferia anulados pelas perdas junto ao centro. Da mesma maneira, sua atratividade ao capital por vantagens de custo

<sup>72</sup> Para sumário ver Braudel (1985, p. 68-69).1

junto ao centro e por receitas junto à periferia, gera no bojo de suas atividades pressões competitivas que as tornam menos atrativas ao capital, impossibilitando a construção de uma combinação mais virtuosa de vantagens de receita e pressão competitiva.

A unidade X' mostra a condição excepcional da periferia que permite a sua ascensão nos termos de Arrighi (1998, p. 159) e Wallerstein (1976). Ao construir saldos sustentados com o conjunto do sistema, ou seja, necessariamente, com os três estratos, enquanto mantém vantagens de custo para o capital e constitui vantagens de receita frente à periferia e à Semi-Periferia, o Estado constrói uma combinação virtuosa que, mantida no longo prazo, estaria sintomaticamente desempenhando uma trajetória rumo ao centro. No entanto, a sustentação destes saldos é dependente da sua capacidade de reter capital e por conguite reter a inovação sob sua jurisdição. Ao transpor o perímetro do centro, tal unidade, agora ilustrada como X'', equalizaria suas trocas com o restante do centro<sup>73</sup> e manteria seus saldos junto aos outros estratos do sistema, bem como o influxo de capitais derivado de suas vantagens desproporcionais de receita frente às de custo da Semi-Periferia e da periferia.

Cabe ressaltar que, como sugerido nas análises de Arrighi (1996 e 2009) sobre a emergência chinesa e japonesa, os determinantes internos pelo qual se constituem a capacidade de gerar vantagens de receita e inovação para o capital são os determinantes últimos da emergência. Este hiato analítico presente em nossa revisão bibliográfica deve ser suprido a partir da extrapolação da bibliografia analisada, na inclusão da literatura sobre os determinantes da inovação em específico e do desenvolvimento econômico em geral. No entanto, se percebe a relevância das conclusões obtidas para a compreensão dos mecanismos sistêmicos pelos quais um Estado pode transitar de hierarquicamente no Sistema-Mundo.

#### 4.4 Conclusão do capítulo

A conclusão mais relevante deste capítulo é a sumarização e diagramação da noção de emergência na teoria das Relações Internacionais. Na primeira seção o intervalo intermediário, objeto da análise, era determinado pelo grau de autonomia do Estado para agir politicamente - influenciar ou dirigir atores e instituições – no sistema internacional. A

---

<sup>73</sup> Exceto em caso de recentralização, para análise ver Braudel (1985) e Arrighi (2001).

emergência, o deslocamento rumo ao polo positivo deste intervalo deveria ser compreendido pelas estratégias e por indicadores lógicos de ganho nesta autonomia. Na segunda seção, atores intermediários se definem pelo seu escopo de projeção, são determinantes na correlação de forças de suas regiões, mas tem papel menor nas dinâmicas globais. A emergência dessas Potências Regionais é a conversão de seu papel subsistêmico em papel sistêmico pela construção de sua hegemonia regional. Por fim, na última seção, a posição intermediária é sistemicamente determinada, como resíduo das dinâmicas de acumulação sistêmicas. A emergência passa necessariamente por transformações no âmbito da unidade que a permitam incrementar seus saldos frente ao sistema e estreitar seus vínculos orgânicos com o capital.

Esses três discursos geram três lógicas distintas sobre a emergência de atores intermediários nas Relações Internacionais. Enquanto antítese, eles devem ser pensados como a negação racional da interpretação da situação hodierna narrada no primeiro capítulo deste trabalho. Como já exposto, é do diálogo entre estas lógicas teóricas e a interpretação histórica dos emergentes no pós Guerra Fria que se buscara uma síntese conceitual capaz de analisar o fenômeno da emergência na disciplina para além de sua conjuntura. O próximo capítulo cumpre este objetivo, o objetivo central do trabalho.

## 5 SÍNTESE: O CONCEITO DE EMERGENTE NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo pretende cumprir o objetivo principal do presente trabalho: gerar a síntese convencional do conceito de emergente nas Relações Internacionais. Para isso, os atributos definidos pelo emprego do léxico emergente serão reinterpretados pelos discursos sobre a emergência de atores intermediários na teoria das Relações Internacionais. Este debate, além dos canais de diálogos construídos ao longo do trabalho, precisa ser concatenado dentro de um corpo teórico de entendimento dos funcionamentos mais gerais da disciplina. É neste intuito que o capítulo segue para conformar a lógica sintética da emergência nas Relações Internacionais. Por fim, desta lógica será delimitado o espectro conotativo do conceito de emergência a que se pretende sintetizar.

### 5.1 A emergência e as Relações Internacionais

O trabalho seminal de Kenneth Waltz (1979) propôs a concepção de sistema internacional em torno da qual a disciplina de Relações Internacionais discutiria seus funcionamentos mais gerais. Genericamente, um sistema é um conjunto unidades, cuja inter-relação forma um todo coerente e complexo (GOODMAN, 1965). Waltz (1979, p. 39-78) percebe o sistema como um todo composto de suas unidades e da estrutura que a elas transcende. Essa estrutura seria conformada pelos padrões de continuidade do complexo de interações entre as unidades depurados no tempo e a maneira pela qual se poderia compreender o funcionamento geral do sistema internacional (WALTZ, 1979, p. 78). Estes dois níveis comporiam o que segmento político do sistema internacional.

Ao centrar o debate sobre a concepção sistêmica das Relações Internacionais, ou ao menos da política internacional, Waltz (1979) atraiu contra-argumentos relevantes que contribuíram para acurar sua teoria<sup>74</sup>. Buzan et al. (1993, p.13-46) apontam que as críticas ao aporte teórico waltziano se aglutinam na excessiva parcimônia da delimitação do segmento político e dos níveis de análise em sua teoria. Para estes autores (BUZAN et al., 1993, p. 15),

---

<sup>74</sup> O trabalho de Keohane (1986) ilustra uma parcela do debate em torno das proposições de Waltz (1979)

o debate no nível da unidade acaba se tornando o depositório das indeterminações teóricas do nível sistêmico. A confluência demasiado heterogênea de variáveis no nível da unidade acaba se convertendo em pressões teóricas sobre a cobertura analítica do nível sistêmico (BUZAN et al. p. 27). A solução de Buzan et al. (1993) a este problema, que será tomada como marco teórico deste capítulo, é a delimitação das fronteiras analíticas do sistema, aceitando a proposição de Waltz de níveis e segmentos de análise, como o caminho para enquadrar a sua teoria em uma explicação mais geral das Relações Internacionais.

Buzan et al. (1993, p. 19) apresentam a divisão do sistema internacional em segmentos de analíticos como a utilização de diferentes “lentes” para a observação de um mesmo objeto. Ainda que exista uma variedade de segmentações possíveis (1998, p. 18-27), há dois segmentos clássicos do sistema de relações interestatais, já admitidos em Waltz (1979, 1-79): o político e o econômico. Waltz (1979) oferece a delimitação do sistema político internacional como composto de unidades funcionalmente indiferenciadas, organizadas pelo princípio da anarquia. Para Buzan et al. (1993, p. 23-27), o debate sobre a compreensão da estrutura do sistema se desenvolveu em torno validade desses dois pressupostos, ou seja, sobre a possibilidade de hierarquia como princípio organizacional e de diferenciação funcional entre as unidades. Portanto, a inclusão de um novo segmento de análise do sistema internacional, o econômico, deve possuir uma resposta ao princípio de composição e de organização do sistema.

Adicionalmente, para trabalhar com combinar dois segmentos analíticos do sistema internacional, se faz necessária a compreensão dos elementos que conectam e diferenciam cada segmento e seus níveis de análise. Nas palavras de Buzan et al. (1993, p.19, tradução nossa<sup>75</sup>):

O pressuposto [de que o sistema pode ser delimitado em segmentos analíticos com distintos princípios organizacionais e teóricos] levanta as questões: como a divisão vertical do sistema em segmentos e a divisão horizontal do sistema em níveis interagem? Os níveis de análise são definidos em relação ao conjunto do sistema, ou apenas em relação a um determinado setor? Geralmente, a definição do sistema em unidades, estrutura e interações aponta para a validade de os níveis de análise se estenderem entre os segmentos. Contudo, ainda que as categorias de níveis possam se estender através dos segmentos analíticos, o seu conteúdo deve ser diferente. Se segmentos podem ser definidos em seus próprios termos, isto provavelmente se faz especificando as diferenças entre suas unidades e sua estrutura. Especificidade,

---

<sup>75</sup> Do original em inglês.

consistência e clareza de uso são, portanto, extremamente importantes em discussões envolvendo segmentação do sistema.

Esta citação busca referenciar a possibilidade do uso dos mesmos níveis de análise para ambos os segmentos político e econômico do sistema. No entanto, fica clara a ressalva sobre a necessidade de delimitar variáveis capazes de especificar de maneira consistente o escopo de cada nível em cada segmento de análise. Uma vez que o conteúdo da síntese será ditado pela tese e pela antítese já delimitadas, será da abordagem sistêmica antitética que se determinará a consistência e a especificidade do segmento econômico. Nessa abordagem, o segmento econômico do sistema internacional, o Sistema-Mundo, compreenderia os resultados históricos da exploração e da dominação processadas pela expansão do capitalismo (ARRIGHI, 1998). Novos espaços e populações teriam sido incorporados ao sistema de maneira funcionalmente diferenciada pela capacidade retenção dos excedentes produtivos e do capital sob suas jurisdições (WALLERSTEIN, 1974, BRAUDEL, 1985). Essa distribuição geográfica da concentração de capital teria gerado a estratificação que define a estrutura do sistema internacional segundo esta abordagem.

Para o sistema político internacional de Waltz (1979, p. 60-78), a distribuição de capacidades de coerção é a variável determinante dos atributos definicionais do sistema: a polaridade e a polarização. Em comum às análises do sistema econômico internacional em Wallerstein (1974), Braudel (1985) e Arrighi (1994; 1998), por sua vez, está um sistema cuja distribuição da concentração de capital na Divisão Internacional do Trabalho determina o atributo definicional do sistema: sua estratificação. Apesar da divergência sobre a diferenciação funcional, ambos os segmentos de análise do sistema têm, como suas unidades, Estados jurisdicionalmente soberanos sobre um território. Dessa forma, em ambos os segmentos, o nível estrutural, ou sistêmico, está delimitado como a análise posicional entre as unidades e seus determinantes.

Como já afirmado, Buzan et al. (1993) defendem que os segmentos analíticos devem definir expressamente o princípio organizacional e a diferenciação funcional das unidades do sistema em cada segmento e nível analítico. A última tem sua especificidade mais clara, na medida em que é justamente a diferenciação funcional, por meio da divisão internacional do trabalho, que determina a estratificação do sistema. Por sua vez, a definição do princípio organizacional – anarquia ou hierarquia – demanda maior reflexão. Para Buzan et al. (1993, p.), hierarquia é a existência de governança sobre o conjunto das unidades do sistema, enquanto a anarquia não admite essa possibilidade, apenas a coexistência de diversas unidades

hierárquicas. A identificação do sistema waltziano com o princípio organizacional da anarquia é linear em sua abordagem. Neste trabalho, sustenta-se que o sistema econômico internacional também admite a anarquia como princípio organizacional. Mesmo que a diferenciação funcional, por meio da DIT, resulte em uma estratificação hierarquizada, é a inexistência de governança e a delimitação jurisdicional e territorial das unidades que produz a disposição geográfica desta estratificação. Portanto, a hierarquia da concentração de capital tem de lidar com a anarquia entre as unidades que disputam a sua acumulação (ARRIGHI, 1998, p. 152-157).

Delimitam-se assim as fronteiras teóricas dos segmentos político e econômico do sistema internacional que pautarão o desenvolvimento do capítulo. No entanto, cabe ainda explicitar o que há de específico no nível da unidade para ambos os segmentos. Como exposto anteriormente, ambas as abordagens do sistema percebem suas unidades como Estados soberanos sobre um território. Essa jurisdicionalidade territorial da unidade subsidia logicamente sua disputa pela retenção do capital (ARRIGHI, 1998, p.153) ou por condições para assegurar sua sobrevivência (WALTZ, 1979, p. 101-128). A pressuposição de soberania do Estado carrega consigo a presunção de hierarquia, na acepção aqui referida, como princípio organizacional interno à unidade. Deste modo, o nível analítico da unidade deve estar focado na particularidade de seu comportamento frente a uma determinada combinação de atributos domésticos.

A segmentação analítica do sistema, ao mesmo tempo em que produz um marco para a compreensão das lógicas próprias de elementos econômicos e políticos da emergência ao longo do trabalho, mantém irresoluta a sua concatenação com a relevância que as instituições internacionais e as dinâmicas regionais desempenharam em seus momentos de entendimento. Como argumentado na terceira seção do capítulo 4, ao menos a segunda deveria ser compreendida como um recorte interno ao sistema: um subsistema. Buzan et al.(1993, p.19) definem subsistemas como um “subconjunto de unidades localizado dentro de um conjunto maior [o sistema], contendo menos unidades” e, portanto, diferente do segmento analítico do sistema enquanto abordagem alternativa a um mesmo conjunto maior de unidades. Deste modo, o subsistema pode ser um nível de análise se justificar as vantagens analíticas de seu recorte e os seus vínculos que o conectam com e diferenciam do todo de que faz parte.

Mearsheimer (2001), Buzan e Waever (2003), Flesmes (2007) e Nolte (2010) baseiam a consistência de seu recorte na ideia de que as particularidades geografias das regiões tornam

a análise de sua balança de poder determinante nos atributos definicionais do sistema. Gilpin (2001) sustenta a nucleação da regionalização econômica de grandes economias em torno de si como uma estratégia necessária à sua competitividade global. Dessas análises, é possível depreender que subsistemas geograficamente delimitados são uma alternativa coerente com as análises apresentadas ao longo do trabalho e com a dupla segmentação aqui proposta. Esse recorte funciona como uma “lupa” para análise de uma parte sistema, de modo que carrega consigo os pressupostos analíticos do segmento teórico de que faz parte.

Adicionalmente, grande parte da literatura analisada neste trabalho enfatiza as instituições como um ambiente particular de interações do sistema onde a anarquia é subvertida pela existência de regras e normas de procedimento. Buzan et al. (1993, p.22) argumentam a sociedade internacional como uma segmentação analítica do sistema, em que a ênfase do estudo se desloca para os padrões institucionais de mediação comuns à interação de seus membros. No entanto, nos termos deste trabalho, as instituições internacionais são percebidas como parcelas do sistema em que sua hierarquia distributiva se manifesta em diferenciação funcional de suas unidades (HURRELL, 2000). Portanto, as instituições internacionais seriam o espaço onde anarquia é convertida em hierarquia delimitada pela conformação de uma ordem normativa. Esta ordem, ao mesmo tempo em que baliza comportamentos, manifesta a distribuição de poder do sistema, diferenciando funcionalmente a capacidade das unidades em influenciá-la.

Como definido na primeira seção do capítulo 4 desta monografia, as instituições internacionais, ao manifestar os interesses dos atores mais poderosos do sistema, seriam parte da manutenção de sua hegemonia e, portanto, o caminho mais efetivo de barganha junto a eles. Adicionalmente, enquanto ambiente parlamentar, as unidades teriam seu comportamento nas instituições derivados de sua auto-percepção e de suas percepções do sistema. Tanto nas instituições em que a governança política do sistema está posta, quanto nas em que está a governança econômica, os padrões de coalizões e de adesão à ordem normativa representam esse comportamento. No entanto, a diferenciação dos segmentos nessa camada do nível subsistêmico é dada pela matéria das normas e o tipo de distribuição que repercute na diferenciação funcional das unidades<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> A título de exemplo, a distribuição de capacidades de coerção deve repercutir mais na distribuição funcional das unidades para deliberação no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, equanto as concentração de capital em sua jurisdição deve ter maior impacto na gestão das instituições de Bretton Woods.

Em resumo, para a constituição da síntese conceitual pretendida neste trabalho, a relação entre os atributos téticos e as lógicas antitéticas será agrupada e esquematizada quanto ao seu nível e segmento de análise do sistema. O quadro 2, busca explicitar as fronteiras teóricas dos segmentos e níveis analíticos do sistema internacional. A segmentação vertical permite trabalhar elementos econômicos e políticos em sua própria determinação lógica. O nível sistêmico determina o posicionamento relativo das unidades, e seus determinantes, em cada segmento vertical. O nível subsistêmico representa padrões específicos de interação entre as unidades, em um ambiente restringido. Por fim, no nível da unidade, está a compreensão do comportamento estatal a partir da particularidade de seus atributos. A divisão horizontal e vertical do sistema é um procedimento metodológico para organizar as narrativas hodiernas sobre os emergentes sistematizadas no capítulo 3, delimitadas pelos discursos teóricos do capítulo 4, em uma lógica coerente de compreensão da emergência. Essa lógica, a ser sintetizada subsequentemente, determinará o conceito sintético para onde conflui este capítulo.

Quadro 2 – Fronteiras teóricas do sistema internacionais em níveis e segmentos análise

	UNIDADE	SUBSISTEMA		SISTEMA
		Regional	Institucional	
POLÍTICO	<b>Princípio organizacional:</b> Hierarquia  <b>Princípio de composição:</b> Unidade estatal soberana	<b>Princípio organizacional:</b> Anarquia  <b>Princípio de composição:</b> Indiferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Distribuição regional de capacidades de coerção <b>Variável determinada:</b> Polaridade e polarização regional	<b>Princípio organizacional:</b> Hierarquia  <b>Princípio de composição:</b> Diferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Percepções do sistema <b>Variável determinada:</b> Padrões de coalizão e adesão	<b>Princípio organizacional:</b> Anarquia  <b>Princípio de composição:</b> Indiferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Distribuição de capacidades de coerção <b>Variável determinada:</b> Polaridade e polarização
		<b>Princípio organizacional:</b> Anarquia  <b>Princípio de composição:</b> Diferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Vínculos comerciais e econômicos <b>Variável determinada:</b> Padrão hierárquico da Integração econômica	<b>Princípio organizacional:</b> Hierarquia  <b>Princípio de composição:</b> Diferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Percepções do sistema <b>Variável determinada:</b> Padrões de coalizão e adesão	<b>Princípio organizacional:</b> Anarquia  <b>Princípio de composição:</b> Diferenciação funcional das unidades <b>Variável determinante:</b> Distribuição da concentração de capital na DIT <b>Variável determinada:</b> Estratificação da DIT
ECONÔMICO	<b>Variável determinante:</b> A tributos da unidade  <b>Variável determinada:</b> Comportamento da unidade			



Níveis analíticos do sistema



Segmentos analíticos do sistema

## 5.2 A lógica sintética da emergência

O apêndice C busca ilustrar a covalidação dos atributos obtidos no emprego do léxico emergente para a compreensão das transformações das Relações Internacionais desde o fim da Guerra Fria, a partir dos debates teóricos explorados no momento antitético do conceito. A primeira conclusão que o cruzamento denotativo sugere é a confrontação da temporalidade dos atributos situacionais característicos da descrição do processo histórico em que os “emergentes” ascendem, pela emergência em sua percepção teórico. No entanto, a correlação de atributos, em si mesma, não gera a lógica sintética pretendida. Deve-se observar a reinterpretção destes atributos pelos discursos teóricos delimitados capítulo 4.

O capítulo 3 deste trabalho buscou sistematizar o protótipo conceitual gerado pelo emprego do léxico emergente na disciplina de Relações Internacionais, ilustrado nas figuras 3 e 4. Percebeu-se que uma Potência Emergente está associada à confluência de atributos materiais e ideacionais em um comportamento político específico, o ativismo pela reforma ou revisão da ordem institucional internacional. Este ativismo, por si só, não foi percebido como suficiente para determinar a categoria; ele deve estar acompanhado de um ou mais destes outros atributos materiais (1, 4, 5 ou 10 dos listados na figura 2), que determinam sua efetividade ou a especificidade do seu conteúdo.

Nas abordagens teóricas gradualistas, das Potências Médias, o ativismo institucional e os componentes ideacionais que o fundamentam são o caminho para a definição destes atores intermediários, na medida em que a sua posição no sistema é determinada pela sua autonomia para impactá-lo. Deste modo, estratégias coalizacionais poderiam conferir um “meta-poder” a estes atores, que poderia ser convertido em melhores condições de constituição de recursos de poder, tanto econômicos quanto políticos. A constituição de recursos de poder seria exógena às análises gradualistas. A emergência, nas abordagens gradualistas deveria ser percebida pela progressão nas metas e ambições política externa do país, ainda que se admita a necessidade de um subsídio material a esta progressão.

Deste modo, percebe-se que as abordagens gradualistas ajudam a reinterpretar a emergência no nível da unidade. O comportamento prototípico dos emergentes sistematizado no capítulo 3 teria, em si e em seu fundamento ideológico, a manifestação de suas limitações de autonomia. Ao mesmo tempo, mudanças na dotação de recursos materiais, como as

observadas nas narrativas sobre os “emergentes” da atualidade, modificam também suas percepções de autonomia, conferindo efetividade a seu ativismo institucional, manifestando-se em progressão de suas metas e ambições de política externa.

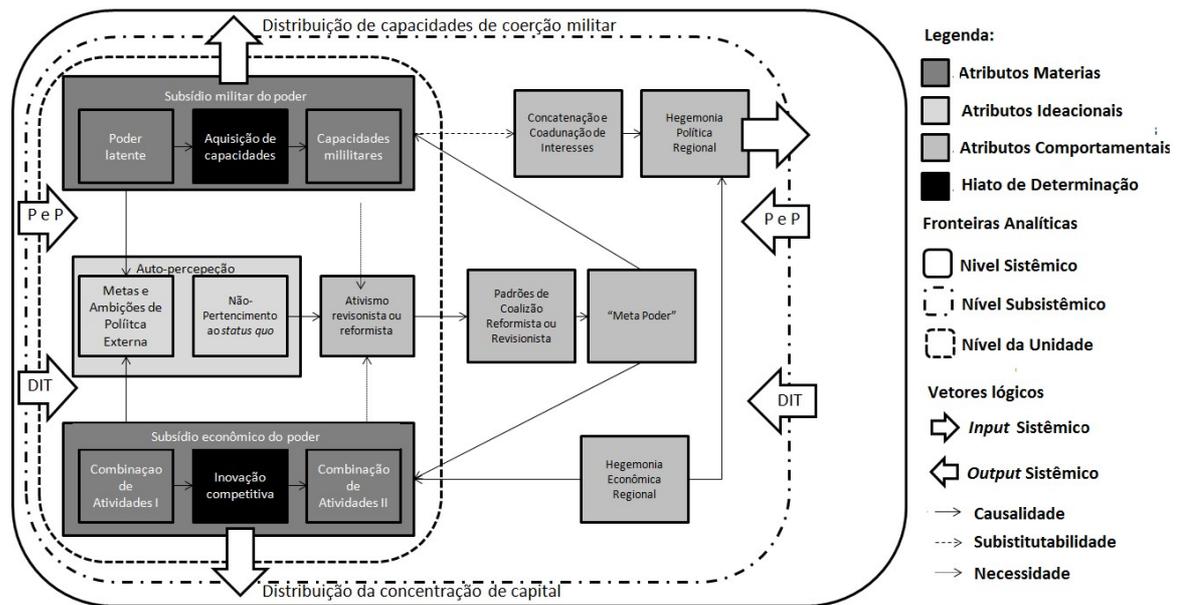
O papel específico destas mudanças na dotação de recursos para a construção da emergência abre espaço para a repercussão das abordagens regionais sobre a emergência. Para estes autores, a emergência estaria associada à construção de uma hegemonia em nível regional. Mearsheimer (2001) trabalha a hegemonia em identidade à preponderância militar. Portanto, a emergência seria a conversão de poder latente, medido pela população e pelo crescimento econômico, em capacidades militares hegemônicas no subsistema regional, processo esse que constitui um hiato analítico da literatura analisada. Nas análises de viés construtivista, o reconhecimento destas capacidades sob a forma de liderança é um atributo necessário à emergência. A obtenção da hegemonia, portanto, demandaria uma estratégia de concatenação de interesses, por meio do discurso, e de coadunação de interesses, na construção de regimes institucionais de governança cooperativa. Gilpin (2001), ademais, pondera sobre a necessidade de uma integração financeira, produtiva e comercial da região sobre a unidade emergente para, efetivamente, coadunar os interesses de seus parceiros regionais com os seus.

O papel da hegemonia regional na constituição da competitividade das atividades econômicas no âmbito da unidade, em Gilpin (2001), remete às discussões sobre a emergência na abordagem da Semi-Periferia. Nesta abordagem, uma vez que as dinâmicas do nível sistêmico conduzem à auto-reprodução das posições relativas entre as unidades, são mudanças no nível da unidade que determinam a emergência. A emergência seria processada, para Arrighi (1998, p. 159) e Wallerstein (1976), pela constituição de uma determinada combinação de atividades econômicas que gerem saldos com o conjunto do sistema, enquanto mantém vantagens de custo para atração do capital em relação ao centro e vantagens de receita frente à periferia e a Semi-Periferia. Tal processo se identifica com os ganhos de participação nos fluxos de econômicos internacionais indicados como atributo prototípico tético.

No entanto, um segundo hiato analítico demanda a extrapolação da literatura utilizada. A capacidade de gerar contínuas vantagens de receita ao capital, de modo a alterar as condições do país em concentrá-lo estruturalmente, possui determinantes que se imiscuem com os do desenvolvimento econômico doméstico, em geral, e com os da inovação

competitivas em específico. A título de exemplo, o tratamento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento como indicadores da emergência, particularmente pela sua determinação teórica em Bussels e Weber (2005), reforça a sugestão, nos momentos tético e antitético, da extrapolação do recorte bibliográfico para a literatura específica sobre este hiato analítico.

Figura 11 – Esquema da lógica sintética da emergência nas Relações Internacionais



Fonte: Elaboração do autor (2013).

De maneira geral, as análises comungam em perceber a emergência como um produto da unidade de análise, de constituição de capacidades militares ou de melhora de sua posição na divisão internacional do trabalho. No entanto, a literatura se concentra mais sobre a estratégia de interação concernente à emergência, do que explora os determinantes de suas causas domésticas. A figura 11 busca sintetizar essa lógica nos três níveis analíticos propostos.

Ao compor o sistema, a unidade e o subsistema seriam impactados pelos aspectos distributivos e posicionais de sua estrutura. No entanto, os constrangimentos sistêmicos representam a continuidade e a reprodução da estrutura, em sentido oposto ao fenômeno que a emergência representa nos termos especulados. Desse modo, eles determinam a posição inicial da unidade e a mudança nela que caracteriza a emergência. A posição intermediária, no segmento político do sistema, seria dada pela distribuição de capacidades de coerção entre as unidades, manifestada em sua polaridade e polarização. No segmento econômico, a divisão

internacional do trabalho, manifestada na estratificação entre Centro e Periferia, constrange a unidade à sua posição intermediária. A emergência, portanto, seria a superação desta posição, identificada com uma melhora na estratificação da divisão internacional do trabalho, ou na distribuição de capacidades de coerção no sistema.

A superação desta posição, do ponto de vista econômico, significa a constituição de uma nova combinação de atividades, que configurem uma mudança estrutural mais próxima do centro. Do ponto de vista político, é a conversão de poder latente em capacidades militares que explica emergência. Em ambos os casos, o entendimento dos determinantes da emergência no nível da unidade transcendem à literatura analisada e se constituem em hiatos analíticos da lógica convencional da emergência nas Relações Internacionais. A literatura tética aponta indicadores que podem estar relacionados aos nexos internos a estes hiatos, no entanto, a operacionalização conceitual exige uma reflexão própria e posterior a este trabalho.

Ao mesmo tempo, como já expressado, a literatura enfatiza dentre as estratégias interacionais típicas de atores intermediários, aquelas concernentes à constituição da emergência. Nas abordagens do subsistema regional, a constituição de hegemonia é o signo da emergência, que, ainda que subsidiada nas capacidades militares, demanda uma estratégia de liderança calcada na concatenação e coadunação de interesses dos parceiros regionais. A hegemonia econômica, a concentração das atividades produtivas, financeiras e comerciais da região naquelas desenvolvidas na economia do “emergente”, é tanto um subsídio à hegemonia política regional quanto um componente explicativo da emergência econômica no âmbito da unidade.

Por fim, a estratégia institucional de processamento da emergência é recorrente em diversas análises e conflui na capacidade de produzir deliberações normativas, um “meta-poder”, capaz de facilitar a aquisição de capacidades materiais, que por sua vez, modificam as metas e ambições de política e externa e produzem um ativismo institucional ainda mais efetivo. A emergência, mesmo que não se produza em si mesma no subsistema institucional, tem nele a estratégia convencional para lidar com as restrições de autonomia de atores intermediários e construir uma ordem normativa mais favorável à sua emergência.

Em síntese, a lógica da emergência nas Relações Internacionais é um produto da unidade, de uma melhora na sua composição de seus atributos. No entanto, a literatura aponta interações concernentes à emergência em âmbitos subsistêmicos. A busca por uma estratégia de liderança regional e pela concentração dos fluxos econômicos da região em torno de si se

mostram caminhos interacionais relevantes da emergência. De maneira similar, o ativismo institucional na configuração de uma ordem normativa mais favorável é apontado na literatura como a estratégia convencional da emergência nas Relações Internacionais.

Cabe ainda ressaltar que a pluralidade teórica que configura esta síntese nominal do conceito, acomodada pelo marco de Buzan et al. (1993), deve ser explorada na suas individualidades, como um prosseguimento analítico. Seguramente, cada eixo causal da figura 12 possui uma vasta discussão na literatura, que deve ser explorada para uma melhor compreensão da emergência na disciplina. Este trabalho busca apresentar a lógica específica da emergência nas Relações Internacionais, conectando distintos aportes teóricos na composição de um entendimento sintético passível de se desdobrar em análises futuras. A construção desta síntese conceitual é o norte que guia a última seção deste capítulo.

### 5.3 Síntese conceitual

Esta seção final busca, a partir do discutido no trabalho e sintetizado na seção anterior, apresentar o que define convencionalmente um emergente nas Relações Internacionais. Como indicado no capítulo 2 e afirmado ao longo da monografia, o léxico emergente é um conceito de Nível Básico, intermediário em um espectro interpolar. Sua determinação consiste na observação de mudanças na combinação de atributos do Nível secundário que estejam relacionados à migração da unidade de análise ao polo positivo para onde emerge. Da tese, carrega-se a substantivação do conceito como Potência Emergente, enquanto a mais prototípica na literatura, além de representativa da especulação delimitativa de que parte este trabalho: a emergência enquanto transição ascendente de um ator intermediário na hierarquia entre seus pares.

Ao longo da seção anterior, observou-se que a emergência possui um subsídio material necessário. Tanto no seu emprego prototípico do capítulo 3 quanto nas reflexões teóricas do capítulo 4, a emergência está fundada em um processo de incremento de capacidades de coerção e, sobretudo, de concentração de riqueza na unidade emergente. Uma Potência Emergente, portanto, deve apresentar, ao longo do tempo, uma composição de recursos militares ou econômicos crescentes em termos absolutos e relativos no conjunto do sistema, particularmente em relação aos atores de maior poder no sistema. Essa conjunção de atributos seria necessária e suficiente para denotar a emergência de um ator nas Relações

Internacionais, se não fosse um dos elementos de mensuração e determinação lógica menos consensuais da disciplina.

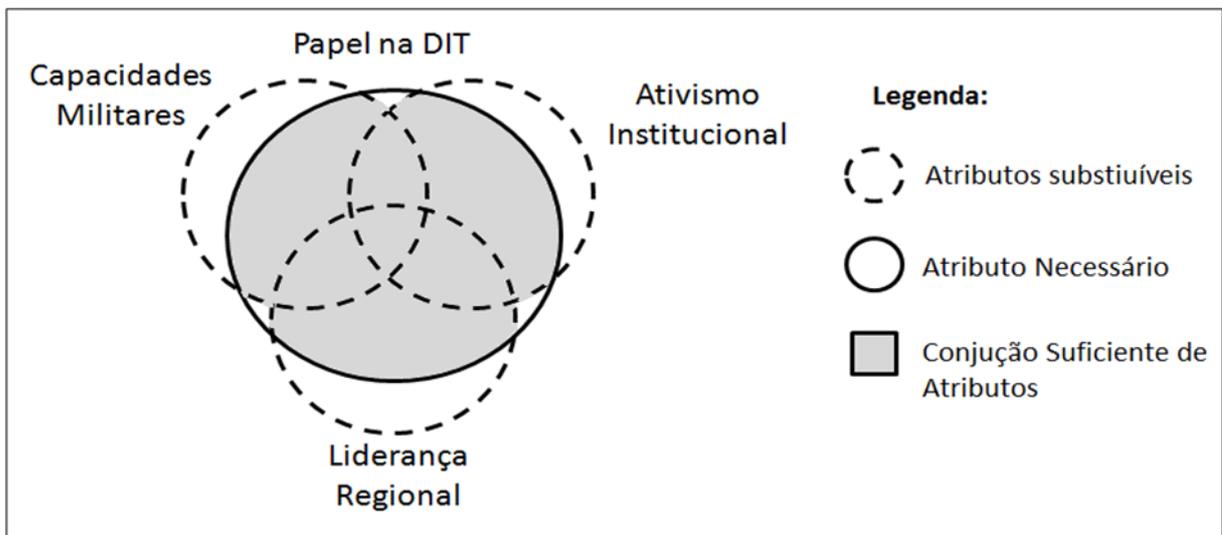
Arrighi (1998, p. 213-216) expressa as dificuldades de mensuração de mudanças na estratificação sistêmica por dotação de atividades econômicas tipicamente centrais ou periféricas, dada a mutabilidade do poder de retenção de capital destas atividades ao longo do tempo. Para Arrighi (1998, p. 214), a hierarquia da riqueza das nações seria mais bem contabilizada pelo resultado dos mecanismos de exploração decorrentes da dotação de atividades mais ou menos centrais, medido pela evolução da renda nacional. Analogamente, o crescimento econômico sustentado e a previsão de sua continuidade no longo prazo é o atributo mais prototípico das narrativas da emergência hodierna e o fundamento histórico de sua apropriação pela disciplina.

No entanto, o crescimento econômico é percebido nas análises téticas e antitéticas, tem sua validade associada à fundamentação da ação política ou à potencialidade de constituição de capacidades militares. Assim, a sua suficiência fica diluída pela necessidade adicional de uma determinação do caráter político desta emergência econômica, ao mesmo tempo em que sua necessidade se reafirma pela potencialidade semanticamente inerente ao adjetivo emergente (DUPAS, 2006). Apesar das dificuldades de mensuração, a constituição de atividades econômicas capazes de concentrar capital na unidade emergente, de maneira continuada, se mostra um atributo teoricamente consistente na bibliografia analisada. Portanto, a subversão do papel do país na divisão internacional do trabalho, se mostra um atributo necessário ainda que insuficiente à conotação da emergência. A sua suficiência está associada à conversão desta progressão posicional a um incremento nas condições de determinação da política no sistema.

No capítulo 3, a preponderância militar regional e a nucleação do processo de integração da região em que o emergente se encontra são atributos substituíveis ao crescimento econômico por apresentar a manifestação política desse crescimento. Na lógica sintetizada na seção anterior, estes dois atributos são compreendidos pelos termos da abordagem subsistêmica, como a hegemonia política e econômica regional. Portanto, percebe-se a disputa pela hegemonia regional, a constituição de uma estratégia de liderança política ou econômica na região como um atributo convencionado à conotação de uma Potência Emergente nas Relações Internacionais.

Por fim, a literatura sobre emergência enfatiza a captura da emergência em processo pela apresentação de um comportamento político comum aos emergentes: o ativismo institucional com vistas à configuração de uma ordem normativa mais favorável à sua emergência. Ao longo do capítulo 3, o caráter ideacional que fundamenta e caracteriza a particularidade desse comportamento foi alvo de amplo debate bibliográfico. No entanto, a reinterpretação deste comportamento no capítulo 4 explicita a necessária efetividade do comportamento ativista, na progressão das metas e ambições de política externa de um país, como o signo da emergência de um ator intermediário.

Figura 12 – Diagrama lógico de atributos de uma Potência Emergente nas Relações Internacionais



Fonte: Elaboração do autor (2013).

Em síntese, a análise da bibliografia ao longo deste trabalho subsidia a conclusão de que uma Potência Emergente seria um país que observa uma melhora posicional na distribuição da riqueza mundial e a converte em poder político. Esta conversão pode ser percebida ex post, pela aquisição de capacidades militares, ou ex ante, capturada em processo por uma estratégia de constituição de liderança regional ou de uma ordem normativa mais favorável. A figura 12 apresenta o diagrama de conjuntos que busca ilustrar a cobertura conotativa do conceito. A literatura identifica uma Potência Emergente na melhora relativa em qualquer combinação de atributos ilustrada na área colorida da figura 12. De todo modo, a emergência trata da evolução de um ator intermediário rumo a uma posição estrutural mais positiva que a sua própria anteriormente. Analogamente, trata-se da redução do diferencial de

poder desse ator em relação àqueles que determinam o sistema, o polo positivo do qual esses atributos devem se aproximar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou compreender a noção convencional da emergência nas Relações Internacionais. Esta compreensão teve, no diálogo entre o entendimento do uso que a literatura atribui ao predicado emergente e a noção consolidada na bibliografia sobre a emergência de atores intermediários, o caminho para sua exposição. Portanto, considera-se como efetiva a hipótese de que a “viagem” do léxico emergente, em sua apropriação pela disciplina de Relações Internacionais, tem, no confronto com as abordagens da emergência externas ao seu emprego, a dialética da sua validação. A síntese conceitual exposta no capítulo 5 traduz nas transformações semânticas do conceito observadas no capítulo 3 os debates centrais sobre a emergência de atores intermediários na disciplina. O caminho percorrido constituiu a dialética de validação do conceito, ao opor o campo semântico estudado ao seu não-uso para a compreensão da mesma categoria fenomênica no nível teórico.

O capítulo 3 explorou o processo de apropriação do léxico emergente pelas Relações Internacionais. Observou-se como o curso dos acontecimentos históricos, pautado pela expansão da relevância de países não-centrais nas dinâmicas internacionais, conduziu o predicado emergente a um significado condizente com as modificações nos casos a que denotava. Mercados emergentes, que indicavam a periferia onde capitalismo financeiro se expandia, passaram, na disciplina de Relações Internacionais, a indicar as potências que emergiam ao centro dos debates sobre a ordem internacional. O espectro conotativo produzido por esta “viagem” foi estudado, pela composição das semelhanças de família dos atributos, de modo a gerar um conceito radial prototípico das Potências Emergentes que a disciplina delimitava. A título de ilustração, o apêndice D mostra os casos considerados emergentes por cada autor analisado na literatura tética.

No capítulo 4, buscou-se convencionar os aportes teóricos da disciplina de Relações Internacionais sobre a emergência de atores intermediários. Foi possível identificar três categorias centrais atribuídas à posição intermediária: Potências Médias, Potências Regionais e Semi-Periferia. Tais categorias formam, cada uma, três abordagens coerentes sobre o objeto de estudo deste trabalho, na medida em que os determinantes da posição intermediária destes países revelam os elementos relacionados à sua emergência. Essas três abordagens se

justapõem enquanto antítese que nega o emprego do léxico emergente e valida seus atributos. O apêndice C ilustra os conflitos e as validações dos atributos de cada etapa de entendimento do conceito.

Por fim, no capítulo 5, sintetizou-se a lógica da emergência nas Relações Internacionais, a partir da reinterpretação dos atributos prototípicos do seu uso, pelas lógicas teóricas de seu não uso. A emergência foi percebida como a evolução de um país nas dinâmicas posicionais da estrutura do sistema. Do ponto de vista econômico, isso significa a composição de uma mudança na capacidade de produzir inovação competitiva e aumentar a capacidade de reter capital sob o comando de agentes econômicos de sua jurisdição. Do ponto de vista político, a emergência se identifica com a aquisição de maiores capacidades de coerção frente ao conjunto do sistema. No entanto, a potencialidade inerente à noção de emergência e o peso da ascensão econômica como fundamento histórico da identificação dos “emergentes” a enfatiza como atributo necessário do conceito.

Ainda, a complexidade do sistema apresenta recortes internos de interação restringida que processam a emergência. A constituição de uma liderança regional, com vistas à construção de uma hegemonia política ou econômica, é tida como um signo da emergência dadas as restrições geográficas à interação entre Estados no sistema. Adicionalmente, a importância desempenhada pelas instituições internacionais na manutenção das hegemônias globais no sistema as torna um ambiente em que as condições de hierarquia permitem a atores de poder intermediário subverter a ordem normativa existente na conformação de uma ordem mais favorável a sua emergência material.

Percebe-se, assim, a emergência como a evolução de um ator intermediário rumo a uma posição estrutural mais positiva que a sua própria anteriormente, que reduz o diferencial de poder desse ator em relação àqueles que determinam o sistema. A potencialidade inerente ao conceito, enquanto transição em processo, manifestada em seu emprego prototípico e no fundamento histórico de sua apropriação pelas Relações Internacionais, faz da emergência econômica um atributo necessário a sua captura. Portanto, uma Potência Emergente, como ilustrado na figura 12, é um país que observa uma melhora posicional na distribuição da riqueza mundial e a converte em poder político.

A delimitação apresentada nesta monografia é vista como a síntese de uma convenção sobre a lógica interna ao conceito de “emergente” de acordo com a realidade da disciplina das Relações Internacionais, conforme expressa na revisão bibliográfica estudada. Busca-se com

isso, oferecer uma gramática lógica sobre a emergência, que possa ser desdobrada em análises específicas que confirmem à categoria fenomênica capacidade explicativa frente a fenômenos particulares da realidade. Como explicitado no capítulo 2, o discurso-que-revela-o-real a que se pretendeu sintetizar, possui elevado grau de generalidade, enquanto Nível Básico da formação conceitual. Cada nexos lógico apresentado ao longo deste trabalho merece seu desdobramento analítico particular, atrelado a um corpo teórico delimitado que confronte a racionalização genérica aqui produzida. Contudo, espera-se que a constituição da emergência, enquanto categoria meta-teórica de compreensão das Relações Internacionais, seja conduzida pela destruição criativa dos determinantes lógicos aqui delimitados, por novos encadeamentos lógicos teoricamente determinados. A depuração teórica da emergência, enquanto categoria fenomênica, associada à sua operacionalização para a compreensão de fenômenos da realidade histórica, são os desdobramentos entendidos como inerentes à materialização da convenção que se buscou delimitar. Na visão do autor, o acima exposto é a principal contribuição do trabalho e também a sua limitação.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global). In: BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: Cepal/Ipea, 2010. p. 131-154.

AMSDEN, Alice. *The Rise of “the Rest”: Challenges to the West from Late-Industrialized Economies*. Oxford: Oxford Press, 2004.

ANDERSEN, Hanne; BARKER, Peter; CHEN, Xiang. *The Cognitive Structure of Scientific Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ANDREASSON, Stefan. Africa's prospects and South Africa's leadership potential in the emerging markets century. *Third World Quarterly*, New York, v. 32, n. 6, p. 1165-1181, May 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo, UNESP, 1996

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo, 2008.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report*. New York, 2013. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/0,,contentMDK:20227703~pagePK:478093~piPK:477627~theSitePK:477624,00.html> >. Acesso em: 25 nov. 2013.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. When emerging countries reform global governance of climate change. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 53, p. 73-90, 2010.

BENACHENHOU, Abdellatif. Países Emergentes. Brasília: FUNAG, 2013  
 BEESON, Mark; BELL, Stephen. The G-20 and International Economic Governance: Hegemony, Collectivism, or Both. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*. v. 15, n. 1, p. 67-86, 2009.

BELL, Stephen; FENG, Hui. Reforming China's Stock Market: Institutional Change Chinese Style. *Political Studies*, London, v. 57, p. 117-140, 2009.

BLACKBURN, Simon. *The Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BLÁZQUEZ, Jorge; SANTISO, Javier. Mexico: Is it an Ex-Emerging Market? *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, 36, pp 297-318, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, Willian. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

BURITY, Joaquim. Brazil's rise: Inequality, culture and globalization. *Futures*, London, n. 40, n. 8, p. 735-747, 2008

BUZAN, Barry; JONES, Christopher; LITTLE, Richard. *The Logic of Anarchy*. New York, Columbia Press, 1993.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

CALLAHAN, Willian. Chinese Visions of World Order: Post-hegemonic or a New Hegemony? *International Studies Review*, New, Jersey, v. 10, p.749-761, 2008.

CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHIN, Gregory. Remaking the architecture: the emerging powers, self-insuring and regional insulation. *International Affairs*, Oxford, v. 86, n. 3, p. 693-715, 2010.

CINTRA, Marco Antônio. A Exuberante Liquidez Global. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Campinas, v.5, abr./jun., 2005.

CLAUDÌN, Carmen. “¿Qué Rusia veinte años después?” *Revista CIDOB d’afers internacionals*, Barcelona, n. 96, p. 11-23, 2011.

COLLIER, David; MAHON, James. Conceptual “Stretching” Revisited: Adapting Categories in Comparative Studies. *The American Political Science Review*, Washington, Vol. 87, No. 4, p. 845-855, dezembro de 1993.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy with Adjectives: conceptual innovation in comparative research. *World Politics*, Cambridge, n. 49, p. 430-451, 1997.

COLLIER, David; GERRING, John. *Concepts and Method in Social Science: Giovanni Sartori and his legacy*. New York: Routledge, 2009.

COOPER, Andrew, ANTIKIEWICZ, Aghata e SHAW, Timothy. Economic Size Trumps All Else? Lessons from BRICSAM. *International Studies Review*, New Jersey, v. 9, p. 673-689, 2007.

COOPER, Andrew; FLEMES, Daniel (Org.). Especial Edition: Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review. *Third World Quarterly*, New York, v. 34, n. 6..

CUNHA, André; BIANCARELLI, André; PRATES, Daniela. A Diplomacia do Yuan Fraco. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 11, p. 525-562, 2007

CUNHA, André; SILVA, Luciana. China: Ascensão à Condição de Potência Global características e implicações. In: CARDOSO JR, José.; SILVA; Luciana; MATIJASCIC, Milko. (Org.). *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, 2009, v. 2, p. 343-396.

CUNHA, André; LELIS, Marcos; FLIGENSPAN, Flávio. *Comércio Exterior e Indústria Manufatureira no Brasil nos Anos 2000*. SEP, 2011.

CUNHA, André M. Estratégias Periféricas depois da Crise Financeira Global: o Brasil no “Novo Normal”. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DETOMASI, David. International Regimes: The Case of Western Corporate Governance. *International Studies Review*, New Jersey, v. 8, p.225-251, 2006.

DESAI, Raj M.; VREELAND, James. “Global Governance in a Multipolar World: The Case for Regional Monetary Funds”. *International Studies Review*, New Jersey, v. 13, p.109-121, 2011.

D'HOUDT. Hegel e o Hegelianismo. *Cadernos Culturais*. Lisboa, Inquérito, 1982.

DUPAS, George. África do Sul, Brasil e Índia: Divergências, Convergências e Perspectivas de Alianças. In: F. Villares (org.), *Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças*. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

EMERGING MARKETS TRADE ASSOCIATION (EMTA). *Brady Bonds*. [2013?] Disponível em: <<http://www.emta.org/template.aspx?id=35&terms=brady+plan>> Acesso em: 25 ago. 2013.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n.1, p. 141-156, 2010a.

FLEMES, Daniel. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. *GIGA Working Papers*, Hamburgo, n. 53, June 2007.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. *Contexto Internacional*, v.32, n.2, jul./dez. 2010b.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Portal Rede de Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <[http://www.reded.net.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=257&catid=16&lang=en](http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=257&catid=16&lang=en)>. Acesso em 18 dez 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook*. New York, april 2013.

GERRING, John. *Social Science Methodology: a criteria framework*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

GERRING, John; BARRESI, Paul. Culture: joining minimal definitions and ideal types. In: COLLIER, David e GERRING, John. *Cocepts and Method in Social Science: Giovanni Sartori and his legacy*. New York: Routledger, 2009. p. 241-268.

GHOTME, Rafat. Potencias emergentes: los dilemas de la inserción brasileña en el sistema internacional durante el gobierno de Lula Da Silva. *Critério Livre*, Bogotá, v.10, n.17, p. 289-318, 2012.

GIACCAGLIA, Clarisa. Condicionantes sociales en el proceso de formación de potências mundiales: un análisis de lós países del IBSA a partir de un recorrido histórico. *Relaciones Internacionales*, Madrid, n.15, outubro de 2010.

GILPIN, Robert. *Global Political Economy: understanding the International Economic Order*. New Jersey: Princeton Paperbacks, 2001.

GILPIN, Robert. *Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GOERTZ, Gary. *Social Science Concepts: a user's guide*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOLUB, Philip. From the New International Economic Order to the G20: how the 'global South' is restructuring world capitalism from within. *Third World Quarterly*, New York, v. 34, n. 6, p. 1000-1015, 2013.

GOODMAN, Jay. The concept of "System" in International Relations Theory. *Background*, New York, v. 8, n. 4, p. 257-268, 1965.

GRATIUS, Susanne. Brasil y la UE ante los poderes emergentes y la pujanza asiática. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, Barcelona, n. 97-98, p. 231-243, 2012.

GRAY, Kevin; MURPHY, Craig. "Introduction: rising powers and the future of global governance." *Third World Quarterly*, New York, v. 34, n. 2, p. 183-193

GROSS, B. On the “Course” to a New Normal. Investment Outlook, Newport Beach, Sept. 2009. Disponível em: <http://www.pimco.com/LeftNav/Featured+Market+Commentary/IO/2009/Gross+Sept+On+the+Course+to+a+New+Normal.htm>, acesso em agosto de 2013>. Acesso em:

HART, Andrew; JONES, Bruce. How do Rising Powers Rise? Survival, London, v.52, n.6, p. 63-88, 2010.

HARVEY, C.R. Predictable Risk and Returns in Emerging Markets. Review of Financial Studies, Oxford, n. 8, p. 773-816, 1995a.

HARVEY, C.R. The Risk Exposure of Emerging Equity Markets. World Bank Economic Review, New York, vol. 9, n.1, p. 19-50, 1995b.

HEGEL, G.W.F. Ciência da Lógica. In: Enciclpedia das Ciências Filosóficas: em compêndio. São Paulo: Loyola, 1995.

HIRST, Mônica. Intermediate States, Multilateralism and International Security. In: VAZ, Antônio C. (org.), Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa. Brasília, Editora UnB, 2006.

HURRELL, Andrew. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. Latin American Program Working Paper, Washington, Woodrow Wilson Center, n. 244, 2000.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. International Affairs, Oxford, n. 82, v. 1, p. 1-19, 2006.

HURRELL, Andrew e SEGUPTA, Sandeep. Emerging powers, North-South relations and global climate politics. International Affairs, Oxford, n. 88, v. 3, p. 463-484, 2012.

HURRELL, Andrew. Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World? Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, v. 33, nº 2, p. 203-221, 2013.

IKENBERRY, G. John. The Rise of China and Future of the West. Foreign Affairs, Oxford, jan./feb. 2008.

IKENBERRY, G. John e WRIGHT, Thomas. Rising powers and global institutions. New York: The Century Foundation, 2008.

IKENBERRY, G. John. "The Future of Liberal World Order" *Foreign Affairs*, Oxford, may/june, 2011.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). *Emerging Markets Factbook*. Washington, 1999.

KANG, D. C. *China Rising: peace, power and order in East Asia*. New York: Columbia University Press, 2007.

KARDAŞ, Şaban. Turkey: redrawing de Middle-East Ma or Building Sandcastels? *Middle East Policy*, Washington, v.17, n.1, 2010.

KEOHANE, Robert. *Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics*, International Organization, Madison, Cambridge University Press, Vol. 23, no. 2, 1969.

KEOHANE, Robert. 1986. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986

KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSE, M. Ayhan. Seven Questions About Decoupling. *IMF Research Bulletin*, New York, v.9, n.3, Sept. 2008.

KRASNER, Stephen. *State Power and Structure of International Trade*. *World Politics*, Cambridge, v. 28, p. 322-336, 1976.

KUMAR, Anand. Paradoxes of paradigm shift: Indian engagement with liberalization and globalization. *Futures*, London, n. 40, n. 8, p. 762-766, 2008.

KVINT, Vladimir L. *The Global Emerging Market in Transition: Articles, Forcastes and Studies*. New York, Fordham University Press, 1999.

LAYNE, Christopher. *The Waning of U.S. Hegemony: Myth or Reality*. *International Security*, Boston, v. 34, n. 1, p. 147–172, 2009.

LAYNE, Christopher. *This Time it's Real: the end of unipolarity and the pax Americana*. *International Studies Quaterly*, New Jersey, n. 56, p. 203-213, 2012.

LÉLIS, Marcos; CUNHA, André; LIMA, Manuela. *O desempenho das exportações do Brasil e da China na América Latina entre 1994 e 2009*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 38., 2010, Salvador, 2010.

LESSA, Antonio Carlos (Org). *RBPI Especial Edition: Emerging Brazil under Lula*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 53, p. 1-240, 2010.

LIMA, Maria R. Soares de. *A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise*. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7-28, jun/jul, 1990.

LIMA, Maria R. Soares de. HIRST, Monica. *Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities*. *International Affairs*, Oxford, n. 82, p. 21-40, 2006.

LIMA, Maria R. Soares de. *Brasil como País Intermédio: Imprecisión Conceptual y Dilemas Políticos*. In: TOKATLIAN, J.G. (org.), *India, Brasil y Sudáfrica: El Impacto de las Nuevas Potencias Regionales*. Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2007.

LIMA, Maria R. Soares de. *Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul*. In: BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*, p. 155-187. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.

LOURENÇO, André L. C. *“Semi-Periferia: uma hipótese em discussão”*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.14, n.1, p.177-186, 2005.

MACFARLANE, S. Neil. *The ‘R’ in BRICs: is Russia an emerging power?* *International Affairs*, Oxford, n.82, v.1, p. 41-57, 2006.

MALLABY, Sebastian. Can the BRICs take the IMF? Foreign Affairs, New York, 2011.  
<Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67885/sebastian-mallaby/can-the-brics-take-the-imf>>

MALLAVARAPU, Siddharth. Desarrollo de la Teoría de las Relaciones Internacionales en India: Tradiciones, perspectivas contemporâneas y trayectorias. Relaciones Internacionales, Madrid, n. 22, feb/mayo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A ideologia alemã : crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes In: Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MEARSHEIMER, John. Tragedy of Great Powers Politics. London; New York: Norton, 2001.

MITTELMAN, James. "Global Bricolage: emerging market powers and polycentric governance." Third World Quarterly, New York, v. 34, n. 1, p. 23-37, Feb. 2013.

MLACHILA, Monfort; TAKEBE, Misa. "FDI from BRICs to LICs: Emerging Growth Driver? IMF Working Paper, New York, July 2011.

NAIBIN, Hui. "Emerging Global Partnership: Brazil and China". Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 53, edição especial, pp. 183-192, 2010.

NEL, Phillip. Redistribution and recognition: what emerging regional powers want. Review of International Studies, Cambridge, n. 36, pp 951-974.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. Review of International Studies, Cambridge, v.36, n.4, p.881-901, Oct. 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OECD). Policy Brief. Paris, Mar. 2009.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs. Global Economics Paper, New York, n. 66, 2001.

O'NEILL, Jim. *Dreaming With BRICs: Path to 2050*. Goldman Sachs. Global Economics Paper, New York, n. 99, 2003.

O'NEILL, Jim; WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa; STUPNYTSKA, Anna. *How Solid are the BRICs?* Goldman Sachs. Global Economics Paper, New York, n. 134, 2005.

O'NEILL, Jim. *BRICs and Beyond*. New York: Goldman Sachs, 2007.

O'NEILL, Jim. *The Growth Map: Economic Opportunity in the BRICs and Beyond*. London: Portfolio Hardcover, 2013

PALAT, Ravi. *A new Bandung? Economic growth vs. distributive justice among emerging powers*. *Futures*, London, n. 40, n. 8, p. 721-734, 2008.

PEREIRO, Luis. *Valuation of companies in emerging markets: a practical approach*. New Jersey: Wiley, 2002.

PIMCO, [2013?]. *A Brief History of Emerging Markets*. PIMCO Official Website. Disponível em: <<http://www.pimco.com/EN/Education/Pages/EmergingMarkets.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

PIMENTEL, João Vicente. de S. *O Brasil, Os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012.

ROSCH, Eleanor; MERVIS, Carolyn. *Family Resemblance: Studies in the Internal Structure of Categories*. *Cognitive Psychology*, Berkeley, n.7, p. 579-605, 1975.

RUSSEL, Bertrand. *Historia da Filosofia Ocidental*. Brasília, UnB, 1982.

SANTOS, Theotônio. *Globalization, Emerging Powers, and the Future of Capitalism*. *Latin American Perspectives*, Cambridge, v. 38, p. 45-57, Mar. 2011.

SARAIVA, José Flávio S. *Revisiting de English School*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 49, v. 1, 2006.

SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, Washington, n. 64, p. 1033-1053, 1970.

SARTORI, Giovanni. *Concepts: A Systematic Analysis*. Beverly Hills: Sage, 1984.

SCHENONI, Luis L. Ascenso y hegemonía: pensando a las potências emergentes desde América del Sur. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n. 1, p. 31-48, 2012.

SCHIRM, Stefan. Leaders in need of followers: emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations*, Berlin, v. 16, p. 197-221, julho de 2010.

SCHWENGEL, Hermann. Emerging powers as fact and metaphor: some European ideas. *Futures*, London, v. 40, n. 8, p. 767-776, 2008.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma Potência Média recém industrializada*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, André L.R. Os Novos Países Emergentes na Política Internacional: caracterização do grupo Next Eleven (N-11) e das oportunidades para o Brasil. In: *Anais do I Seminário de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Brasília, 2012.

SOLNIK, Bruno. *International Investments*. Berkeley: Addison-Wesley, 1991.

SOUZA, André; MARTELANC, Roy.; MÁLAGA, Flávio. Análise da Característica das Distribuições dos Retornos em Países Emergentes e Desenvolvidos. In: *Anais do IV SEMEAD/USP*, São Pulo, 2003. <Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/6semead/Finan%E7as.htm>> Acesso: 21 ago. 2013.

SPENCE, M. *Emerging Financial Markets after the Global Financial Crisis*. PIMCOViewpoints, Newport Beach, Aug. 2009. < Disponível em: <http://www.pimco.com/LeftNav/Viewpoints/2009/Emerging+Financial+Markets+Spence+August.htm>> Acesso em: 11 ago. 2013.

STANFORD UNIVERSITY. Ludwig Wittgenstein. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein/#Lan>> Acesso em 15 jul. 2013.

STEIN, Sofia. O Movimento Dialético do Conceito em Hegel: uma reflexão sobre a “Ciência da Lógica”. Philosophos, Goiania, 2002.

STUENKEL, Oliver. Identity and the concept of West: the case of Brazil and India. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 54, v.1, p. 178-195, 2010.

TAMMEN, Ronald. The Impact of Asia on World Politics: China and India Options for the United States. International Studies Review, New York, v. 8, p.563-580, 2006.

VANAİK, Achin. “Capitalist Globalisation and the Problem of Stability: enter the new quintet and other emerging powers. Third World Quarterly, New York, v. 34, n. 2, pages 194-21, Mar., 2013.

VISENTINI et al. BRICS: as potências emergentes. Porto Alegre: Vozes, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. Semi-Peripheral Countries and The Contemporary World Crisis. New York: Academic Press, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, Kenneth. Emerging Structure of International Politics. International Security, Boston, v.18, n.2, p. 47-79, fall 1993.

WEBER, Steve; BUSSELS, Jeniffer. Will Information Technology Reshape the North-South Asymmetry of Power in the Global Political Economy? Studies in Comparative International Development, Rhode Island, v. 40, n. 2, p. 62-84, 2004.

WOHLFORTH et al. International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Philosophical Investigations. Oxford, Backwell, 2009.

YAQING, Qin. Desarrollo de la Teoría de Relaciones Internacionales en China. *Relaciones Internacionales* Madrid, n. 22, feb/mayo, 2013.

YONGZHEN, Yu. Identifying the Linkages Between Major Mining Commodity Prices and China's Economic Growth - Implications for Latin America. *IMF Working Paper*, New York, n.11, v. 86, 2011.

ZACHARIA, Fared. *The Post-American World*. London; New York: Norton, 2008.

APÊNDICE A – OS BRICS NA ECONOMIA INTERNACIONAL

**Tabela 1 - Participação no Comércio Corrente Mundial de Economias Seleccionadas**

	<b>1991- 2000</b>	<b>2001- 2010</b>
<b>Países em desenvolvimento</b>	27,7%	45,5%
<b>Brasil</b>	0,9%	1%
<b>Rússia</b>	-	1,8%
<b>Índia</b>	0,65%	1,3%
<b>China</b>	2,65%	7,3%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados brutos de Banco de Dados da OMC.

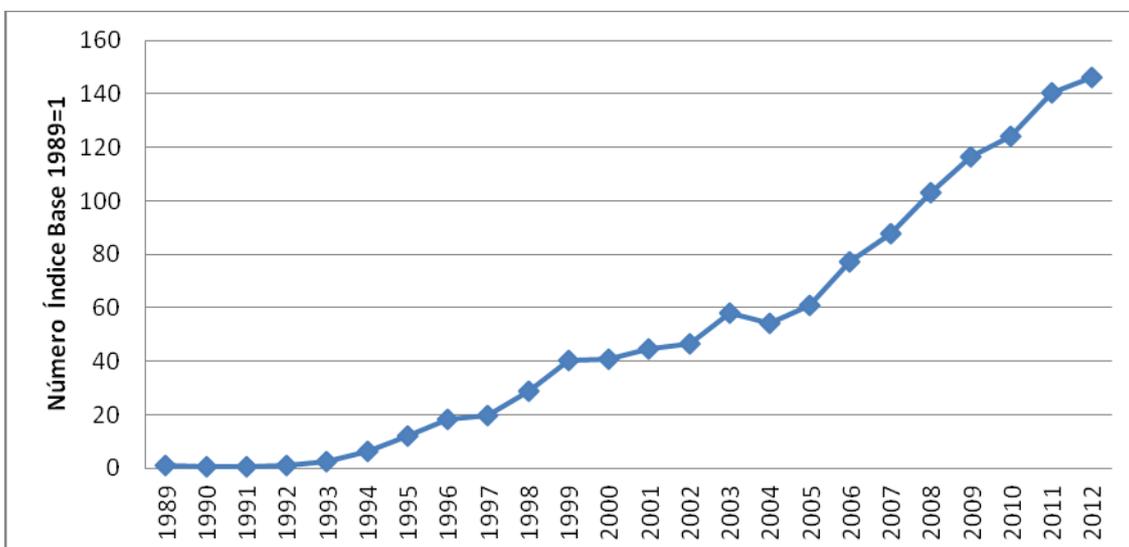
**Tabela 2 - Participação no PIB Mundial de Economias Seleccionadas.**

	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>OCDE</b>	79,7%	79,9%	66,2%
<b>Não OCDE - China inclusive</b>	20,3%	20,1%	33,9%
<b>Não OCDE – China exclusive</b>	18,5%	16,4%	24,5%
<b>China</b>	1,8%	3,7%	19,4%

Fonte: Dados Brutos de FMI: World Economy Outlook 2011 database.

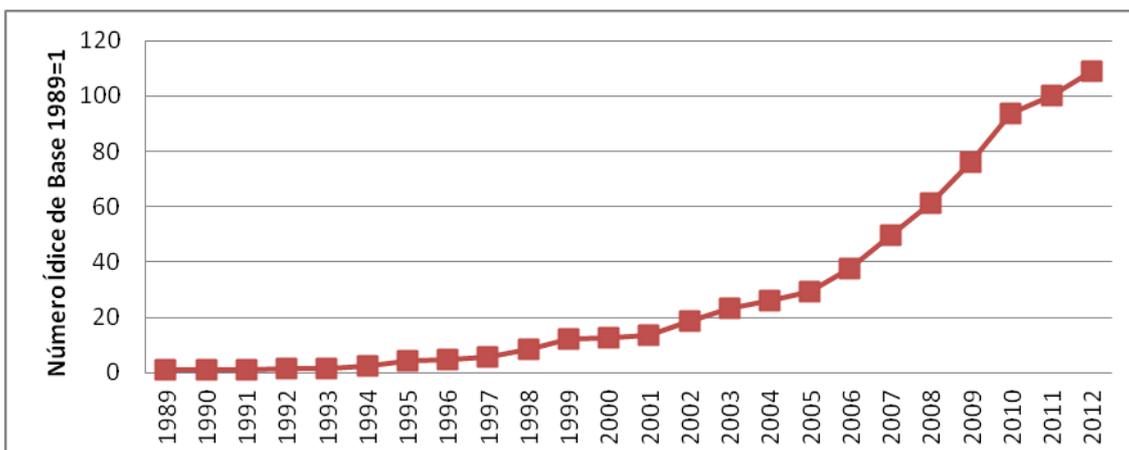
## APÊNDICE B – ESTUDO DA DISSEMINAÇÃO DO LÉXICO EMERGENTE

**Gráfico 1 - Expansão média do numero de trabalhos que empregam o termo "mercado emergente"**



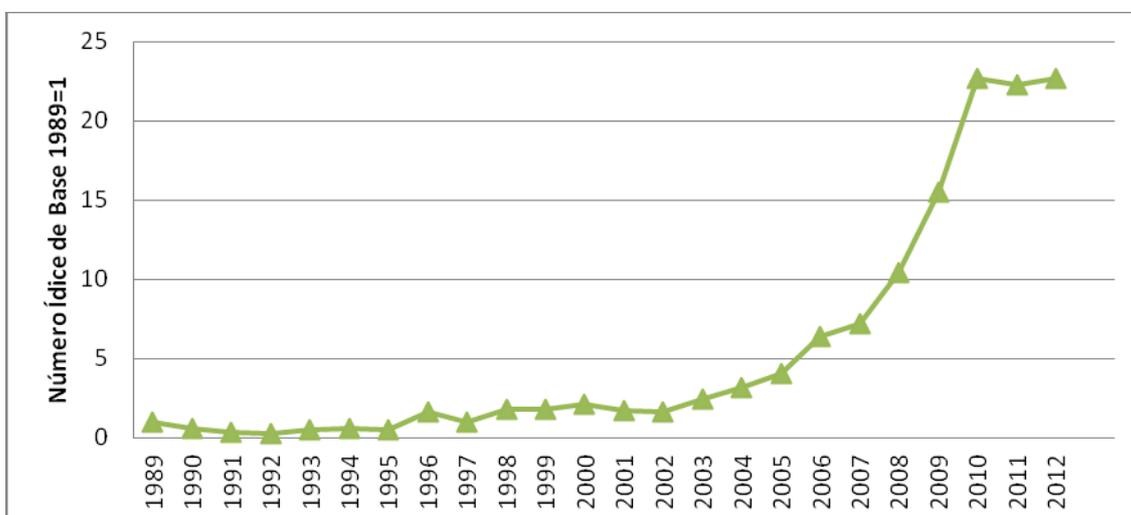
Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Gráfico 2 - Expansão média do numero de trabalhos que empregam o termo "país emergente"**



Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Gráfico 3 - Expansão média do número de trabalhos que empregam o termo "potência emergente"**



Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Tabela 1 - Matriz de Correlações de Pearson para busca "Mercado(s) Emergente(s)"**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,823688	1,000000															
C - ASP-EBSCO	0,822628	0,977732	1,000000														
D - Gale - AcademicOneFile	0,854654	0,988715	0,975146	1,000000													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,769351	0,821750	0,771477	0,834487	1,000000												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,851606	0,881526	0,909285	0,902793	0,735294	1,000000											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,716314	0,769772	0,784684	0,759234	0,563092	0,701841	1,000000										
H - Duke University	0,484056	0,431702	0,530158	0,474334	0,372455	0,571458	0,257662	1									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,526372	0,314297	0,440606	0,416098	0,303511	0,575799	0,283265	0,571726	1								
J - Oxford Press	0,490534	0,495671	0,486080	0,563476	0,331843	0,416194	0,307778	0,269391	0,393493	1							
K - Project Muse	0,805578	0,810362	0,834064	0,825248	0,775648	0,898496	0,613818	0,676314	0,548501	0,222541	1						
L - Sage - Ciência Política e Relações Internacionais	0,797192	0,956069	0,932163	0,948363	0,816496	0,876295	0,709934	0,356939	0,359925	0,478636	0,822875	1					
M - Google Acadêmico	0,819627	0,983937	0,982936	0,967560	0,810897	0,896598	0,760679	0,465441	0,370531	0,428017	0,856520	0,962537	1				
N - SCOPUS - Social Sciences	0,828343	0,991851	0,970295	0,975117	0,827495	0,877904	0,767752	0,388309	0,307805	0,448785	0,818338	0,967629	0,990162	1			
O - Scielo - BR	0,385012	0,365215	0,433747	0,353751	0,000000	0,354038	0,489617	0,098147	0,322485	0,271906	0,234731	0,312968	0,391711	0,378565	1		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,344640	0,280183	0,337072	0,307744	0,371775	0,286121	0,611087	0,127567	0,427732	0,071454	0,369777	0,351957	0,341095	0,314719	0,251938	1	
Q - Wiley	0,854138	0,989140	0,984769	0,980156	0,837912	0,892390	0,776389	0,467812	0,369327	0,465131	0,834152	0,943133	0,990733	0,987556	0,379458	0,326789	1
Média Aritmética:	0,698358	0,737195	0,740892	0,716028	0,562202	0,667921	0,557798	0,380183	0,387475	0,360655	0,656065	0,707645	0,678425	0,560280	0,315698	0,326789	
Média das Médias:	0,565851																

Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Tabela 2 – Matriz de Correlações de Pearson para busca “País(ES) Emergente(s)”**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,837707	1															
C - ASP-EBSCO	0,868957	0,962641	1														
D - Gale - AcademicOneFile	0,869286	0,979763	0,984412	1													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,792749	0,955347	0,919935	0,926505	1												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,725864	0,909924	0,906991	0,903419	0,943774	1											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,642228	0,727645	0,82002	0,789533	0,699181	0,719036	1										
H - Duke University	0,374545	0,381889	0,384171	0,387814	0,342761	0,239206	0,234763	1									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,592272	0,444379	0,558459	0,5387	0,501936	0,597724	0,558071	-0,0564052	1								
J - Oxford Press	0,814118	0,955041	0,925845	0,933547	0,911405	0,915926	0,718671	0,250568	0,4606807	1							
K - Project Muse	0,804618	0,767533	0,796116	0,772064	0,826237	0,732669	0,520892	0,5702302	0,4181125	0,6704574	1						
L - Sage - Ciência Política e Relação Internacionais	0,773199	0,956483	0,945714	0,942981	0,880762	0,844153	0,796459	0,3937323	0,3292234	0,9264136	0,6913094	1					
M - Google Acadêmico	0,840348	0,987789	0,975856	0,976441	0,969335	0,942616	0,761024	0,3572204	0,5211305	0,9562234	0,784778	0,937016	1				
N - SCOPUS - Social Sciences	0,820905	0,992257	0,948694	0,962588	0,94156	0,88426	0,726552	0,3914329	0,3676315	0,9572659	0,746134	0,9643097	0,976885	1			
O - Scielo - BR	0,76185	0,889283	0,856679	0,878577	0,796305	0,765941	0,667992	0,4450506	0,2617234	0,862853	0,6148687	0,8791321	0,872719	0,904463	1		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,742218	0,812174	0,790666	0,811976	0,734997	0,620865	0,580861	0,4651766	0,3480189	0,6626065	0,7169663	0,7822924	0,766762	0,796733	0,662635	1	
Q - Wiley	0,847472	0,988505	0,959242	0,971182	0,930565	0,903257	0,750635	0,3983575	0,4600137	0,9619409	0,7547916	0,9616064	0,972847	0,98112	0,881954	0,801972	1
Média Aritmética:	0,756771	0,847377	0,840914	0,83041	0,789902	0,742332	0,631592	0,3572626	0,3958168	0,8878839	0,7181413	0,9048713	0,897303	0,894105	0,772294	0,801972	
Média das Médias:	0,754309																

Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Tabela 3 - Matriz de Correlações de Pearson para busca "Potência(s) Emergente(s)"**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,822264	1															
C - ASP-EBSCO	0,828165	0,956845	1														
D - Gale - AcademicOneFile	0,80311	0,965043	0,954109	1													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,654342	0,842375	0,817326	0,865844	1												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,632069	0,829067	0,763395	0,736169	0,743612	1											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,747082	0,9112	0,95318	0,899294	0,777869	0,782307	1										
H - Duke University	0,205747	0,03918	-0,04302	0,025097	0,090909	-0,06705	-0,128	1									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,803338	0,829698	0,910479	0,873796	0,640991	0,515125	0,808537	0,0265238	1								
J - Oxford Press	0,64674	0,894994	0,763929	0,810069	0,774489	0,782564	0,730159	0,109083	0,6046977	1							
K - Project Muse	0,704398	0,891762	0,926265	0,929421	0,812896	0,622836	0,877803	-0,004897	0,8929652	0,7532939	1						
L - Sage - Ciência Política e Relação Internacionais	0,703659	0,807021	0,690881	0,816994	0,7853	0,745067	0,636124	0,1558134	0,5800738	0,7583198	0,652986	1					
M - Google Acadêmico	0,871028	0,984724	0,968723	0,958058	0,851597	0,835936	0,921628	0,0007174	0,8446067	0,8515389	0,8807662	0,8116589	1				
N - SCOPUS - Social Sciences	0,860943	0,961881	0,923563	0,903652	0,791469	0,874983	0,86024	0,0020465	0,7867505	0,8653451	0,7971161	0,7788117	0,971713	1			
O - Scielo - BR	0,582955	0,801118	0,707251	0,667872	0,683886	0,792102	0,749982	0,0854857	0,467236	0,8821483	0,623493	0,5192598	0,772805	0,797076	1		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,726109	0,907704	0,946445	0,896715	0,815576	0,774591	0,988341	-0,1097891	0,7861621	0,7460097	0,8862497	0,6200023	0,916414	0,85407	0,782849	1	
Q - Wiley	0,839918	0,963337	0,974958	0,926357	0,79559	0,805233	0,936062	-0,0342598	0,84766	0,8084736	0,8671617	0,693587	0,973463	0,952465	0,786786	0,933497	1
Média Aritmética:	0,714492	0,839063	0,804106	0,793026	0,713682	0,678518	0,738087	0,025636	0,726269	0,8186392	0,7846288	0,6846639	0,908599	0,86787	0,784818	0,933497	
Média das Médias:	0,738475																

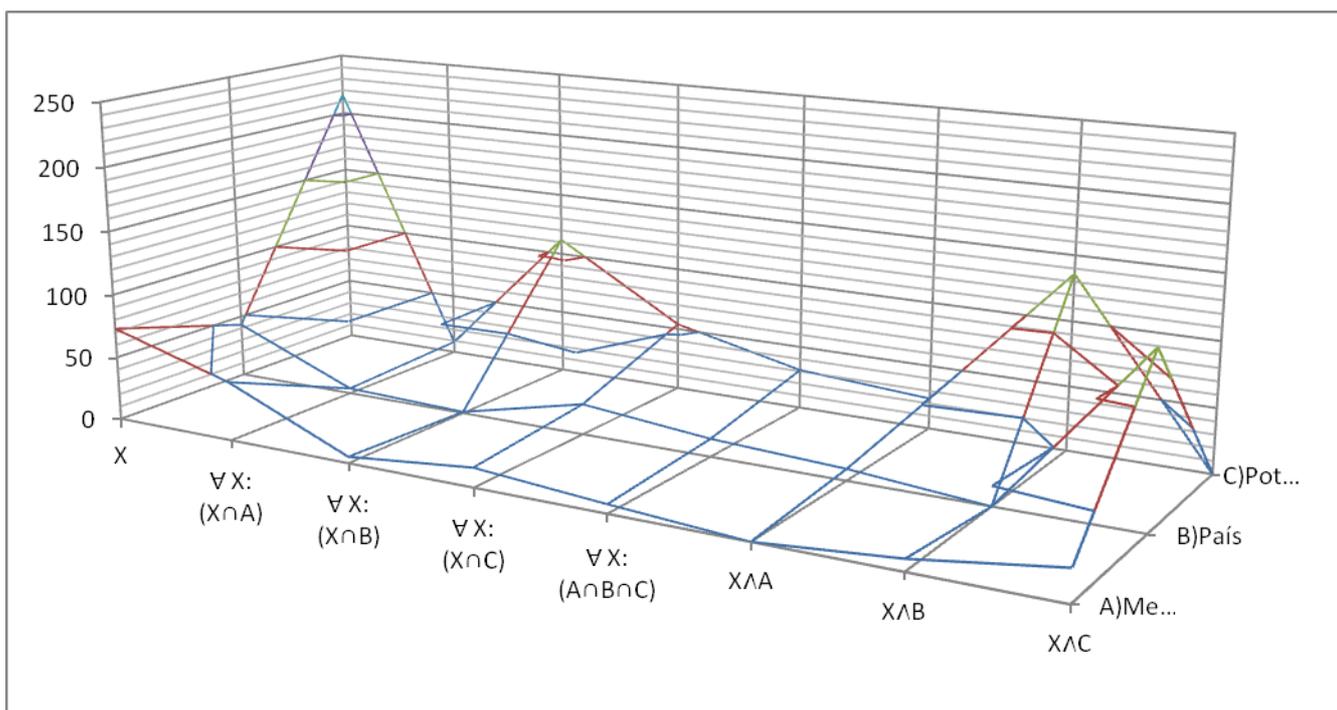
Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Tabela 4 – Matriz de Correlação de Pearson para os dados dos gráficos 1, 2 e 3.

	<i>Mercado</i>	<i>País</i>	<i>Potência</i>
Mercado	1		
País	0,973663	1	
Potência	0,925036	0,982395	1
Média	0,949349	0,982395	0,965872

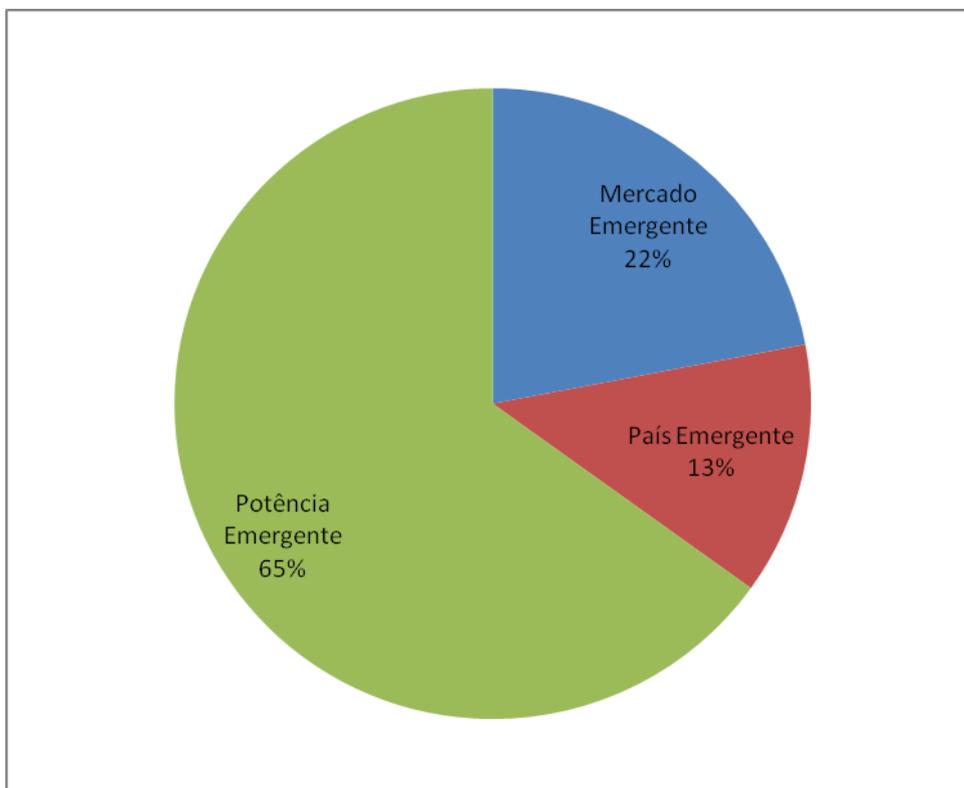
Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 4 - Frequência léxica combinada de Substantivações do termo emergente



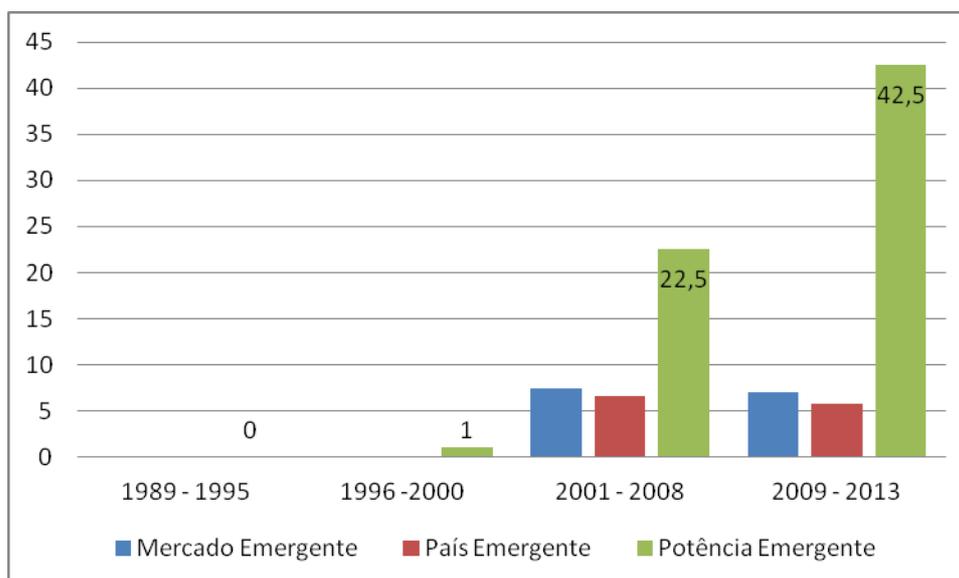
Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Gráfico 5 - Frequência léxica de substantivação do termo emergente**



Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

**Gráfico 6 - Média de referências ao léxico emergente por substantivação**



Fonte: Elaboração própria, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.



APÊNDICE C - QUADRO DE VALIDAÇÃO DOS RÓTULOS DE SEMELHANÇAS  
DO EMPREGO DO LÉXICO EMERGENTE

Rótulos de atributo/Abordagem antitética	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Abordagem Gradualista	X	X	X											X		
Abordagem Subsitêmica	X			X		X				X	X	X				
Abordagem Sistêmica	X		X		X										X	

Fonte: Elaboração do autor (2013).

APÊNDICE D – QUADRO DE REFERENTES EMPÍRICOS POR AUTOR

Autor	Substantivação	Espectro Denotativo
Andreasson (2012)	Mercados Emergentes	Brasil, Rússia, Índia e China
Barros-Plataiu (2010)	Países e Potências Emergentes	Brasil, China, Índia e África do Sul
Bechanchou (2013)	Países Emergentes	China, Índia, Brasil, Turquia, Coreia do Sul, África do Sul, Malásia, Chile, Indonésia, México e Rússia.
Bell e Feng (2009)	Mercados Emergentes	China
Blazques e Santiso (2004)	Mercados Emergentes	Indeterminado
Burity (2008)	Países e Potências Emergente	Brasil, Índia, China, África do Sul e México
Bussels e Weber (2005)	Potência Emergente	China
Callahan (2008)	Potências Emergentes	China
Chin (2010)	País e Potência Emergente	Brasil e China.
Claudin (2011)	Potências Emergentes	Brasil, Índia e China.
Cooper et al (2007)	Países e Potências Emergente	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México
Cooper e Flandes (2013)	Potências Emergentes	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Desai e Vreckland (2011)	Mercados Emergentes	Indeterminado
Detomasi (2006)	Mercados Emergentes	China
Flandes (2007 e 2010b)	Potências Emergentes	Brasil e África do Sul
Flandes (2010a)	Potência Emergente	Brasil, Rússia, Índia e China.
Florini (2011)	Potências Emergentes	China e Índia.
Ghotme (2012)	Potência Emergente	Brasil
Gratius (2012)	Potência Emergente	Brasil, China e Índia
Hurrell (2013)	Potência Emergente	Brasil, Índia, China e África do Sul.
Hurrell e Segupta (2012)	Potência Emergente	Brasil, África do Sul, Índia e China.
Ikenberry (2008)	Potência Emergente	China
Kang (2007)	Potência Emergente	China

Kumar (2008)	Potência Emergente	Índia
Lessa (2010)	País Emergente	Brasil
Mallaby (2011)	Países Emergentes	Brasil, Índia, China, África do Sul e México
Naibin (2010)	Potência Emergente	China e Brasil
Nel (2010)	Potência Emergente	Índia, Brasil e África do Sul
Pimentel (2012)	Potências Emergentes	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
Palat (2008)	Potência Emergente	Brasil, Índia, China e África do Sul.
Santos (2011)	Potências Emergentes	Brasil, Rússia, Índia e China.
Schenoni (2012)	Potências Emergentes	Brasil
Schwengel (2008)	Potências Emergente	União Européia, China, Índia. E segundo mundo: Brasil, África do Sul e países do sudeste asiático.
Schwengel (2008)	Potência Emergente	União Européia, China, Índia.
Silva (2012)	Países Emergentes	N-11
Stuenkel (2010)	Potência Emergente	Índia e Brasil.
Tammen (2006)	Potências Emergentes	China e Índia
Visentini (2013)	Potências Emergentes	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Waltz (1993)	Potências Emergentes	China, Japão e Alemanha (União Européia)
Whittaker et al (2010)	Mercado Emergente	Leste Asiático
Whittaker et al (2010)	Mercado Emergente	Leste Asiático

Fonte: Elaboração do autor (2013)